

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
(PUC-SP)**

**Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva**

**Serviço Social e a ação sócio-pastoral da Igreja Católica:  
Assistência, promoção humana e emancipação social**

**Mestrado em Serviço Social**

**São Paulo**

**2010**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**(PUC-SP)**

**Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva**

**Serviço Social e a ação sócio-pastoral da Igreja Católica:**  
**Assistência, promoção humana e emancipação social**

**Mestrado em Serviço Social**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social), como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lúcia Rodrigues.

**São Paulo**

**2010**

**Banca examinadora:**

---

---

---

Aos meus pais, Zilda e Natalino, que, na simplicidade, me apóiam nos meus projetos e  
sonhos, a minha gratidão.

À Rosilene, esposa, companheira, mestre, com quem compartilho os saberes e os  
sabores da vida, o meu carinho.

Aos meus irmãos Ana Lúcia, Nataly, Paulo Henrique e a pequena sobrinha Letícia, que  
completam minha vida cada qual em sua direção.

À comunidade a que pertencço e aos meus amigos, pelas experiências vividas e  
oportunidades oferecidas durante todos estes anos de comunhão e participação.

## **Agradecimentos**

Primeiramente meu agradecimento pelo dom da vida e pela capacidade que temos como seres humanos em viver experiências, aprender com o tempo, dar sentidos às nossas práticas, elaborá-las no pensamento e frutificá-las como conhecimento.

Sou eternamente grato à professora orientadora, Dra. Maria Lúcia Rodrigues, pela capacidade de respeitar os limites, de motivar a novos rumos, pela sua contribuição teórica, política e metodológica para o desenvolvimento pessoal e coletivo que resulta com a presente pesquisa. Às professoras Maria Carmelita Yazbek e Myriam Veras Baptista, pelas sugestões e contribuições feitas durante o exame de qualificação. Às professoras Aldaíza Sposati, Maria Lúcia Carvalho da Silva, Mariângela Belfiore Wanderley, Marta Silva Campos e Carmem Junqueira, que contribuíram para o amadurecimento desta pesquisa a partir de suas disciplinas, também sou imensamente agradecido. Ao professor Jair Militão da Silva por sua participação na banca de apresentação da Dissertação de Mestrado, a quem tive o privilégio de ser aluno de licenciatura na USP. A CNPQ pela concessão da bolsa de estudo no curso de pós-graduação em Serviço Social na PUC-SP.

Aos amigos que comigo caminharam nestes últimos anos nesta etapa de formação, à Prof. Dra. Rosely Albuquerque da Silva, mestrandas Sonimara Perin e Paula Silva Leão. Aos colegas do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social – NEMESS.

Agradeço, especialmente, ao Padre Celso Paulo Torres, pela sua presença e importância determinante em minha formação cristã e humana, pelos nossos encontros e desencontros, pela possibilidade que temos em sempre partilhar do pão e do vinho, como sinal fraterno. Agradeço, carinhosamente, à Luiza Erundina de Souza, pela experiência compartilhada no mundo político e pelo seu testemunho de vida, ela é um exemplo de mulher que assume seu protagonismo político e sua vocação humanista na profissão de Assistente Social.

Meu agradecimento também à grande família que fui constituindo nestes anos de vida com a presença amiga, companheira e fiel dos sempre jovens amigos da Pastoral da Juventude da Paróquia de Santa Rita de Cássia: Luiz Henrique Pereira Castro, Cristina Pereira Campos, Ricardo Constâncio Menino dos Santos, Cinthia Novoa, Giovana Rubim, Janaina Alvarenga Veloso e todos os demais jovens que passaram ou permanecem unidos.

Por diversos momentos não foi possível estar presente na vida de pessoas queridas como a Fátima e Eduardo de Paula Carvalho, Roseana Ferreira Martins, Marta Cano, Fátima Anghione, Maria Auxiliadora Galhano Silva (Dora), Elisabeth Niglio, Darci Peruci, Enedina (Diná) e Francisco Luiz Rodrigues, Clara e Lothar Bazanella, Elídia Trindade, Rita Caldeira, Kátia Fonseca e Eduardo Centíneo. Sou agradecido, pois vocês se fizeram presentes mesmo com minha ausência nos momentos de encontro e lazer.

Iniciei o mestrado com a entrada no ensino universitário na UNIFAI (Centro Universitário Assunção) como professor de Sociologia nos cursos de Pedagogia e Serviço Social, por isso sou grato aos colegas de trabalho e aos alunos que alimentam diariamente minha esperança de que “um outro mundo é possível”.

Nesta fase final de conclusão do mestrado, devo agradecer também aos colegas da Coordenadoria de Ação Social da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS, na pessoa da coordenadora Tânia Cristina Messias Rocha, aos colegas da Proteção Especial – à coordenadora Fabíola Santos Lopes, Nazira Levy Brudnewski, Ângela de Nazaré Santana Elias, Maria de Fátima Nassif, Erlon Prata Fernandes, Luciana Bolognini e todos os demais colegas da Proteção Social Básica na pessoa da Margaret Nicoleti.

Um agradecimento e estimada consideração a muitos leigos e leigas que atuam nas ações sociais da Igreja Católica da Arquidiocese de São Paulo, em especial aos agentes da pastoral da Região Episcopal Ipiranga na pessoa do Bispo Dom Tomé Ferreira da Silva, que tornaram possível o acesso aos dados da ação social da Igreja Católica no projeto do Seminário da Caridade.

Enfim, sou grato a muitas pessoas que nestes últimos anos me apoiaram, me incentivaram e cobraram o resultado desta pesquisa. É praticamente impossível elencar todas elas e provavelmente cometeria o equívoco de não registrar algum nome, por isso, a todos que comigo compartilham a vida sou grato pela presença e amizade.

## **Resumo**

A Igreja Católica tem fundamental importância na sociedade brasileira desde sua chegada com a colonização portuguesa até os dias atuais. Além das questões religiosas, vem respondendo por inúmeras ações e serviços assistenciais de atendimento a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social.

A relação Igreja Católica e Serviço Social inicia-se a partir dos anos 30 com a formação do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, depois com a criação do curso de Serviço Social e fundação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, e pelas inúmeras iniciativas de ações sociais e pastorais.

A ação social eclesial revela-se com ações, serviços, programas, campanhas e projetos concentrados em dimensões como da assistência social, promoção humana e emancipação social. Envolve inúmeros atores institucionais e sujeitos sociais que se dedicam na promoção e garantia da dignidade humana e dos direitos fundamentais à vida.

Estas questões são abordadas a partir do Seminário da Caridade promovido pela Arquidiocese de São Paulo a partir do ano 2000. As ações analisadas correspondem aos dados da Região Episcopal Ipiranga.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Igreja Católica, assistência, promoção humana, emancipação social, ação social, caridade.

## **Abstract**

The Catholic Church has had a fundamental importance in Brazilian society from its arrival with the Portuguese colonization to the present day. In addition to religious matters, it provides countless assistance actions and services to individuals or families in situation of social vulnerability.

The relationship between the Catholic Church and Social Work begins in the 1930's with the establishment of the Center for Studies and Social Action – CEAS, followed by the creation of the Social Work course and the foundation of the Pontifical Catholic University of São Paulo – PUC-SP and many social and pastoral initiatives.

The ecclesiastical social action is revealed in actions, services, programs, campaigns and projects concentrated on dimensions such as social assistance, human promotion and social emancipation. It involves a series of institutional actors and social subjects dedicated to promoting and guaranteeing human dignity and the fundamental rights to life.

Those issues are addressed from the perspective of the “Charity Seminar” sponsored by the Archdiocese of São Paulo since the year 2000. The actions analyzed correspond to data from Ipiranga Episcopal Region.

**Key words:** Social Work, Catholic Church, Assistance, Human Promotion, Social Emancipation, Social Action, Charity.

## Sumário

Lista de Siglas .....	10
Lista de Gráficos .....	12
<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1 – Igreja Católica e Serviço Social .....</b>	<b>15</b>
1.1. Os primórdios do Cristianismo .....	20
1.2. Os serviços sociais da Igreja Católica no Brasil Colônia (1500 a 1821) .....	23
1.3. A Igreja Católica frente às transformações sociais, políticas e econômicas do mundo moderno .....	28
1.4. Igreja na Primeira República (1890 – 1930) .....	36
<b>Capítulo 2 – O Serviço Social e a Igreja Católica no Século XX .....</b>	<b>42</b>
2.1. Do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS à profissionalização do Assistente Social .....	42
2.2. Igreja Católica e Serviço Social: Teologia da Libertação e o Movimento de Reconceituação .....	66
<b>Capítulo 3 – A caridade em ação .....</b>	<b>82</b>
<b>Capítulo 4 – O Seminário da Caridade e os serviços sociais .....</b>	<b>95</b>
4.1. Análise dos dados resultantes do Seminário da Caridade na Arquidiocese de São Paulo .....	97
4.2. Seminário da Caridade na Região Episcopal Ipiranga .....	104
4.2.1. Dimensões da ação sócio-pastoral .....	110
4.2.2. Setor Anchieta: serviços e ações sociais .....	117
4.2.3. Setor Imigrantes : serviços e ações sociais .....	121
4.2.4. Setor Ipiranga: serviços e ações sociais .....	125
4.2.5. Setor Vila Mariana : serviços e ações sociais .....	129
4. 2.6. Ações sociais por políticas específicas .....	132
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>144</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>150</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>164</b>

## Lista de Sigla

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais  
ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social  
ABRINQ – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos  
ALN – Aliança Libertadora Nacional  
ANAS – Associação Nacional dos Assistentes Sociais  
AP – Ação Popular  
APAS – Associação Profissional de Assistentes Sociais  
APASSP – Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo  
ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
AUC – Ação Universitária Católica  
BPC – Benefício de Prestação Continuada  
CAICÓ – Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Heliópolis  
CASMU – Comissão de Assistência Social do Município de São Paulo  
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social  
CEAT – Centro Arquidiocesano do Trabalho  
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base  
CENEAS – Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais  
CF – Campanha da Fraternidade  
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais  
CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais  
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social  
CIMI – Conselho Missionário Indigenista  
CLASP – Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo  
CLERI – Conselho de Leigos da Região Episcopal Ipiranga  
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CNLB – Conselho Nacional do Laicato do Brasil  
CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar  
COR – Centro Oscar Romero de Direitos Humanos  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
CV II – Concílio Vaticano II  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
EGJ – Espaço Gente Jovem  
FAPSS – Faculdade Paulista de Serviço Social  
JAC – Juventude Agrária Católica  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JIC – Juventude Independente Católica  
JOC – Juventude Operária Católica  
JUC- Juventude Universitária Católica  
LBA – Legião Brasileira de Assistência Social  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MEB – Movimento de Educação de Base  
MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos  
NEMESS – Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social  
NOB – Norma Operacional Básica da Assistência Social  
OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público  
OSSE – Obra Social Santa Edwiges  
PNAS – Plano Nacional de Assistência Social  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PO – Pastoral Operária  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
SALUS – Associação para Saúde  
SAM – Sociedade Defenda Mirandópolis  
SEBES – Secretaria Municipal do Bem-Estar Social  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SESI – Serviço Social da Indústria  
SESSUNE – Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social da UNE  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – População do município de São Paulo por (arqui) Diocese .....	101
Gráfico 2 – Ações sociais por segmento .....	101
Gráfico 3 – Áreas de ação social da Igreja em São Paulo .....	103
Gráfico 4 – Total de atendimentos por Setor Pastoral .....	106
Gráfico 5 – Total de Atendimento (percentual por serviços) .....	109
Gráfico 6 – Atendimentos por ação social no Setor Anchieta .....	120
Gráfico 7 – Atendimentos por ação social no Setor Imigrantes .....	124
Gráfico 8 – Atendimentos por ação social no Setor Ipiranga .....	128
Gráfico 9 – Atendimentos por ação social no Setor Vila Mariana .....	131
Gráfico 10 – Saúde: Setores e pessoas atendidas (%) .....	133
Gráfico 11 – Saúde: Serviços e pessoas atendidas (%) .....	134
Gráfico 12 – Educação: Setores e pessoas atendidas (%) .....	135
Gráfico 13 – Educação: Serviços e pessoas atendidas (%) .....	136
Gráfico 14 – Direitos Humanos: Setores e pessoas atendidas (%) .....	137
Gráfico 15 – Direitos Humanos: Serviços e pessoas atendidas (%) .....	138
Gráfico 16 – Assistência Social: Setores e pessoas atendidas (%) .....	139
Gráfico 17 – Assistência Social: Serviços e pessoas atendidas (%) .....	140
Gráfico 18 – Proporção de voluntários por Setor Pastoral .....	141
Gráfico 19 – Proporção de profissionais por Setor Pastoral .....	142

## **Introdução**

O Serviço Social no Brasil, como na experiência europeia, tem uma marca comum em sua gênese, pois nasce na ação solidária dos cristãos leigos e leigas engajados nos trabalhos da Igreja Católica. Num primeiro momento como instrumento para atender às situações emergenciais provocadas principalmente pela lógica do capitalismo industrial; e em seguida como resposta teórico-prática para superação das desigualdades sociais.

O exercício profissional do Assistente Social também encontra fundamento religioso na prática de solidariedade baseada no princípio da justiça a partir dos fundamentos judaicos que estabelecem relações fraternas junto aos mais enfraquecidos, como os órfãos, viúvas e estrangeiros. A partir da experiência da comunidade cristã e através do testemunho e anúncio de Jesus Cristo os povos do Ocidente consolidam em suas relações sociais a prática da virtude teologal da Caridade, que se expressa na solidariedade efetiva junto aos mais pobres e abandonados.

Sendo assim, a presente dissertação tem por objetivo recuperar o processo histórico que estabelece as relações entre a Igreja Católica e o Serviço Social no Brasil. É um exercício reflexivo sobre a ação social eclesial a partir dos serviços sociais prestados pela Igreja Católica na Região Episcopal Ipiranga da Arquidiocese de São Paulo a partir das dimensões da assistência, promoção humana e emancipação social, no período de 2000 a 2005.

No primeiro capítulo apresenta-se um breve histórico da Igreja Cristã desde os primeiros séculos ressaltando a prática da virtude da caridade nas primeiras comunidades. Destaca-se em seguida a presença da Igreja em relação com o Estado português no processo de colonização do Brasil até os primeiros anos da República, ressaltando as obras sociais desenvolvidas pelas irmandades leigas. No primeiro período republicano a instituição religiosa recupera sua presença pública junto à sociedade política e civil, criando inúmeros serviços e instituições para formação de lideranças católicas. Nesta conjuntura é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) que

culmina com o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil com a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo.

As dimensões dos serviços sociais da Igreja Católica a partir da assistência social, promoção humana e emancipação social tendo como eixo condutor o Ensino Social da Igreja desde a *Rerum Novarum* de Leão XIII até a última encíclica papal *Caritas in Veritate* de Bento XVI serão objeto do segundo e terceiro capítulos.

A apresentação da Caridade como elemento conceitual e prático será descrita no capítulo terceiro, para compreender as ações sociais que superam os limites do assistencialismo, pois está vinculada à exigência da justiça social como verdade teológica e se concretiza no dia-a-dia como serviço de assistência, promoção humana e emancipação social.

Em seguida, no capítulo quarto, o levantamento dos serviços sociais da Igreja Católica é apresentado tendo como base os dados da Região Episcopal Ipiranga a partir da pesquisa desenvolvida pelo Seminário da Caridade no período de 2000 a 2005.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico de informações das principais dissertações e teses de pós-graduação em Serviço Social e pesquisas sobre a história da Igreja e do Serviço Social no Brasil. Foram consultadas as Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Pontifícia Universidade Nossa Senhora Assunção e Arquivo Metropolitano de São Paulo.

Em seguida, realizamos a pesquisa de campo tomando como instrumento o projeto denominado “Seminário da Caridade”, em que se processou um levantamento dos serviços sociais da Igreja Católica das Dioceses de São Miguel Paulista, Santo Amaro, Campo Limpo e a Arquidiocese de São Paulo, que compreende as Regiões Episcopais de Belém, Brasilândia, Ipiranga, Lapa, Santana e Sé. A pesquisa foi realizada em separado para cada realidade específica da Igreja como: comunidades e paróquias, congregações religiosas, movimentos e associações leigas.

## Capítulo 1 - Igreja Católica e Serviço Social



Fonte<sup>1</sup>

As ações assistenciais da Igreja Católica no Brasil iniciam-se desde a chegada dos primeiros missionários jesuítas no período colonial com o processo de ocupação do espaço urbano das áreas litorâneas, fundação das primeiras vilas, das principais cidades e capitais dos estados brasileiros até a década de 30 do século XX, quando da criação da Escola de Serviço Social em São Paulo em 1936. Revela-se assim a estreita relação institucional da Igreja Católica com a efetiva institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Desde a chegada das primeiras populações portuguesas ao território nacional, perpassando pelos diferentes períodos históricos, ditaduras, da reabertura política até os dias atuais, encontramos a influência do catolicismo na formação sociopolítico e cultural da sociedade brasileira, bem como sua co-relação com as questões sociais que tanto desafiam os profissionais do Serviço Social.

O período do Brasil Colônia compreendido pelos anos de 1500 a 1821 é de predomínio dos serviços assistenciais vinculados à virtude da caridade, que possibilitam o desenvolvimento de ações sociais justificadas a partir de valores religiosos cristãos e princípios morais católicos. A questão social neste período revela-se como meramente uma questão de ordem moral inserida num contexto político de extrema união entre o

---

<sup>1</sup> Pintura de P. Valle Jr. Paris, 1912. Em exposição na Cúria Arquidiocesana de São Paulo no andar superior.

poder temporal (Estado) e o poder espiritual (Igreja) representado neste caso pelo sistema do padroado.

No período imperial de 1821 a 1889 a Igreja Católica desenvolve serviços sociais em favor das populações e grupos empobrecidos através das Irmandades Leigas e Congregações Religiosas que promovem atividades para acolher as necessidades do abandono, doença, invalidez, entre outros. Neste período o Estado não tinha preocupação com os problemas sociais e reconhecia a legitimidade do papel assistencial da Igreja Católica como missão sócio-pastoral no processo de salvação das almas dos assistidos e dos benfeitores.

No período republicano que se inicia em 15 de novembro de 1889 a Igreja Católica vive uma crise com o fim do sistema do padroado, provocado pelos conflitos com a maçonaria, onde predominavam os partidos Liberal e Restaurador, bem como o próprio governo monárquico. Em seguida, o Governo Republicano torna o Brasil um Estado laico, ou seja, sem o reconhecimento oficial de uma religião. Como havia diferentes posições entre a hierarquia da Igreja Católica, uns que defendiam o sistema monárquico e outros o sistema republicano, e por conta de um Clero envelhecido, a influência da Igreja ocorre somente após a Primeira Guerra Mundial com o que se denomina como “reação católica”. É o momento onde se fomenta a formação de novos organismos eclesiais, como por exemplo, a conhecida “Ação Católica” criada oficialmente em 1935; é priorizada a formação de lideranças cristãs e o desenvolvimento de trabalhos pastorais e sociais com grupos específicos com estudantes, operários, universitários do meio urbano e agrário.

O Brasil passa por várias fases políticas de 1932 até 1964, com sistemas autoritários e democráticos do Governo de Getúlio Vargas, com o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek e, por fim, o golpe militar que retirará do poder o presidente em exercício João Goulart, em substituição ao presidente eleito Jânio Quadros que havia renunciado. O golpe militar foi planejado pelos militares conciliando os interesses internacionais, entre eles os norte-americanos, os interesses de uma burguesia capitalista e parte conservadora da Igreja Católica que temia o avanço dos modelos socialistas e comunistas sobre os países da América Latina.

No âmbito eclesial o papado de João XXIII que se inicia em 28 de outubro de 1958 convoca o Concílio Vaticano II em 1962, que tem por objetivo atualizar a presença da Igreja Católica no mundo contemporâneo tendo como referência a experiência das primeiras comunidades cristãs. É feita a publicação de inúmeros documentos de ordem teológica, pastoral, doutrinária, ministerial e social que são bem recebidos pela Igreja Católica no Brasil. Ocorre também o fortalecimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e a implantação da metodologia da pastoral de conjunto. De modo específico, são realizadas também na América Latina duas conferências episcopais para atualizar o Concílio Vaticano II (1962-1965) na América Latina conhecida como as Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979).

No período de 1964 a 1985, os países da América Latina são submetidos a governos militares e autoritários. O primeiro país é o Paraguai, com a ditadura do General Stroessner e do Partido Colorado que se iniciou em 1959 e foi interrompida em 1989, sendo o último país a retomar os processos democráticos. No Brasil a ditadura é legitimada pelas forças conservadoras, partidos tradicionais que integraram a ARENA, setores tradicionais da Igreja Católica, empresários e as elites tradicionais brasileiras de 1964 a 1979, quando se inicia a reabertura política com a Lei de Anistia aos cidadãos exilados e a reorganização dos partidos políticos.

Em contraposição à conjuntura golpista militar, a Igreja no Brasil e na América Latina passa a contar com um novo referencial doutrinário denominado Teologia da Libertação, alterando a prática e a teoria que fundamentava a organização institucional, pastoral, administrativa e também os serviços sociais por ela desenvolvidos. Neste período a questão social revela-se verdadeiramente com o que identificamos como as causas e os problemas, estruturais e ou conjunturais, gerados na relação contraditória e exploradora do capital sobre o trabalho.

A Teologia da Libertação no Brasil como referência doutrinária e pastoral para a ação social e pastoral da Igreja perdura até o início dos anos 90. O papado de João Paulo II, de 1980 a 2007, é marcado por intervenções pastorais e medidas administrativas contrárias à Teologia da Libertação. A crítica da Cúria Romana e de suas respectivas prefeituras pontifícias se davam por conta da utilização da metodologia marxista a partir da dialética materialista na produção de análises e na promoção de uma ação eclesial

que tornava os cristãos leigos e leigas, em especial os empobrecidos como sujeitos sociais de sua própria libertação. Os principais pensadores da Teologia da Libertação são por diversas vezes convocados a prestar esclarecimentos, proibidos de se expressarem, seus respectivos livros tornam-se proibidos para publicação em editoras católicas. No caso brasileiro temos a figura do teólogo franciscano Leonardo Boff, que no final dos anos 90 renuncia sua à condição sacerdotal e seu vínculo com a instituição eclesial, não deixando sua condição de cristão adquirida pelo vínculo sacramental.

Os grupos tradicionais e conservadores, que não aceitaram plenamente as mudanças provocadas pelo Concílio Vaticano II, retomam os aspectos doutrinários e determinam a política eclesial da Cúria Romana alterando as metodologias e os planos pastorais a fim de adequar a Igreja Católica do Brasil na perspectiva de uma Teologia Dogmática e Romana.

No período de 1971 a 1997, a cidade de São Paulo era formada por uma única Arquidiocese conduzida por Dom Paulo Evaristo Arns e seus Bispos auxiliares. Durante os anos 80 e 90 são inúmeras as alterações pastorais, hierárquicas e metodológicas na Igreja do Brasil por parte da Cúria Romana, apesar de toda a força pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Na Arquidiocese de São Paulo, uma das intervenções que evidencia este momento histórico se deu com o desmembramento das periferias da zona leste e sul em novas dioceses autônomas e com a nomeação de Bispos vinculados a uma linha pastoral mais espiritualizada e doutrinária.

No ano de 1996, ao completar 75 anos, Dom Paulo Evaristo Arns encaminha o pedido de renúncia, em função das normas eclesiásticas, e o Papa João Paulo II aceita o pedido tornando-o Arcebispo emérito da Arquidiocese de São Paulo em 1998. Em seguida é nomeado para a Arquidiocese de São Paulo, Dom Cláudio Hummes, que estava na arquidiocese de Fortaleza, considerado pela hierarquia eclesial um pastor moderado.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A maioria dos Bispos ignora esta tipologia moderado, esquerda (Bispo vermelho) ou direita (Bispo conservador), por entender que a ação pastoral e religiosa está acima de questões ideológicas e políticas.

Sob a orientação pastoral do Cardeal Hummes se implanta na cidade de São Paulo, em parceria com as dioceses de São Miguel Paulista, Santo Amaro e Campo Limpo, o projeto Seminário da Caridade, com o objetivo de retomar a organização da ação pastoral e social da Igreja na cidade como um todo.<sup>3</sup>

O Seminário da Caridade<sup>4</sup> tem por objetivo avaliar a ação social da Igreja na cidade de São Paulo, refletir a partir da realidade social os projetos e apontar algumas intervenções a fim de melhor cumprir seus objetivos pastorais:

a) refletir sobre a caridade como virtude, testemunho e prática assistencial, promocional e libertadora; b) dar testemunho da caridade tornando visível a atuação da Igreja; c) incentivar pessoas, comunidades e sociedades para maior participação e envolvimento no testemunho da caridade; d) realizar levantamento e avaliação da atuação da Igreja a serviço dos pobres; e e) finalmente, elaborar propostas e linhas comuns de ação de caridade, colaborando na definição de políticas públicas. (ROMEIRO, 2002:9-10)

O Seminário da Caridade possibilitou o reconhecimento de que os serviços sociais da Igreja Católica sejam formados de forma complementar por três dimensões sociais promovidas pelas comunidades, paróquias, congregações religiosas, associações ou movimentos leigos que pertencem à Igreja:

- a ação assistencial;
- a ação promocional;
- e a ação de emancipação social.

Em cada uma destas dimensões pode-se identificar um referencial teórico e um contexto histórico específico. Hoje, a ação social da Igreja conta com a riqueza da diversidade destas ações que em alguns momentos estabelecem entre si relações de proximidade ou de distanciamento. São ações que se constroem e se dependem umas das outras.

---

<sup>3</sup> A junção das dioceses com a Arquidiocese que estão no espaço geográfico da cidade de São Paulo é conhecida como Província Eclesiástica e o Arcebispo de São Paulo ocupa a função de Arcebispo Metropolitano.

<sup>4</sup> Conferir Anexo I.

Esta análise possibilita a reflexão sobre as ações sociais geridas pela Igreja e sua inter-relação com a história do Serviço Social como instrumento de amadurecimento e avanços na política de assistência social.

Considerando que todas as religiões têm por objetivo ajudar o ser humano a se transformar espiritual e moralmente, seja na relação com o transcendente ou com a realidade humana, conclui-se que a instituição religiosa é responsável por uma das dimensões que integram a totalidade humana. Esta dimensão é a da espiritualidade que direta ou indiretamente está co-relacionada com as questões sociais, humanas, afetivas e cognitivas do ser.

Sendo assim, a Igreja Católica também cumpre no seu papel religioso a co-responsabilidade pela construção de um novo homem (ser humano) e de uma nova sociedade.

### **1.1. Os primórdios do Cristianismo**

O Cristianismo é a principal instituição religiosa na história do Ocidente nos últimos 2000 anos. A partir da experiência da comunidade dos seguidores de Jesus Cristo podemos analisar e compreender a influência e hegemonia do Cristianismo na civilização ocidental.

Segundo o sociólogo americano Rodney Stark<sup>5</sup>, a expansão desta comunidade religiosa se deu a partir da sua ação social baseada na virtude denominada como “caridade” e também pelo reconhecimento do papel feminino na esfera pública e privada.

Desde o início, os valores cristãos do amor e da caridade haviam sido traduzidos em normas de serviço social e de solidariedade comunitária. Quando as catástrofes se desencadearam, os cristãos estavam em

---

<sup>5</sup> Stark, Rodney. O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história. São Paulo: Paulinas, 2006.

melhores condições para enfrentá-las, o que resultou uma taxa substancialmente mais alta de sobrevivência. (STARK, 2006:88)

A caridade como virtude é expressa pelos cristãos no amor ao próximo, na misericórdia, na compaixão em especial para com os que mais sofrem. A rede de solidariedade gestada pelos cristãos é a principal característica destas comunidades que acolhiam em seu meio todos aqueles que eram descartados, como no Antigo Testamento, os órfãos, as viúvas, os imigrantes e migrantes (estrangeiro), os doentes e deficientes, as mulheres e os idosos, entre outros. Quando se analisa as condições reais de vida e os problemas enfrentados pelas primeiras comunidades como as guerras, pestes, fome, abandono, são os cristãos que garantem melhores condições de sobrevivência. Portanto, a caridade é considerada como a essência do Cristianismo.

Caridade: amor ao próximo. Forma de agir com amor e generosidade em todas as relações com os nossos semelhantes quer eles estejam em condição de inferioridade, de igualdade ou de superioridade econômica, social ou outra em relação a nós. Não se confunde com esmola.<sup>6</sup>

Rodney Stark refuta a tese de que a comunidade cristã é apenas a religião dos humildes. Considera que o Cristianismo mais se desenvolveu nos primeiros séculos nos centros urbanos, graças ao pensamento e projeto do apóstolo Paulo de Tarso (Saulo). É no centro urbano que a comunidade cristã encontrará um espaço favorável para a divulgação de suas verdades de fé e valores morais.

Os primeiros cristãos transformaram em bens comuns seus bens individuais. Por acaso perderam o que consideravam seus bens? Não. Se seus bens continuassem como propriedades exclusivas, cada um teria apenas o que era seu. Mas, quando transformaram em bens comuns seus bens individuais, cada um passou a ter como seus os bens que eram dos demais.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Inojosa, Rose Marie. Dicionário da Paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 15.

<sup>7</sup> Agostinho, in Comentário ao Salmo 131, ML 37,1718.

A afirmação de Agostinho nos remete ao texto escrito por Rosa de Luxemburgo quase catorze séculos depois afirmando que “o povo cristão deseja apenas que os que possuíam riqueza abraçassem a religião cristã e fizessem de suas riquezas propriedade comum, de modo que todos pudessem gozar destas coisas boas em igualdade e fraternidade”. (LUXEMBURGO, 1980)

A pregação da fraternidade universal fortalece a consolidação de uma rede social de solidariedade instituída de modo particular através do que se denominou como “sérias”. A nascente Igreja Cristã proporciona nos primeiros séculos a criação de ministérios, reconhecidos como serviços pastorais ou diaconias<sup>8</sup>, grupos ou associações solidárias que possivelmente dão origem ao que hoje se denomina como organizações não-governamentais – ONGS.

Os concílios provinciais, nacionais e ecumênicos trabalharam com insistência, pois a caridade para com o próximo era algo consubstancial ao Cristianismo, a obrigação dos prelados era para com os pobres, os enfermos, os órfãos, as viúvas e todos os desvalidos. (Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 2002:175)

Portanto, é a partir da experiência das primeiras comunidades que a Teologia Cristã<sup>9</sup> encontra espaço para propagar sua mensagem universal. A fundamentação para a ação social da Igreja encontra-se também nos escritos dos Santos Padres ou na Patrística, que é reconhecida pela Igreja como os primeiros escritos que dão a base para o Ensino Social da Igreja que tem como marco principal a encíclica pastoral do Papa Leão XIII com a publicação da *Rerum Novarum* em 1891. Neste mesmo contexto que Rosa Luxemburgo, diz, ao escrever sobre O Socialismo e as Igrejas: o Comunismo dos Primeiros Cristãos ressalta a importância dos santos Padres:

Foi S. João Crisóstomo, patriarca de Constantinopla, (nascido em Antioquia em 347, falecido no exílio, na Armênia, em 407) quem pregou mais ardentemente aos cristãos para regressarem ao primeiro

---

<sup>8</sup> Termo cristão que designa servir ao próximo, servir à mesa. O diácono ou a diaconisa são aqueles que servem a comunidades em suas necessidades.

<sup>9</sup> Podemos destacar posições teológicas que alteraram o comportamento humano como, por exemplo, o infanticídio, exclusão dos deficientes, proibição do divórcio, condenação do aborto, a crença na imortalidade e na compreensão do corpo físico como morada da alma.

comunismo dos Apóstolos. Este célebre pregado, na sua 11ª Homilia sobre os Atos dos Apóstolos, disse: “E havia uma grande caridade entre eles (os Apóstolos); ninguém era pobre. Ninguém considerava como seu o que lhe pertencia, todas as suas riquezas estavam em comum... uma caridade existia em todos eles. Esta caridade consistia em que não havia pobres, de tal modo que os que tinham bens apressavam-se a desprender-se deles. (LUXEMBURGO, 1980:34)

## **1.2. Os serviços sociais da Igreja Católica no Brasil Colônia (1500 a 1821)**

A partir do século XVI, a religião católica chega ao Brasil através das embarcações lusitanas com a proposta de colonização do território e catequização dos povos aqui encontrados. A extensão do Estado português se deu fundamentado no pacto entre o poder político e religioso da monarquia lusitana católica. A vinda de novas congregações, a construção de conventos e paróquias dependiam de uma autorização da Corte Portuguesa.

Segundo Azzi (1978), as primeiras congregações religiosas foram os jesuítas em 1554, os beneditinos em 1598, os carmelitas em 1591, os franciscanos em 1640, as carmelitas descalças em 1685, e as concepcionistas em 1774. As condições precárias da vida nos poucos e pequenos centros urbanos e as dificuldades na zona rural favoreceram a prática do catolicismo tradicional marcado por características medievais, familiares, sociais, laicas e lusitanas.

Nos três primeiros séculos a organização política estava em função do controle das relações de exploração do território e suas riquezas, da ocupação territorial contra a invasão de outros povos, entre outros; a instituição religiosa em função da catequese e da salvação das almas. (SOUZA, 2004:26)

No processo de formação da sociedade brasileira entre o Estado e a Igreja Católica há uma relação estreita também na promoção das ações sociais. Desde a fundação da cidade de São Paulo a Igreja Católica desenvolveu diversos serviços e ações assistenciais, como afirma Sposati:

A ajuda à população da cidade era obra dos Conventos, como o dos Franciscanos (desde 1640) que fornecia alimentos (os bodos), o Convento do Carmo (1591) e o de São Bento (1598). Os asilos dos pobres eram o local de troca entre as benesses dos ricos e a oração dos pobres recolhidos, que pediam benesses divinas para a ama dos benfeitores (as mercearias). (in STERI, 2002:71)

Por dificuldade da presença de membros da hierarquia religiosa<sup>10</sup> nos povoados, a organização laical e suas devoções populares encontraram espaço adequado para seu fortalecimento. Sendo assim, na relação dependente entre Estado e Igreja, os fiéis leigos iniciaram a organização de irmandades e ordens terceiras<sup>11</sup>.

A única Irmandade que manteve um aspecto nitidamente social foi a Irmandade da Misericórdia. As Misericórdias eram Irmandades com um estatuto próprio, com uma finalidade religiosa e assistencial ao mesmo tempo. Pertencendo às Misericórdias, os leigos participavam de modo ativo na vida da Igreja e faziam jus a benefícios de ordem espiritual. Ao mesmo tempo, através de suas esmolas e de sua atividade de assistência social aos pobres e enfermos davam a sua colaboração para melhorar de alguma forma as condições de vida da sociedade. (AZZI, 1978:92)

Na cidade de São Paulo o processo de ocupação do território e formação da comunidade também se deu da mesma forma na perspectiva de manter o processo colonizador e a implantação do catolicismo. A região era ocupada por muitas comunidades indígenas sob a responsabilidade dos jesuítas. As condições precárias impediam novas construções, inclusive de Igrejas e da presença de um pároco para zelar da fé.

---

<sup>10</sup> As nomeações e indicações de Bispos, Arcebispos, Padres e demais cargos eclesiásticos dependiam da solicitação e indicação por parte da Corte Portuguesa à Cúria Romana. Sendo de responsabilidade do Estado a manutenção dos espaços religiosos e do pagamento dos serviços prestados pelos membros da hierarquia através do sistema do Padroado.

<sup>11</sup> Irmandades da Misericórdia, do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, de São Miguel e Almas, Nossa Senhora de Pilar, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Boa Morte, e de São Pedro dos Clérigos. Ordens Terceiras: Franciscana, da Penitência, Nossa Senhora do Carmo, de São Domingos e dos Mínimos. Confraria de Santo Antonio.

As irmandades e ordens terceiras eram uma das expressões típicas da cristandade luso-brasileira. Podemos distinguir dois tipos: as irmandades de Misericórdia, destinadas à construção e à manutenção de hospitais e abrigos para indigentes, e as confrarias ou irmandades de fins culturais e devocionais, que, de acordo com seus estatutos, tinham como finalidade principal – não exclusiva – o culto ao seu santo patrono. (VILHEMA et PASSOS, 2005:182)

Evitava-se a presença de “homens livres” que na tivessem ofício na vila, pois estes eram considerados vagabundos e não podiam ser beneficiados pelas práticas de caridade das Igrejas. Os escravos eram de responsabilidade de seus senhores, os homens livres sem ocupação procuravam apoio para seu sustento como mão de obra de fazendeiros, e os portugueses desconsideravam o valor do trabalho manual. (SPOSATI, 1987:56)

Por limitação política e por conta da cultura religiosa as necessidades individuais ou familiares dos que ocupavam a Vila de São Paulo eram de responsabilidade da Irmandade da Misericórdia. Relata Souza (2004:83), que já em 1618 em São Paulo um Padre é nomeado provedor da Irmandade.

O desenvolvimento de São Paulo e sua ascensão política de vila à cidade<sup>12</sup> também é acompanhada pela progressão institucional religiosa de capela para paróquia até chegar à categoria de diocese<sup>13</sup>.

A cidade de São Paulo por três séculos foi marcada pela escassez de recursos para atender os serviços públicos e religiosos. Era caracterizada por empobrecimento generalizado e de preconceitos entre cristãos brancos, negros e indígenas. Esta situação é analisada por Sposati (1987), que ressalta o processo paralelo de enriquecimento e de empobrecimento vivido na cidade que incidiu sobre os serviços públicos destinados aos pauperizados.

---

<sup>12</sup> A proclamação da elevação de São Paulo à cidade foi realizada no dia 03 de abril de 1712 pelo decreto de 24 de julho de 1711.

<sup>13</sup> A diocese de São Paulo e Mariana foi criada em 22 de abril de 1745 por Dom João V, desmembrada da Diocese do Rio de Janeiro.

Nos séculos XVIII e XIX, período pré e pós-Império, os serviços de atendimento à população necessitada foram priorizados nas Irmandades da Misericórdia que atenderam as demandas com o apoio financeiro dos fiéis pela prática da esmola e doações testamentárias, e posteriormente com subvenções e contribuições financeiras dos órgãos públicos.

Um dos marcos referencial é o estabelecimento da Santa Casa de Misericórdia em 1715 que atendia, dentre a população carente, por exemplo, os doentes, os idosos desamparados e os órfãos. Os serviços eram de responsabilidade de pessoas sem capacitação técnica, que agiam motivadas principalmente pela virtude da caridade cristã.

Sobre o histórico da assistência social em São Paulo, Kfourri (1940:21) apresenta os dados levantados por Tolstoi de Paula Ferreira<sup>14</sup> em sua tese de graduação sobre os serviços realizados pela Irmandade da Misericórdia<sup>15</sup>: em 1715 instala-se em São Paulo uma pequena enfermaria; em 1783 assume a responsabilidade da Roda dos Engeitados; em 1799 promove a assistência aos leprosos e seu acolhimento; em 1825 assume a Casa de Correção e Trabalho (assistência aos presos e alienados); em 1854 os alienados são transferidos para um hospício. Até este período os serviços sociais da Igreja e do Estado eram promovidos pelas Irmandades de Misericórdia dentro das características de um catolicismo tradicional.

O estabelecimento das congregações femininas em São Paulo foi intenso no fim do século XIX e no início do século XX. O projeto de educação católica para o sexo feminino em grande parte correspondia às expectativas e às idealizações das classes médias e alta. A mulher idealizada pelas congregações femininas era, sobretudo, a dona de casa, fiel esposa e boa mãe. (VILHEMA et PASSOS, 2005:137)

---

<sup>14</sup> Subsídios para a História da Assistência Social em São Paulo – Obras Sociais no Império – por Tolstoi de Paula Ferreira (Edição do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo – Separata da Revista do Arquivo Municipal, Volume LXVII – Junho – 1940).

<sup>15</sup> Azzi (1978:92), Sposati (1987:65).

O período imperial<sup>16</sup> é marcado por ações sociais sob responsabilidade de congregações religiosas e organizações laicais sob a orientação eclesiástica, em sintonia com a proposta de um catolicismo renovado (AZZI, 1978:9). O atendimento social aos órfãos, viúvas, doentes, presos e imigrantes são assumidos pelas congregações religiosas masculinas e femininas, a partir de seus carismas, como por exemplo no Seminário das Educandas da Glória (1825), Externato São José (1880), Seminário dos Educandos de Santana (1825), as Conferências Vicentinas e Associações de Damas da Caridade (1874), em atendimento às necessidades emergenciais como alimentos, remédios, roupas, entre outros. A Cúria episcopal de São Paulo funda em 03 de agosto de 1877 a Caixa Auxiliadora da Redenção aos Cativos como forma de auxiliar os escravos negros a comprarem suas cartas de liberdade. Em 1894 cria-se o Colégio Nossa Senhora do Carmo, e a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu (carlistas) assumem o orfanato Cristóvão Colombo em 1895, que atendiam às crianças órfãs de imigrantes. A Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor assume o Asilo do Bom Pastor na Aclimação para atender crianças e adolescentes a partir de 1897.

Nesta fase observa-se também a crescente presença de serviços sociais de caráter filantrópico e por iniciativa de benfeitores e benfeitoras, como por exemplo, do Liceu de Artes e Ofícios (1873) pelo Leôncio de Carvalho e a Assistência Protetora da Infância Desvalida no Instituto Dona Ana Rosa (1874) da família Queiroz.

Com o aumento da imigração surgem também iniciativas de constituição de obra de auxílio mútuo como, por exemplo, da Beneficência Portuguesa em 1859 a fim de promover o espírito de solidariedade entre os imigrantes sócios e não-sócios.

---

<sup>16</sup> CF. Wernet, Augustin. A Igreja paulista no século XIX in Vilhema, Maria Angela et Passos, João Décio (org). A Igreja de São Paulo Presença Católica na história da cidade. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 129.

### **1.3. A Igreja Católica frente às transformações sociais, políticas e econômicas do mundo moderno**

Os efeitos da Reforma Protestante do século XVI, num primeiro momento, desestabilizaram a instituição católica do ponto de vista religioso<sup>17</sup> porque a Igreja não mais detinha o monopólio confessional com a perda da hegemonia ideológica em disputa com o movimentos da modernidade como o racionalismo, renascentismo e humanismo. Aviltada mais ainda com a Revolução Francesa, a instituição quase sucumbiu aos ‘novos tempos’ do século XIX por conta da consolidação na Europa da sociedade industrial.

Politicamente, o período da Idade Moderna (Séculos XIV ao XVI) foi marcado pela consolidação dos Estados Nacionais, monárquico em alguns e republicano em outros, porém todos baseados na condição da soberania nacional. As transformações que ocorrem são fundamentais para as novas sociedades liberal e burguesa, pois a fim de atender seus interesses econômicos vão estabelecendo relações tanto com o Estado como com a Igreja a partir da dependência econômica de ambas. Os Estados Nacionais foram sustentados pelo crescimento econômico propiciado pela Revolução Industrial, que, por sua vez, permitia o avanço da ciência e suas tecnologias, possibilitando assim a consolidação do capitalismo. O liberalismo como ideologia da classe burguesa, responsável pelos fenômenos citados, trouxe também como consequência o processo de secularização das relações sociais que contrariava profundamente a tradição católica.

Certamente, o fato mais importante ocorrido na segunda metade do século XIX para a Igreja Católica foi o lançamento da Encíclica *Rerum Novarum* (RN), em 15 de maio de 1891, pelo Papa Leão XIII. Segundo os pesquisadores do catolicismo a *Rerum Novarum* é considerada como a encíclica papal que marca o início do Ensino Social da Igreja (DSI).<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> As Reformas ocorreram num período de transição, da época medieval para a moderna, quando a mentalidade ainda era marcada fortemente pelo espírito religioso, e era necessário que as novas relações econômicas fossem legitimadas sacramentalmente.

<sup>18</sup> Para Ildefonso Camacho (1995, p. 12), a Encíclica “assinala um marco na história. No entanto, essa data tem um valor apenas indicativo”. Para o autor, é mais considerável que se atribua o mérito ao próprio Pontífice, pois Leão XIII já havia abordado em encíclicas anteriores temas relacionados com a estrutura social.

A encíclica é um documento de caráter público, bastante utilizado pela instituição católica durante a criação e desenvolvimento do Ensino Social da Igreja, com o objetivo de alcançar, de modo efetivo, o mundo católico e transformar a realidade sócio-política.

É característico da época moderna, isto é, de um tempo em que a Igreja já não preside, com sua autoridade, o desenvolvimento da vida social, mas também pouco renuncia a pronunciar-se sobre os problemas e as ideias próprias da época. Por conseguinte, sua temática não costuma ter caráter dogmático nem intra-ecclesial: são os problemas sociais, políticos e econômicos que constituem o objeto preferencial das encíclicas pontifícias, que fazem parte do magistério ordinário da igreja, não infalível, mas que deve ser aceito pelo crente com um sincero assentimento interior. (CAMACHO, 1995:15)

No contexto em que foi elaborada, a *Rerum Novarum* relata os problemas com os quais a Igreja se defrontava no momento: o socialismo e o capitalismo no contexto da Revolução Industrial. O liberalismo foi o um dos responsáveis pela perda de hegemonia que a Igreja desfrutava no período anterior, pois o poder legitimador dos governantes deixa de ser o poder temporal e passa a ser o poder econômico. Do lado oriental, o socialismo contribui com o enfraquecimento da instituição religiosa cristã católica romana e também cristã ortodoxa<sup>19</sup>, pois o projeto revolucionário dos socialistas e também dos comunistas estabeleciam a independência do povo das amarras ideológicas que serviam como instrumento a serviço da sociedade liberal. Portanto, o liberalismo, bem como o socialismo, em seus caminhos diametralmente opostos não se sujeitava aos valores impostos pela Igreja Católica. Por isso a *Rerum Novarum* trata, basicamente, em criticar esses dois sistemas econômicos e políticos.

A *Rerum Novarum*, como já afirmado, é considerada o primeiro documento oficial da Igreja que tratou dos problemas oriundos da sociedade industrial. Estruturada em três partes, buscou inicialmente apresentar a situação da classe operária, depois

---

<sup>19</sup> O primeiro cisma da Igreja Cristã ocorreu em 1050, dividindo a Igreja Cristã na parte Ocidental com a Igreja Católica Apostólica Romana e no Oriente a Igreja Cristã Ortodoxa tendo como chefe religioso o patriarca de Constantinopla. A Igreja Ortodoxa segue os principais fundamentos do Cristianismo, porém não está política e administrativamente ligada à Cúria Romana, portanto não está hierarquicamente submissa ao Papa romano.

criticou a proposta socialista, para, em seguida, propor a “solução verdadeira” que deveria agir em três frentes: a) da Igreja Católica e sua doutrina, que mostrava à sociedade como viver de forma cristã e a sua ação em prol dos operários; b) do Estado, que deveria agir hábil e corretamente dentro de sua esfera e c) dos patrões e empregados, reconhecendo a necessidade de associação dos operários. Nesse momento, o texto aproveita para exortar as organizações operárias católicas. Para comprovar o que acabamos de afirmar seguem trechos da encíclica:

Por tudo o que nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular. (SANCTIS, 1991:20)

A Igreja Católica propõe através da Encíclica uma coesão ou convivência pacífica de colaboração entre as classes, numa análise sociológica ao modelo da escola organicista e positivista, o que é próprio do contexto da época:

[...] assim como no corpo humano os membros, apesar da sua diversidade, se adaptam maravilhosamente uns aos outros, de modo que forma um todo exatamente proporcionado e que as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital. (SANCTIS, 1991:22)

Por fim, destaco um trecho da Encíclica para demonstrar que a solução para a questão social deveria, obrigatoriamente, passar pelo crivo da Santa Sé. Como se a questão social fosse apenas um problema de ordem moral, portanto de responsabilidade da Igreja:

É com toda a confiança que nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, a não ser apelar para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a nós que está confiada a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria aos olhos de todos trair ao nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços: isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. (SANCTIS, 1991:20)

Em primeiro lugar, um dos maiores temores da hierarquia romana era a perda de seu vasto patrimônio, do esbulho de seus bens. Desde quando a classe operária é irmã gêmea da classe burguesa? E se analisarmos a história da Igreja Católica no mundo veremos que desde a sua inserção formal ao Império Romano, a instituição representou e legitimou o poder das classes dominantes.

Para Franklin Oliveira Jr. (2000:45), “*a chamada doutrina social da Igreja, quando sinceramente praticada, traduz-se numa perseguição utópica do ‘equilíbrio’ entre os grupos sociais*”. Isso porque a *Rerum Novarum*, segundo o autor:

[...] após combater a transformação dos homens em mercadorias e exaltar sua atividade criadora, sua personalidade e liberdade indestrutíveis que santificam o trabalho, verifica que o mesmo não se aplica à propriedade privada (erigida em direito natural como na doutrina liberal) ou à desigualdade de aptidões. As ressalvas levariam à Igreja à aceitação da riqueza e de práticas assistencialistas. Sobre os valores éticos resolverem os desígnios econômicos e não o ‘ódio de classe’. (OLIVEIRA JR., 2000:45)

Uma das interpretações para a *Rerum Novarum* é colocá-la como parte de um processo que visava à reconstrução da sociedade em bases cristãs, ou seja, a

recuperação da cristandade<sup>20</sup>, para que a questão social gerada nas transformações do processo capitalista pudesse ser solucionada. Segundo Leão XIII, o remédio para os males da humanidade seria o retorno para a vida e instituições cristãs. Ensino Social da Igreja: “[...] não devia se limitar a dar um testemunho evangélico diante dos problemas, mas que ela e apenas ela era detentora dos princípios de valor universal em conformidade como os quais deveria se estruturar uma correta convivência”. (MENOZZI, 1998:111)

A busca pela solução da questão social e a reconstrução da ‘Cristandade’, na qual o Papa deveria ter uma ação diretiva nas sociedades católicas tem uma relação quase que direta. Se, com o Papa Leão XIII, o criador do Ensino Social da Igreja<sup>21</sup>, vivia-se um período de iminência do socialismo e avanço do capitalismo, com Pio XI, a conjuntura mundial já havia se transformado com o socialismo implantado na Rússia e o capitalismo passando por sucessivas crises. Foi o início do período do sistema totalitário na Espanha, Itália e Alemanha. O Papa Pio XI desenvolveu reflexões do Ensino Social da Igreja similarmente ao seu antecessor. A publicação da encíclica *Quadragesimo Anno* em 15 de maio de 1931 critica tanto a ditadura socialista, quanto à capitalista. Com a *Divini Redemptoris*, de 19 de março de 1937, condena o comunismo e com a *Mit Brennender Sorge*, de 14 de maio de 1937, condena o nazismo.

Do ponto de vista doutrinal houve um retorno ao pensamento de São Tomás de Aquino com a recuperação do referencial teórico denominado como “Escolástica”<sup>22</sup>. O responsável pela volta da filosofia tomista na Igreja foi o pontífice Leão XIII que fez publicar a Encíclica *Aeternis Patris* em 4 de agosto de 1879, que ressalta a importância

---

<sup>20</sup> Experiência vivenciada na história da humanidade com a aliança do Trono (poder temporal) e o Altar (poder espiritual) no sentido de construir uma sociedade marcada pela fé e moral cristã católica. O que é também observado conforme Riolando Azzi (1994b) nos anos 20 do século XX com a aproximação da Igreja Católica no Brasil com o Estado contra as ideias socialistas.

<sup>21</sup> Para Martelli, a DSI é um exemplo de “institucionalização das crenças religiosas na sociedade moderna”. Para ele, sua formação apresentou 4 fases: a) a sua criação a partir da *Rerum Novarum*, em 1891, por Leão XIII, ratificada e sistematizada por Pio XI, com a *Quadragesimo Anno*, em 1931; b) a DSI como “visão de mundo da subcultura católica”, principalmente no período anterior e posterior à 2ª Guerra Mundial, que permitiu a organicidade do mundo católico “preservando-lhe as fronteiras, especialmente em países governados por regimes ditatoriais ou de hegemonia laica”; c) a partir do Concílio Vaticano II, onde a DSI foi redenominada de ‘Ensino Social da Igreja’, instaurando um período de reflexão e por fim d) quando ocorre a reestruturação da DSI “em torno do tema trabalho, realizado por João Paulo II” a partir de 1981 (*Laborem Exercens*) e em 1988 (*Sollicitudo Rei Socialis*). Stefano Martelli (1995).

<sup>22</sup> Santo Tomás de Aquino procurou a partir da filosofia materialista aristotélica fornecer as bases filosóficas da Teologia, aproximando assim o conhecimento científico (razão) aos princípios da Teologia (fé).

e a necessidade do pensamento teológico de São Tomás de Aquino para o desenvolvimento das sociedades. Segundo Moura (1978) o tomismo:

[...] se transformou na fonte principal – doutrinária, teológica e filosófica – do Magistério Eclesiástico, recebendo dela os pastores e os mestres os princípios para fazerem frente às novas correntes filosóficas, políticas e sociais, bem como a orientação para a solução dos problemas suscitados pelas novas situações históricas. (MOURA, 1978:24)

Para Oliveira Jr. (2000), o Papa Leão XIII apesar de inflexível no que se refere a dogmas, buscou reconciliar-se com o ‘espírito do tempo’ e por isso foi encontrar no ‘doutor da escolástica’, referenciais teóricos para enfrentar o novo racionalismo.

Tentativas anteriores de conciliar a razão com a fé já haviam sido feitas, porém, em outra realidade político-religiosa. [...] O ‘aquinista’ funda um novo sistema racional, baseado numa bem estruturada lógica em que a filosofia passa a servir da teologia. Para ele, também, há uma ordem que rege o cosmo inteiro, na qual está incluído o criador. Mesmo submetido a planos hierárquicos, todo movimento adquire sentido no conjunto. A própria razão exerceria uma função importante nesse todo. Da cadeia de causas e efeitos sugerira a existência do ‘primeiro motor’ divino. À observação de uma escala de perfeição dos meios se insere o mais perfeito. Deus havia confiado à razão a tarefa de conquistar as verdades que lhe eram acessíveis, ‘para depois edificar nelas, mais amplamente, o conhecimento da revelação’. Desta forma, insere a razão no plano geral divino. A ascensão da razão, porém, não chega a certos mistérios da fé. Na verdade, razão e revelação seriam manifestações do divino. (OLIVEIRA JR., 2000:44)

Na Igreja Católica do Brasil, e da mesma forma nos demais países da América Latina, a Cúria Romana tratou de investir na hierarquia católica antes que as transformações do velho mundo aportassem definitivamente no país provocando ainda mais rupturas e mudanças de ordem administrativa e pastoral.

O processo de autonomia da instituição católica no Brasil, iniciado em 1890, depois da separação oficial do Estado, coincidiu com as novas diretrizes da Santa Sé, durante o século XIX, alcunhado de século ultramontano. Essas diretrizes visavam basicamente trazer para a órbita romana, as demais igrejas nacionais, com vistas a fortalecer o poder papal. Ainda mais na segunda metade do século XIX, em que a Igreja sentia o abalo das invasões dos territórios pontifícios e perdia espaços cada vez maiores nas sociedades ocidentais devido à modernização das estruturas econômicas e políticas, e a conseqüente secularização. Por secularização entende-se “o processo histórico pelo qual a sociedade e a cultura modernas se libertaram do controle religioso”. (MENOZZI, 1978:5)

Pressionadíssima pela secularização<sup>23</sup> e pela perda de poder em sua própria sede, a Igreja Católica resolve contra-atacar fortalecendo e disseminando o ultramontanismo<sup>24</sup>. Do ponto de vista doutrinal, condenou a sociedade contemporânea através de diversas bulas e encíclicas<sup>25</sup> que criticavam veementemente tanto o liberalismo, quanto o comunismo, o racionalismo e o próprio progresso. Esse processo culminou num fortalecimento extremado do supremo sacerdote e em 1870, durante o Concílio Vaticano I, quando foi proclamado o dogma da infalibilidade papal. Uma das estratégias utilizadas pela Santa Sé para manter-se ativa e concorrer com as demais ideologias e religiões, foi a de não poupar esforços para revitalizar antigas ordens religiosas e para criar outras. Miceli (1988:12), citando Stephen Neil (1979) afirma que “o século XIX foi o mais fecundo do que qualquer outro no que concerne à formação de

---

<sup>23</sup> Semanticamente, o termo era utilizado inicialmente, em acordo com o Direito Canônico, para indicar a posição do sacerdote na Instituição Católica, quando não pertencia a alguma Congregação, designava-se e designa-se ainda hoje, pertencente ao Clero secular. Usava-se a palavra também, quando se transferiam bens eclesiásticos para destinação profana. Em fins do século XVIII, porém, o conceito incorporou valor político e ideológico, com o fim dos principados católicos alemães. Este marco histórico simbolizou “a vitória da razão sobre o obscurantismo do governo clerical”. Em fins do século XIX e início do séc. XX, a Igreja Católica firmou-se mais contrária à secularização pelo fato deste generalizar-se ainda mais, agora no âmbito cultural: “definindo a emancipação de todos os setores da vida humana da subordinação ao mágico, ao religioso, ao sobrenatural e ao cristão, como também se confundiu com outro substantivo, secularismo, utilizado para definir a ideologia segundo a qual era mister abater todas as religiões e Igrejas”. A Santa Sé só vai se posicionar mais aberta à secularização nos anos 60 e 70 do séc. XX, conforme relata Daniele Menozzi (1998).

<sup>24</sup> Movimento eclesial que estabelece a obediência ao Papa em questões de fé e doutrina. No século XIX refere-se como movimento em reação ao mundo moderno, inclusive político e cultural, em favor do centralismo religioso, ideológico e político do Papa.

<sup>25</sup> Temos a *Quanta Cura* e a *Syllabus*, ambas de 1864 por Pio IX. A primeira condena o modernismo e a segunda criticava as ideias progressistas e o cientificismo (AZEVEDO, 1978). Ver também Sérgio Miceli (1988).

*novas Ordens e Congregações especialmente devotadas ao trabalho missionário*". Dentre elas os Maristas, criados em 1817, os Salesianos em 1859 e a Sociedade de São José para Missões Estrangeiras, criada em 1866.

No correr dos longos pontificados de Pio XI (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903), o Vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do Clero e da alta hierarquia em áreas coloniais de missão e em outros domínios territoriais que continuaram pesadamente sujeitos aos interesses comerciais e políticos europeus, como era o caso da América Latina. (MICELI, 1988:13)

Essa política expansionista inaugurou o período a que costumamos denominar de *romanização*. Esse processo, porém, encontrou alguns obstáculos provenientes da própria estrutura antes montada no país, durante os períodos da colônia e do império. Internamente, a Igreja Católica brasileira nunca foi devidamente agregada ou unida<sup>26</sup>, devido principalmente à sua dependência do Estado, além da insuficiência do Clero para um país de porte continental.

Segundo Azzi (1977a), quando a República foi proclamada em novembro de 1889, o episcopado brasileiro encontrava-se muito enfraquecido, pois a maioria dos Bispos estava doente e/ou era idosa. Como eram muito conservadores e alguns expressamente monarquistas, foi preciso muita habilidade política de Dom Macedo Costa para unir a hierarquia na confecção da carta Pastoral Coletiva, de 19 de março de 1890, que indicava a aceitação do novo regime. Conforme o autor, com a morte de Dom Macedo, o episcopado brasileiro teria ficado sem liderança até os anos vinte, quando apareceram as ações empreendedoras de Dom Sebastião Leme.

---

<sup>26</sup> Apesar da busca por uma unidade no episcopado brasileiro, existiram diferenças importantes entre seus membros, inclusive de formação. Mesmo no último quartel do século XIX, onde alguns autores ressaltam a união entre os Bispos, havia distinções. Alguns por exemplo, não escondiam sua preferência pelo regime monárquico. Quanto aos Padres faltavam também maiores conhecimentos sobre a própria instituição romana, como por exemplo, a doutrina tomista adotada, dentre outros. Outro fator importante era a proibição do Império aos Bispos de saírem de suas respectivas dioceses sem a devida licença, o que dificultava muito o planejamento do trabalho pastoral. (O. LUSTOSA, 1991)

#### 1.4. Igreja na Primeira República (1890 – 1930)

Com a instalação da República em 1889 e a separação oficial da Igreja Católica com o Estado brasileiro em 1890, a situação da instituição religiosa agravou-se. Uma vez que nos anos iniciais do novo regime republicano travou-se uma batalha ideológica entre os grupos políticos que desejavam legitimá-lo e por outro lado eram unidos na crítica contra a tradição católica, própria dos tempos modernos europeus quando do predomínio do racionalismo.

O instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno é, naturalmente, a ideologia, a justificação racional da organização do poder. Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas por volta da virada do século. CARVALHO (2000)<sup>27</sup>

Terminada a batalha ideológica com a vitória dos liberais laicistas<sup>28</sup>, a hierarquia eclesiástica, que segundo Riolando Azzi (1977 a) ficara afastada não só de direito, mas de fato do cenário político nacional, reiniciará um movimento a partir dos anos 20, conhecido por Restauração Católica. Com esse movimento, a hierarquia eclesiástica desejou criar uma ordem política e social fundamentada em princípios cristãos, estabelecendo nos primeiros anos do século XX a criação de inúmeros colégios católicos que irão formar os filhos das elites aristocráticas da época. Deve-se considerar também que a laicização abriu caminho ao agnosticismo e ao ateísmo. O Padre representava o antigo, o ultrapassado – a tradição. Assim sendo, a Igreja sofreu oposição

---

<sup>27</sup> No jacobinismo temos a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo com a participação direta de todos os cidadãos; o liberalismo desejava uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado, cabendo ao governo interferir o mínimo possível na vida dos cidadãos; já o positivismo professava uma utopia mais saliente: a República era vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os indivíduos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada. (JOSÉ MURILO DE CARVALHO, 2000)

<sup>28</sup> Representados em sua maioria por lideranças políticas do campo jurídico e ligados à maçonaria. A primeira fase da República Velha estava sob o controle dos militares, ex-monarquistas, passando logo em seguida para as forças das oligarquias rurais paulistas, mineiras e gauchas.

por parte dos liberais e positivistas, e é por isso que manteve um ar de desconfiança e desgastado para com a república por diversos anos.

Pode-se afirmar que durante os trinta primeiros anos o decreto de separação entre Igreja e Estado promulgado em abril de 1890 foi mantido rigidamente. Por parte dos líderes políticos, houve um desconhecimento quase completo da ação e da presença da Igreja. Dominava o pensamento liberal e positivista. [...] A Igreja Católica preocupava-se principalmente com a sua organização e vida interna. (AZZI, 1977a:61)

Nos primeiros anos do século XX criam-se inúmeras dioceses e arquidioceses no Brasil, dentre elas a diocese de São Paulo é elevada à categoria de Arquidiocese pela Bula do Papa São Pio X em 07 de junho de 1908.<sup>29</sup>

Com o avanço das denominações protestantes, o campo religioso brasileiro ficou multifacetado. Apesar de o catolicismo ser ainda a religião com o maior número de adeptos, não se pode esquecer que membros das religiões afro-brasileiras diziam-se católicos para não serem perseguidos, nem estigmatizados. Essa conjuntura de concorrência religiosa, mais a hostilidade dos positivistas e liberais, aliada à orientação da cúpula romana fizeram com que a hierarquia católica brasileira fortalecesse suas relações com as hostes conservadoras da sociedade civil e política do país, representadas pela aristocracia cafeeira das oligarquias estaduais. A partir dos anos 20, a Igreja Católica buscou demonstrar como era necessária a sua colaboração ao Estado para a manutenção da ordem, da paz e principalmente, do governo vigente<sup>30</sup>. Nesse período, a Igreja se dispôs a uma maior colaboração com o governo, buscando um acordo com o Estado, no qual os poderes: civil, político e religioso se unissem para defender interesses e metas comuns.

---

<sup>29</sup> O primeiro Arcebispo de São Paulo é Dom Duarte Leopoldo e Silva no período de 1907 a 1938. É responsável pelo início da construção da Catedral da Sé em 1913, promovendo o I Congresso Eucarístico em 1915 em São Paulo, transformando colégios católicos em hospitais para atender ao surto da gripe em 1918 e funda o Seminário Central do Ipiranga em 1934.

<sup>30</sup> Os movimentos operários começam a se fortalecer em fins da segunda década, culminando nas greves de 1917 e 1919 e nos levantes tenentistas dos anos 20.

A preocupação com as questões sociais e com a situação da classe operária concentrou não apenas a atenção do Estado, mas de outras instituições. Entre elas, destacou-se a Igreja Católica quem na época intensificava o trabalho de mobilização de católicos leigos tendo como perspectiva a difusão do pensamento social da Igreja. Organizam-se movimentos de Ação Social, Ação Católica e voltam-se os esforços para as Obras Sociais.” (YAZBEK, 1977:17)

O poder político, por sua vez, voltou a ver na Igreja um valioso apoio para a manutenção da ordem pública conturbada pelos movimentos revolucionários que caracterizaram esse período. Segundo a visão das autoridades políticas e eclesiásticas, esses movimentos opositores ao sistema vigente destinavam-se a desagregar a unidade política e religiosa do país. Assim é que o namoro das duas instituições começou ainda durante a República Velha, mais precisamente no governo de Epitácio Pessoa (1918-1922), incrementou-se no de Artur Bernardes (1922-1926)<sup>31</sup> quando “*se proclamou oficialmente a necessidade de colaboração política entre a Igreja e o Estado*”.(AZZI, 1977b:83).

E quando as forças revolucionárias impuseram a deposição ao presidente Washington Luís, que teimava em permanecer no Palácio Guanabara, foi Dom Sebastião Leme, Cardeal do Rio de Janeiro, empossado há poucos dias, o mediador que convenceu o presidente deposto a retirar-se pacificamente para o exílio.

O maior responsável pela Restauração Católica foi sem dúvida alguma o Cardeal Leme. “*Graças a seu prestígio e influência, o poder da Igreja passou a ser respeitado e valorizado nessa época*” (AZZI, 1977b:101). Dom Sebastião Leme foi Arcebispo de Olinda de 1916 até o início dos anos 20, quando foi transferido para o Rio de Janeiro como Bispo coadjutor. Dom Sebastião Leme já demonstrava nesse período, orientação política de reaproximação entre Igreja e Estado. É famosa a sua Carta Pastoral de 1916,

---

<sup>31</sup> Católico de formação, já demonstrava vontade de apoiar e obter apoio da Igreja Católica desde 1921, quando dirigia o estado de Minas Gerais. Foi no seu governo que se reiniciaram as relações entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica em 04 de maio de 1924, data comemorativa ao Jubileu de Ouro do primeiro Cardeal Brasileiro Dom Arcoverde. (AZZI, 1977b). A primeira vez depois de 1890, que uma autoridade eclesiástica foi honrada pelo governante máximo do país e todo o seu séquito: todos os ministros, senadores. No dia seguinte, o presidente Artur Bernardes ofereceu ao Cardeal Arcoverde e ao Episcopado brasileiro banquete oficial no Itamaraty, o que demonstra mais uma vez, a intenção real por parte do governo em agradar a Igreja para obter seu apoio.

que trata a questão sobre o ensino religioso e traz reflexões da necessidade de se retomar a dimensão política da Igreja Católica.

Esta carta pastoral de D. Leme constitui um expressivo documento acerca das intenções de Roma para a recuperação e inferência da Igreja Católica junto ao poder político no Brasil. Seu discurso perpassa por dois pontos básicos adotados pelo catolicismo e pelo governo de Getúlio Vargas a partir de 1930: ensino religioso obrigatório e organização da Ação Católica (grupo de intelectuais leigos fiéis à doutrina romana) em todo o território brasileiro. (ALMEIDA, 2001:70)

Para Casali (1995), Dom Leme deslocou a atuação da Igreja do tradicional campo de negociações da sociedade política para o campo de luta hegemônica da sociedade civil. Não diria que deslocou, mas que alargou seu campo de ação, uma vez que a primeira é um prolongamento da segunda. Havia, devido ao contexto da época, uma influência direta na sociedade brasileira partindo não apenas do alto, das funções políticas, como também, pela base da sociedade.

Destacam-se em seguida alguns fatos e datas importantes: em 24 de fevereiro de 1921, Dom Sebastião Leme, Arcebispo de Olinda, foi nomeado Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano fundou a revista *Ordem*, sob a direção de Jackson de Figueiredo. Em 1922, mais precisamente, em 22 de abril, Dom Leme desfilou ao lado do Presidente Epitácio Pessoa na capital federal (Rio de Janeiro). Ainda em 1922, Dom Leme fundou a Confederação Católica do Rio de Janeiro que reuniu as associações católicas da Arquidiocese e o Centro Dom Vital. Em 1923, Dom Leme publicou o livro *Ação Católica*<sup>32</sup>. Em 04 de maio de 1924, o Presidente da República, Artur Bernardes, visitou o Cardeal Arcoverde no Palácio Arquiepiscopal e no dia seguinte, ofereceu-lhe e ao episcopado brasileiro, um banquete no Itamaraty para comemorar o jubileu do Cardeal. Em 1925, o *Jornal do Comércio* publicou um volume especial sobre a Igreja Católica comemorando o ano de 1925 – Ano Santo. Em 15 de agosto de 1928, Alceu Amoroso Lima<sup>33</sup>, recém convertido ao catolicismo, recebeu a comunhão pelas mãos do Padre Leonel Franca. Ainda em 1928, foi liberado pelo Governo de Minas Gerais, o

---

<sup>32</sup> Germe embrionário para a formação da Ação Católica Brasileira que seria oficialmente criada em 1935.

<sup>33</sup> Transformou-se num dos maiores intelectuais leigos a serviço da Igreja Católica, escrevendo seus artigos e livros sob o pseudônimo Tristão de Ataíde.

ensino de catecismo nas escolas; em 04 de novembro falece a liderança leiga Jackson de Figueiredo, responsável pela Revista Ordem; no dia seguinte, ocorreu o primeiro encontro entre Dom Leme e Alceu Amoroso Lima a fim de dar continuidade aos trabalhos. Em 1929, Dom Leme funda a Ação Universitária Católica (AUC) que possibilita a criação da Ação Católica Brasileira e seus grupos específicos como Juventude Agrária (JAC), Juventude Estudantil (JEC), Juventude Independente (JIC), Juventude Operária (JOC) e a Juventude Universitária (JUC). A metodologia adotada pela Ação Católica é a metodologia francesa “Ver, Julgar e Agir”. Em abril de 1930 falece o Arcebispo Cardeal Arcoverde deixando a sede arquiépiscopal vacante.

Em 05 de junho de 1930 Dom Sebastião Leme foi nomeado Cardeal, sendo sagrado no mês seguinte pelo Papa Pio XI, em Roma. Em outubro, Dom Sebastião regressou ao Brasil e no dia 24 do mesmo mês acompanhou a saída do Presidente deposto, Washington Luís.

Nesse período, a criação da revista Ordem e a fundação do Centro Dom Vital<sup>34</sup> foram importantíssimos para o Movimento Restaurador, uma vez que implicaram na mobilização da intelectualidade católica sob as diretrizes da hierarquia eclesiástica. Segundo Azzi (1977), a ideia vigente na época era de que “*a religião deve constituir um elemento de ordem na nação, em face dos movimentos considerados anárquicos*”.

A Restauração Católica foi implantada mediante a apologia da fé contra o liberalismo, o positivismo e o protestantismo, tendo uma visão política e social tradicional, elegendo como valores supremos a ordem e a autoridade.

Com a Revolução de 1930 e o conseqüente rompimento do antigo bloco de poder, a Igreja Católica vê aquele momento como o adequado para recuperar antigos privilégios e prerrogativas perdidas com o Estado republicano laico. Novas forças políticas e sociais buscaram ocupar o espaço deixado por alguns grupos oligárquicos. A Igreja Católica chamou para si a atenção do novo Estado, demonstrando que poderia

---

<sup>34</sup> Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Frade capuchinho, vigésimo Bispo de Olinda sagrado em 17 de março de 1872. O nome de Dom Vital lembra o caráter combativo do Bispo pernambucano na defesa dos direitos da Igreja contra o crescimento da maçonaria na política e sua influência no Clero brasileiro.

voltar a agir como instrumento para legitimar o governo recém instalado e ainda tão instável, proporcionando-lhe assim, dominação sobre os demais grupos subalternos e suas respectivas ideologias.

Analogamente ao que ocorreu na Europa, a Igreja Católica brasileira implantava o modelo de Igreja da “neocrisandade”, só que agora mais estruturado, norteado pelos princípios de ordem e autoridade imbuídos de novo ideário cruzadista (contra os perigos do comunismo). Aliou-se como era de se esperar às hostes conservadoras e retrógradas da sociedade civil e política do país, implantando uma disputa contra diversos setores dessas mesmas sociedades. Assim foi o embate sobre a política educacional que o novo governo deveria gerir (o debate entre escolanovistas<sup>35</sup> x conservadores), sobre o ensino religioso, as questões sobre a família (proibição do divórcio), e a perseguição nem sempre velada a outras religiões. Essas foram algumas das lutas mais significativas que a Igreja Católica brasileira empreendeu nesse período da história do Brasil para manter sua influência sobre a sociedade brasileira.

É neste contexto que, em São Paulo, após a Revolução Constitucionalista de 1930, a Igreja Católica irá promover na Arquidiocese de São Paulo a formação de lideranças leigas para a ação social no meio do operariado, da juventude, dos políticos e dos intelectuais. Tendo a Ação Católica como um instrumento importante para agregar leigos e leigas que pudessem contribuir com a missão da Igreja na sociedade brasileira e paulistana.

É dentro da visão da Igreja até aqui apresentada, que surgem as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil. Como já observamos, a questão social – a luta contra a desigualdade social – é uma preocupação assumida pela Igreja dentro de uma luta contra o liberalismo e o comunismo. O problema social no começo do século XX começa a ser assumido pelos católicos brasileiros, o que é feito pela ação da hierarquia e organização do laicato. (AGUIAR, 1982:28)

---

<sup>35</sup> Representados por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Roquette Pinto, Mario Casassanta, Cecília Meirelles e outros, que publicaram em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Exigiam a universalização do direito à Educação a todas as crianças, o aluno passava a ser o centro de todo processo educacional e na aquisição do conhecimento e a preocupação com a leitura e escrita de toda a população brasileira.

## Capítulo 2 – O Serviço Social e a Igreja Católica no Século XX



Fonte<sup>36</sup>

### 2.1. Do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS à profissionalização do Assistente Social

De 1º de abril a 15 de maio de 1932 em São Paulo ocorreu o “Curso Intensivo de Formação Social para Moças”, ministrado pela belga Mlle. Adèle de Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas<sup>37</sup>, organizado pela Ordem das Cônegas Regulares de Santo Agostinho.<sup>38</sup>

As religiosas Cônegas Regulares de Santo Agostinho desenvolviam trabalho pastoral em educação feminina, sob cobertura jurídica da sociedade civil “Associação Instrutora da Juventude Feminina”, desde 1907. Em São Paulo, mantinham o Colégio *De Oiseaux*, voltado para a educação de moças de famílias de classe média alta. A partir da publicação do Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, que regulamentou a organização de cursos superiores no país, a diretora do colégio, Madre Saint Ambroise, trabalhou para fundar um instituto que constituísse uma alternativa para a continuidade dos estudos de suas alunas. (VILHEMA et PASSOS, 2005:381)

---

<sup>36</sup> Pintura de P. Valle Jr. Paris, 1912. Em exposição na Cúria Arquidiocesana de São Paulo no andar superior.

<sup>37</sup> L'École Catholique de Service Social.

<sup>38</sup> Castro (2003:103) aborda a criação do Serviço Social no Brasil a partir da formação proporcionada pelas religiosas de Santo Agostinho.

É neste contexto que, a partir de 1932, em São Paulo, inicia-se o processo de formação da primeira Escola de Serviço Social tendo como entidade fundadora e mantenedora o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), conforme relata Yazbek (1977) na dissertação de mestrado “*Estudo da Evolução Histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945*”, onde afirma que o centro “*agregava um grupo de militantes católicos empenhados na ação social*” (p. 10).

Em 16 de setembro de 1932 funda-se, portanto, o CEAS<sup>39</sup> em São Paulo, conforme relata Bertelli (2004), que com a presença eclesiástica do Vigário Geral da Arquidiocese de São Paulo Monsenhor Gastão Liberal Pinto, delibera-se pela criação de um Plano de Ação Social.

Pela primeira vez em São Paulo e mesmo no Brasil, fundava-se uma associação feminina cujo lema era promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. (Cerqueira, 1944:151)

O CEAS<sup>40</sup> estabelece em seu estatuto os objetivos de: a) tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais; e b) adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.

Inicialmente as ações desenvolvidas pelas integrantes do CEAS eram tanto promovidas por mulheres bem como destinadas às mulheres. Assim criaram os centros operários em quatro bairros populares para atividades de aulas de tricô, círculos de estudos e reuniões festivas, e aos poucos adentravam aos problemas da classe trabalhadora para favorecer uma formação social e religiosa. Yamamoto et Carvalho

---

<sup>39</sup> Segundo Aguiar (1982) o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS é encarregado pela instalação da Ação Católica em São Paulo. Somente após de cumprida esta missão é que o CEAS dedicará ao projeto de organização da Escola de Serviço Social em São Paulo.

<sup>40</sup> Em 16 de setembro é eleita a primeira diretoria, tendo Dona Odila Cintra Ferreira como presidente e Eugênia Gama Cerqueira como secretária. Como se observa, o CEAS é gestado e constituído em plena revolução paulista, momento de grandes agitações e transformações políticas no país, o que, segundo o terceiro relatório do Centro, em 1936, revelava “o desamparo das doutrinas e a desagregação das instituições e justificava, por si só, o anseio de orientação e ação organizada”. (YAZBEK, 2006:2001)

(2008:173) afirmam que *“as atividades do CEAS se orientarão para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e a difusão da doutrina social da Igreja. Ao assumir essa orientação, passa a atuar como dinamizador do apostolado laico através da organização de associações para moças católicas e para a intervenção direta junto ao proletariado”*.

As atividades com os operários e suas respectivas famílias aproximaram o trabalho do CEAS com a Juventude Operária Católica e, portanto, com a Ação Católica Brasileira. Essa nova relação favorece o contato destas jovens católicas com a realidade, os problemas e necessidades das camadas mais pobres da cidade de São Paulo, provocando assim o desejo de se construir uma ação social mais eficaz e política. Sendo assim inicia-se neste processo a construção de um projeto ético-político das trabalhadoras sociais.

No campo mais específico da assistência social, as discussões irão se aprofundar depois de 1935, segundo os depoimentos de uma Mesa Redonda da PUC (1983) para discutir a História da assistência social. Segundo dona Odila Cintra Ferreira, uma das participantes e uma das fundadoras da Escola de Serviço Social de São Paulo em 1936, em 1932 havia “um total desinteresse pelo trabalho social” no Brasil. Fato importante, na mesma ocasião, é quando dona Nadir Gouvêa Kfourri, outra militante histórica da assistência social, realça que o trabalho social no período era desenvolvido por jovens que tinham como “referência efetiva o Evangelho” e, segundo ela, “nos entregamos com muito entusiasmo, porque éramos jovens, e os jovens são generosos”, como também eram generosos os jovens criadores e mantenedores da Caixa. (PORTES, 2003:02)

Logo após o curso de Mlle. Adèle de Loneaux<sup>41</sup>, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, as jovens Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl vão para Bélgica para formar-se na Escola de Serviço Social, retornando no fim do ano de 1935. A Ação

---

<sup>41</sup> Adèle de Loneaux assim define o Serviço social: “conjunto de esforços feitos para adaptar o maior número possível de indivíduos à vida social, ou para adaptar as condições de vida social às necessidades dos indivíduos. (AGUIAR, 1982:32)

Católica é oficializada em 09 de junho de 1935, através do “Mandamento dos Bispos do Brasil”.

Desde o início, eles (os organismos de ação social) têm sido ação e palavra proféticas nos diferentes conflitos sociais sempre em favor e em conjunto com os grupos e classes sociais que lutam pelo direito de viver com dignidade numa sociedade que não está centrada na vida. Trata-se de organizar serviços que garantam a vivência de uma dimensão essencial da missão da Igreja: a prática do amor aos pobres e todas as pessoas que sofrem injustiças. (CNBB, 2008:9)

O Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) possibilitou a organização de uma série de eventos, estudos, reuniões e seminários tendo como objetivo central mobilizar o laicato, em especial as mulheres católicas, para enfrentar os problemas sociais da época e difundir o Ensino Social da Igreja. Promoveu atividades em parceria com a Liga das Senhoras Católicas (1932), contribuiu para a organização dos centros operários<sup>42</sup> (1932), favoreceu a implantação do movimento de Ação Católica em São Paulo (1935), fundou a Escola de Serviço Social (1º de fevereiro de 1936)<sup>43</sup> e integrou a União Internacional Católica de Serviço Social (1939).

A Igreja, ao propor a luta pela justiça, a renovação da sociedade capitalista, o combate às ideias marxistas e a beneficência aos desamparados evidencia que sua ação não mais estaria restrita ao campo da religião. É dentro desse movimento que destaca-se a mobilização de católicos leigos que, através de manifestações múltiplas, assumem a tarefa de erradicação das ‘enfermidades’ da vida social e de construção da ‘democracia cristã’. As diretrizes para o estabelecimento dessa nova ordem social são buscadas em documentos pontifícios, principalmente nas encíclicas papais que tratam das relações entre capital e trabalho, da

---

<sup>42</sup> De 1915 a 1925 existiam em São Paulo nove centros operários católicos (Confederação, Lapa, penha, São José do Belém, São João Batista, Mooca, Pari, Brás e Belém). De 1930 a 1940 criaram-se mais 11 centros (Itaquera, Tucuruvi, Santo Amaro, Federação Nacional, Sindicato Católico, Casa Verde, Ipiranga, Federação dos Círculos, Paulistano, JOC).

<sup>43</sup> Essa relação tão próxima com a Igreja Católica vem imprimir à profissão que se inicia no país, com a criação da primeira Escola de Serviço Social em 1936 (a atual Faculdade de Serviço Social da PUC-SP), um caráter de apostolado, apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem. (YAZBEK, 2006:204)

situação do proletariado e da questão social. Para os católicos, a ação social enquanto postula a melhoria das condições humanas, aparece como instrumento que facilitará a concretização das diretrizes das Encíclicas. (YAZBEK, 1977:61)

A história da Igreja Católica no final da primeira República no Brasil revela uma recuperação contínua de seu espaço na sociedade brasileira através de muitas iniciativas. Tanto a Ação Católica como o Centro de Estudos e Ação Social tinham um projeto político definido para formação de novas lideranças leigas para Igreja e para a sociedade. A primeira Escola de Serviço Social tem sua fundação em São Paulo em 1º de fevereiro de 1936, seguida depois pela criação da Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro em 1937. As escolas são os espaços privilegiados para a formação de novos profissionais que podem trabalhar com os operários e sua organização. As fundadoras da Escola de Serviço Social em São Paulo foram Albertina Ferreira Ramos, Maria Kiehl, Odila Cintra Ferreira.

Os elementos que mais colaboram para o surgimento do Serviço Social têm origem na Ação Católica – intelectualidade laica, estritamente ligada à hierarquia católica –, que propugna, com visão messiânica, a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. Estes núcleos de leigos, orientados por uma retórica política de cunho humanista e antiliberal, lançam-se a uma vigorosa ação dirigida para penetrar em todas as áreas e instituições sociais, criando mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de, progressivamente, conquistar espaços importantes no aparelho do Estado. (CASTRO, 2003: 47)

A primeira turma formada em 1938 era exclusivamente de jovens do sexo feminino, tendo como oradora da turma na colação de grau Lucy Pestana da Silva (Lucy Montoro, esposa de André Franco Montoro). Fizeram parte desta turma Nadir Gouvêa Kfoury, Helena Iracy Junqueira, Guiomar Urbina Teles (esposa de Luiz Carlos Mancini, que contribuirá para a formação de assistentes sociais masculinos).

Neste mesmo ano também se inicia a primeira turma mista da Escola de Serviço Social que integrara os seguintes jovens: Luiz Carlos Mancini, Francisco de Paula

Ferreira, Ugo Malheiros, Ernani de Paula Ferreira, Tolstoi de Paula Ferreira. Bertelli (2004) afirma em sua tese de doutorado que a entrada dos homens no Serviço Social se deu por conta da necessidade de atender as vagas destinadas aos homens no recém criado Departamento de Assistência Social para preencher os cargos de pesquisadores sociais. Myrian Veras Baptista, ao expor a história do Serviço Social traz informações sobre os desafios assumidos por estes jovens cristãos:

Nos primeiros anos do Serviço Social, ainda na década de 30, o Dr. José Pinheiro Cortez (que não tem qualquer parentesco com o Cortez da editora) estava fazendo a faculdade de Direito, do Lago São Francisco (atualmente, incorporada à USP) e era também militante da JUC – Juventude Universitária Católica (O Dr. Cortez era uma pessoa muito religiosa – ele, uma vez, brincou comigo dizendo que só não era franciscano porque se apaixonara pela mulher com quem se casou, mas ele estava se encaminhando para ser franciscano. Os franciscanos têm voto de pobreza – este voto de pobreza que ele cumpriu pela vida inteira). Enquanto participante da JUC, ele foi chamado pelo mentor espiritual de seu grupo, que lhe disse: Você tem uma missão: nós estamos precisando de uma escola masculina de Serviço Social e é você quem vai criar – isto significa que ele não criou a nova escola porque quis, mas por imposição da Igreja da qual ele fazia parte. O seu mentor determinara: Você vai fazer o curso de Serviço Social para poder criar uma escola masculina, que dará bolsas de estudo para operários. Porque nós precisamos disseminar a doutrina entre o operariado. Foi, então, criada uma escola masculina que inicialmente se chamou Instituto de Serviço Social de São Paulo (que, quando eu fazia meu curso na Sabará, funcionava no edifício Martinelli) e hoje em dia é a Escola Paulista de Serviço Social. Em seguida à sua criação em São Paulo, foi criado um campus no ABC, em São Caetano, justamente para cumprir esse objetivo de formação de operários assistentes sociais. É por isso que eu brinco – mas não é muito brincadeira – que o Serviço Social tinha esse papel de “braço armado da Igreja” – era aquele que chegava perto da população, junto ao operariado, para fazer a disseminação da doutrina, da proposta política, social e ideológica da Igreja. (BAPTISTA, 2006)

O reconhecimento oficial da Escola de Serviço Social pelo Governo do Estado de São Paulo ocorreu em 02 de fevereiro de 1939 com a publicação oficial do Decreto nº 9.970/39.

Logo, nos primeiros anos de funcionamento da Escola de Serviço Social, sentiu-se a necessidade de angariar e formar elementos masculinos na profissão. Em 1938, o Dr. Carlos Magalhães Lebéis, então, diretor do Departamento de Serviço Social do Estado alertou a diretoria do Centro de Estudos e Ação Social para esse fato, posto que devesse esses profissionais atuar “na solução dos mais graves problemas sociais de São Paulo”. (FAPPS)<sup>44</sup>

Diante das dificuldades para os jovens masculinos cursarem o Serviço Social durante o período diurno, por conta da necessidade de trabalho e outras preocupações, um grupo de jovens ligados à Juventude Universitária Católica (Ação Católica) fundam em 02 de Março de 1940 o Instituto de Serviço Social na Biblioteca do Mosteiro São Bento, destinado exclusivamente aos jovens masculinos no período noturno. Os colaboradores ligados à JUC foram André Franco Montoro (Direito), José Pinheiro Cortez (Direito/Serviço Social), Plínio Côrrea de Oliveira (Direito/História), Fernando Furquim de Almeida (História), José Benedito Pacheco Sales, João Payão Luz, Geraldo Gomes Corrêa, Ugo Guimarães Malheiros, e a assessoria eclesiástica do Cônego Silvio de Moraes Matos. Os primeiros diretores do Instituto de Serviço Social foram: presidente o Dr. José Pedro Galvão de Souza (Engenharia), secretário Dr. Ernani de Paula Ferreira (Serviço Social), tesoureiro prof. Luiz Carlos Mancini (Serviço Social), como bibliotecário o prof. Francisco de Paula Ferreira (Serviço Social) e como assessor eclesiástico o Pe. Antonio Leme Machado.<sup>45</sup>

Neste contexto em São Paulo será organizada pela Ação Católica a 3ª Semana Social<sup>46</sup>, a exemplo das Semanas Sociais realizadas na Europa a fim de promover a

---

<sup>44</sup> Texto publicado no site <http://www.fapss.br/exibenoticia.php?notcodigo=262>, acessado em 01 de setembro de 2009.

<sup>45</sup> Estas jovens lideranças católicas assumem projetos distintos no desenvolvimento de sua Ação Social. O grupo liderado por André Franco Montoro vai para o Partido Democrático Cristão e o grupo liderado por Plínio Correa de Oliveira para o Partido Nacionalista Democrático.

<sup>46</sup> Semanas Sociais no Brasil: Rio de Janeiro (1936), Recife (1939), São Paulo (1940), Salvador (1946), Recife (1948), Belo Horizonte (1949 ou 1950) e Curitiba (1951).

formação social do laicato católico, a difusão da Doutrina Social da Igreja e a mobilização das lideranças e intelectuais católicos.

Bertelli (2004) ao analisar a proposta do curso de Serviço Social do Instituto de Serviço Social voltado para os homens apresenta uma propaganda impressa na revista de Serviço Social de dezembro de 1940 que traz as seguintes informações:

O INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL VISA:

1. Formar assistentes sociais masculinos com especialidade para o Serviço Social dos trabalhadores.
2. Coadjuvar a ação social da Igreja, articulando todos os elementos obrigados a interessar-se pela Questão Social, ou capazes de a elas voltar suas atenções.

O INSTITUTO VISA:

- A variedade e os aspectos da Questão Social
- O dever social dos católicos
- A singular eficácia das soluções cristãs
- Uma técnica nova para dar maior eficiência à Caridade
- A possibilidade de uma utilidade social à atividade do jovem de fé
- A oportunidade de uma nova carreira profissional segundo o ideal de JUSTIÇA e CARIDADE. (2004:64)

O material de divulgação apresenta questões que procuram despertar o interesse do jovem para o curso a partir de preocupações como, por exemplo, com a Questão Social, a busca de solução para os problemas sociais, o interesse pelas obras sociais, o combate ao pauperismo, a obtenção de formação social sólida, a maior eficiência do trabalho de ação social, entre outros. Tanto o curso da Escola de Serviço Social, bem como do Instituto de Serviço Social exigia-se a conclusão do ensino médio e a carta de recomendação de um presbítero que confirmasse a idoneidade moral e a condição de católico praticante.

Observa-se que tanto no CEAS, como na Escola e no Instituto de Serviço Social há uma diferença conceitual entre “Ação Social” e “Assistência Social”, até porque a Igreja tem desde os seus primórdios o desenvolvimento de serviços sociais de ajuda, porém os jovens da Ação Católica e as fundadoras da Escola de Serviço Social tinham

claro sua opção pela “Ação Social” como um instrumento político para transformação social.

A Ação Social: “é uma ação mais ampla (do que o Serviço Social), exercida sobre a estrutura mesma da sociedade, visando transformar ou adaptar os quadros existentes de acordo com a época, o lugar, a civilização. É mais um movimento de ideias, um trabalho legislativo no qual os políticos e os juristas desempenham um papel preponderante. (FERREIRA RAMOS, 1940:21)

A gênese do Serviço Social no Brasil através da iniciativa da Igreja Católica tende a evidenciar neste primeiro momento que a formação profissional dos assistentes sociais atendia somente ao projeto político-religioso da recristianização dos espaços públicos e da promoção da Doutrina Social da Igreja. Deve-se destacar que há uma preocupação entre as primeiras assistentes sociais com a elaboração de uma crítica à realidade do Brasil a partir dos anos 30 a fim de promover uma ação social efetiva sobre as questões sociais. O posicionamento crítico do Serviço Social nesta fase inicial se concretiza com as inúmeras iniciativas das pioneiras e das parcerias que serão consolidadas durante este processo, em especial com a Ação Católica.

Face a esse novo quadro, a Igreja, no Brasil, se mobilizou e desenvolveu as estratégias já seguidas em território europeu, para implementação, divulgação e construção da sua proposta política, estruturada como uma doutrina: a Doutrina Social da Igreja. A estratégia desenvolvida no Brasil se apoiou em um tripé. Um de seus pilares era formado pela mais evidente estratégia assumida pela Igreja – o envolvimento do laicato (dos leigos) nesta ação, principalmente o laicato jovem – foi criado, na década de 1920, o movimento de Ação Social Católica, que coordenava agrupamentos de leigos militantes por categorias: a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Estudantil Católica – JEC (dos estudantes secundaristas), a Juventude Independente Católica – JIC, a Juventude Operária Católica – JOC. Além desses agrupamentos, havia os movimentos operários coordenados pela Igreja, os Centros ou Círculos Operários que funcionavam nos bairros e cidades industrializadas. O segundo pilar foi

o investimento na formação de quadros, na construção de uma intelectualidade católica, capitaneado por Dom Sebastião Leme, com a criação do Centro Dom Vital, da revista Ordem e da implantação do Instituto Superior de Estudos Católicos no Rio de Janeiro, precursor das Universidades Católicas que passaram a ser criadas em quase todos os estados brasileiros, com formação fortemente doutrinária. O terceiro pilar desse tripé foi a conquista de um partido político: naquela época já existia um partido católico o Partido Democrata Cristão – PDC, que estava nas mãos dos integralistas católicos. Um grupo ligado à ação católica, que era a vanguarda da Igreja (do qual faziam parte os assistentes sociais José Pinheiro Cortez e Helena Iraci Junqueira) se organizou e tomou a direção do partido. (BAPTISTA, 2006)

Como pode-se observar as lideranças ligadas aos movimentos da “Ação Católica” recebiam mandato da hierarquia para desenvolver sua ação evangelizadora no meio social a fim de tornar o Ensino Social da Igreja uma referência para construção da nova sociedade. Alguns jovens e parte significativa das ações especializadas haviam decididos em adentrar ao mundo da política a fim de provocar mudanças estruturais. Esta decisão fez com que parte da hierarquia da Igreja revogasse o mandato de algumas lideranças leigas.

Os primeiros assistentes sociais vão construir um projeto político considerado como uma nova via ou uma nova possibilidade de contraposição a política conservadora aos católicos do campo de direita, constituindo assim um campo político progressista. Tanto que André Franco Montoro, José Cortez, Helena Junqueira entre outros, vão efetivar um projeto político para assumir a direção do Partido da Democracia Cristã – PDC.

Estes jovens cristãos e idealistas tinham um projeto político, portanto uma ação social, por isso adentraram e também contribuíram com a organização da Liga Eleitoral Católica em 1933. Alguns se elegeram como parlamentares, como Plínio Correia de Oliveira<sup>47</sup> foi deputado federal, jovem mais votado no Brasil para a Assembléia Federal

---

<sup>47</sup> Assumiu a Junta Arquidiocesana da Ação Católica sendo o seu primeiro presidente e depois foi diretor de 1935 a 1947 do Jornal O Legionário. Tornou-se um grande defensor do catolicismo tradicional e se afastou dos grupos de vanguarda do Serviço Social contribuindo na década de 60 para formar a

Constituinte de 1934. Eram jovens formados pelo Humanismo Cristão na militância da Ação Católica e com uma proposta de vanguarda para a transformação da realidade social, portanto estavam à frente de seu tempo.

## **Anos 40**

Porém a criação das escolas, o reconhecimento da profissão e os novos espaços de atuação fazem com que as primeiras assistentes sociais se dediquem, por força da necessidade, ao serviço social da Igreja nas paróquias e nas demais entidades. Segundo Bertelli (2004) o Instituto de Serviço Social é criado para atender a necessidade de formação de jovens masculinos para contribuir também com a organização do operariado, bem como atender a demanda por profissionais masculinos no recém criado Departamento de Serviço Social do Estado, função esta prevista para homens.

Essa é uma característica que quase não se vê analisada quando se pretende recuperar a história do Serviço Social. Este grupo pioneiro foi um grupo extremamente lutador: eles conseguiram em pouco tempo a legislação que legitimava a profissão, antes de muitas outras profissões. Eles conseguiram também montar, em meados da década de 1940, uma organização que agrupava as unidades de ensino do Serviço Social, a ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, com o objetivo de possibilitar a troca de experiências e o progresso do ensino. São muito poucas as profissões que contam no Brasil com esse tipo de organização e, mesmo na nossa profissão são poucas essas organizações no exterior. (BAPTISTA, 2006)

Neste contexto, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial é criado no Brasil em 1942 a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), instituição de identidade filantrópica governamental, colaboradora com o Estado na ajuda assistencial das famílias dos combatentes brasileiros. Tinha por objetivo prestar serviços de assistência social e agregar colaboradores voluntários.<sup>48</sup> Após a guerra a LBA passa a atuar como instituição beneficente junto às camadas populares empobrecidas.

---

organização da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – TFP, que não é reconhecida pela Cúria Romana nos anos 80.

<sup>48</sup> Foi extinta em 1995 no Governo Fernando Henrique Cardoso com a criação da Comunidade Solidária.

Convém assinalar que já neste momento histórico as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro vão se revelar inoperantes e fragmentadas, com pouca efetividade social, acabando por reiterar a desigualdade característica da sociedade brasileira. Situação que vai interferir nas ações profissionais, pois o Serviço Social como profissão vai se inserir nessas políticas como mediador, como um dos agentes responsáveis por sua execução, cumprindo objetivos e desenvolvendo atividades que lhe são atribuídas numa relação de assalariamento, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho, por meio da portaria nº 35 de 19 de abril de 1949. (YAZBEK, 2006:209)

A Arquidiocese de São Paulo tinha um projeto de criar uma Universidade Católica<sup>49</sup> e para isso a legislação exigia a existência de pelo menos cinco faculdades em funcionamento com diferentes campos do conhecimento científico. Sendo assim, nasce a Pontifícia Universidade Católica em 22 de agosto de 1946 com a junção da Escola de Serviço Social<sup>50</sup>, e o Instituto de Serviço Social será uma instituição complementar da PUC-SP; e depois, faculdade agregada sob a orientação do Arcebispo de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta<sup>51</sup>.

Nesta década outras Escolas de Serviço Social são implantadas nas demais capitais dos Estados como Paraná (1940) e Rio Grande do Sul (1944), seguindo as mesmas características das escolas pioneiras que eram ligadas às instituições assistenciais católicas e partidárias da reforma social. Também em 1946 é fundada a

---

<sup>49</sup> A comissão encarregada pela criação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo era formada pelo Frade dominicano Rosário Jofilly, Vicente Melilo, Amador Cintra do Prado, Hugo Ribeiro de Almeida e André Franco Montoro.

<sup>50</sup> A Turma de Formandos de 1946 da Escola de Serviço Social tem como expoente a Assistente Social Susana Aparecida Rocha Medeiros, professora doutora pela PUC SP em 1975, atualmente do programa de pós-graduação em Gerontologia.

<sup>51</sup> Arcebispo de São Paulo no período de 1944 a 1964, sendo nomeado Cardeal no consistório de 14 de dezembro de 1945 pelo Papa Pio XII, inaugurará a Catedral da Sé em 25 de janeiro de 1954. É o responsável pela campanha “Uma Igreja em cada Bairro”, é também o responsável pela criação da Rádio 9 de Junho. Arcebispo integrado às mudanças do Concílio Vaticano II, por isso adota na Arquidiocese o Plano de Emergência da CNBB e cria seis setores pastorais, hoje conhecidos como regiões episcopais.

Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social – ABESS de orientação católica por conta da liderança de Dona Odila Cintra Ferreira.<sup>52</sup>

A exemplo das escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro, a maioria das escolas até 1950 terá a influência direta da Igreja Católica, tais como: Natal, Belo Horizonte, Porto Alegre, Escola Masculina do Rio e de São Paulo. (AGUIAR, 1982:30)

A maioria das organizações assistenciais era particular, sendo de responsabilidade da Igreja Católica que vinha continuamente assumindo os trabalhos de assistência aos operários, desamparados, pobres, idosos, enfermos, crianças órfãs e abandonadas, dentre muitas outras realidades que surgiam como novas expressões das questões sociais. Havia pequena participação do Estado como executor de uma política social que concedia às organizações particulares e religiosas algumas concessões e subvenções pela realização dos trabalhos assistenciais.

Nesse momento da conjuntura nacional, o Serviço Social ainda é um projeto embrionário de intervenção profissional. Apresenta-se como estratégia de qualificação do laicato da Igreja Católica que, no contexto, do desenvolvimento urbano, vinha ampliando sua ação caritativa aos mais necessitados, para o desenvolvimento de uma prática ideológica junto aos trabalhadores urbanos e suas famílias. Procurar-se, com isso atender ao imperativo da justiça e da caridade, em cumprimento da missão política do apostolado social, em face ao projeto de cristianização da sociedade, cuja fonte de justificação e fundamento é encontrada na Doutrina Social da Igreja. (SILVA e SILVA, 2009:25)

Inicia-se entre os anos 40 e 50 a passagem entre a predominância conceitual e visão de mundo predominantemente neotomista e humanista cristã que influenciará inicialmente a formação das Escolas de Serviço Social e seus respectivos profissionais para uma visão formativa e profissional na perspectiva da racionalização científica e

---

<sup>52</sup> Relata Aguiar (1982) que até 1967 realizaram-se 14 convenções da ABESS tendo em sua maioria a temática principal a formação cristã do profissional ou tendo como pano de fundo a doutrina social católica. Afirma que realizavam-se missa solene e momentos de recolhimento espiritual.

aprimoramento técnico de influência norte-americana<sup>53</sup>. Aguiar (1982:31) afirma que a formação do Assistente Social foi marcada até o final dos anos 40 por uma formação doutrinária e moral, somente após os estudos e inter-relações com outras escolas é que o modelo norte-americano passa a se consolidar no Brasil.

As transformações ocorridas no mundo refletiram não só no Brasil, mas também na Igreja. No final da década de 1940, a disputa entre “progressistas” e “conservadores” era grande dentro da Igreja. Tudo isso fortaleceu a Ação Católica, grupo cuja ideia de promoção social superou o assistencialismo. A Ação Católica teve uma forte presença em São Paulo no final da década de 1950 e início da de 1960, concentrando sacerdotes e leigos progressistas e de esquerda. Alguns setores chegaram à radicalização e à ruptura com a hierarquia da Igreja. (SOUZA, 2004:469)

## **Anos 50<sup>54</sup>**

A partir dos anos 50 o Serviço Social inicia o processo de consolidação jurídica com o reconhecimento legal do Curso de Graduação em Serviço Social através da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, estabelecendo os objetivos do ensino em Serviço Social, a estruturação do curso de graduação em ensino superior e as responsabilidades profissionais dos assistentes sociais ou agentes sociais. Em seguida é regulamentada a Lei com o Decreto nº 35.311, de 08 de abril de 1954, estabelecendo o currículo do curso em Serviço Social destacando assim a atuação da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS).

Ao analisar a assistência social como política pública de direitos na cidade, Sposati (2001:9) ressalta que em 1951 instalou-se a Comissão de Assistência Social do Município de São Paulo, conhecida como CASMU, sendo esta a primeira forma

---

<sup>53</sup> Na década de 40 os Estados Unidos da América do Norte – EUA concedeu bolsas de estudos para intercâmbio do Serviço Social brasileiro com o norte-americano. Participaram deste Programa Maria Josefina Rabello Albano (1941), Marília Diniz Carneiro (1942), Balbina Ottoni Vieira (1943) e Maria Helena Correia de Araujo (1944) ligada ao Rio de Janeiro; por São Paulo participaram Nadir Kfourri (1942) e Helena Iracy Junqueira (1944). Todas permaneceram por um tempo de aproximadamente dois anos e contribuíram para a filosofia cristã tomista se aliar ao funcionalismo norte-americano.

<sup>54</sup> Em 1954 gradua-se como Assistente Social Myrian Veras Baptista (doutorada em 1974 na PUC-SP).

institucional de assistência social a partir de um conjunto de elementos de uma política de benemerência e de ação política.

O processo de desenvolvimento jurídico-legal do Serviço Social também é seguido pelo processo de consolidação de instâncias representativas da categoria profissional e das atividades co-relacionadas. No Rio de Janeiro em 1954 cria-se então a Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS), sendo reconhecido em 1956 como primeiro sindicato da categoria. Em São Paulo o processo de organização é realizado em 1955 com a criação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), que tem suas atividades interrompidas por conta da ditadura militar sendo reativada em 1977 e transformada em sindicato em 1985, sendo extinta em 1992.

Em 1957 a profissão de Assistente Social é regulamentada no Brasil com a Lei nº 3.252/57, sendo depois substituída pela Lei nº 8.662/93. Em 08 de janeiro de 1957 o Instituto de Serviço Social é reconhecido pelo Decreto Federal nº 40.719.

Em 14 de outubro de 1952 reúnem-se no Rio de Janeiro os vinte Arcebispos do Brasil para fundar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, tendo seu primeiro presidente o Cardeal de São Paulo Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos que permanece no cargo até 1959, sendo indicado por ele mesmo o Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara, secretário geral da entidade.<sup>55</sup>

A década de 1950 marca um momento divisor de atuações, pois começa a surgir uma tensão dentro da Igreja, sobretudo nos setores mais ligados diretamente à esfera política e social, como os membros da JOC (Juventude Operária Católica) e da JUC (Juventude Universitária Católica). Na convivência com outros grupos políticos, começam a sentir dificuldades em difundir as posições conservadoras tradicionalmente mantidas e sustentadas pela Igreja. Assim, passam a preocupar-se com perspectivas de uma abertura para uma problemática

---

<sup>55</sup> Atualmente a CNBB é composta por aproximadamente 420 Bispos titulares, auxiliares e eméritos que administram no Brasil as 271 circunscrições (arquidioceses, dioceses e prelazias). São aproximadamente 9 mil paróquias, 18 mil presbíteros, 2.300 diáconos, mais de 40 mil religiosos e religiosas e centenas de milhares de agentes de pastoral, leigos e leigas, co-responsáveis pelos serviços pastorais.

social, já pré-anunciando o modelo de Igreja popular das décadas de 1970 e 1980. (VILHEMA et PASSOS, 2005:275)

Neste período, por iniciativa de Dom Helder Câmara cria-se a Cáritas Brasileira em 1956 como um organismo eclesial, ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a fim de articular e promover a Caridade através das ações sociais, inicialmente marcada por uma ação assistencial com a distribuição de alimentos e agasalhos às comunidades empobrecidas das diferentes regiões do Brasil.

A Ação Católica<sup>56</sup>, iniciada em 1935, aprofunda sua metodologia e seus campos de ação social que ressalta sua preocupação com a justiça social e o empenho na transformação social. O método “Ver Julgar e Agir” transportado também para o Serviço Social é um instrumental que contribui para aprofundar o processo de análise crítica da realidade desde sua gênese e a criação das instituições de ensino (anos 30 e 40), perpassando pela institucionalização profissional, técnica e científica (anos 50) e por fim, com a renovação teórico-prática e metodológica (dos anos 60 e 70). Em todas estas etapas desenvolve-se um conhecimento crítico a fim de afirmar a cientificidade do Serviço Social, a profissionalização do Assistente Social e a consolidação dos instrumentais técnicos de intervenção social. Os valores humanistas cristãos são referências transversais partindo da práxis cristã para a práxis do Serviço Social, de forma a ressaltar o projeto ético-político do Serviço Social e a identidade do ser “assistente social” na história, substanciado por uma crítica à realidade social, aos desafios do novo campo de conhecimento e à profissão.

Esse processo de elaboração crítica da concepção de mundo e de escolha das formas coerentes de agir diante da realidade levou os assistentes sociais a desejar “participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não

---

<sup>56</sup> Lançada por Dom Sebastião Leme (1923), Arcebispo do Rio de Janeiro, ela se estendeu rapidamente por algumas capitais, incluindo São Paulo. Nas primeiras décadas, a Ação Católica Brasileira (ACB) orientou-se pelos movimentos europeus e, desde 1946, passou por uma remodelação dos estatutos na linha da especialização. É em 1950 que a Ação Católica Especializada (ACE) consolida-se nos movimentos por meios sociais específicos: a Juventude Agrária Católica (JAC), para o meio rural; a Juventude Operária Católica (JOC), para o meio operário; a Juventude Independente Católica (JIC), para o meio independente; a Juventude Estudantil Católica (JEC), para o meio estudantil secundarista; a Juventude Universitária Católica (JUC), para o meio universitário. E para os meios adultos, Ação Católica Rural (ACR), Ação Católica Independente (ACI) e Ação Católica Operária (ACO). A partir de 1960, foi a JUC que assumiu posição de liderança. (VILHEMA et PASSOS, 2005: 433-434)

aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (GRAMSCI, 186, p.12). (BULLA, L. C., 2008:14)

## **Anos 60<sup>57</sup>**

Na perspectiva do modelo desenvolvimentista adotado pelo governo brasileiro nos anos 50 e seguidamente até os anos 70, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social é realizado no Rio de Janeiro em 1961 tendo como temática “O desenvolvimento nacional para o bem-estar social”. O congresso pauta as questões prioritárias para o Serviço Social dentro do contexto do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil para responder às inúmeras iniciativas desenvolvimentistas no âmbito público e privado.

Em 05 de janeiro de 1962 o Instituto de Serviço Social passa a ser denominado Faculdade Paulista de Serviço Social (FAPSS), pelo Decreto nº 472/62. Neste período o processo de institucionalização dos espaços formadores já estava consolidado com a criação de diversas escolas e institutos. E no dia 15 de maio de 1962 o Governo Jânio Quadros publica o Decreto Federal nº 994 regulamentando a Lei nº 3.252, que cria o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS), tendo por finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão, bem como, elabora o Código de Ética Profissional, zelar pela ética profissional, orientar e fiscalizar os Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS). Nesta data e decreto, também fica estabelecido a comemoração do dia do Assistente Social.

Tivemos no período de 60 a 64 uma outra experiência de Serviço Social. A experiência de um pequeno grupo de assistentes sociais que partem de uma análise crítica da sociedade, percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais... No Nordeste, esse posicionamento terá apoio das escolas de Serviço Social. Em dois encontros de escolas salientou-se a importância de um engajamento

---

<sup>57</sup> Na década de 60 graduam-se como assistentes sociais: Ursula Margarida Karsch em 1962 (doutora em 1986 pela PUC-SP), Marta Silva Campos em 1963 (doutora em 1994 pela PUC-SP), Maria Lúcia Martinelli em 1966 (doutora em 1988 na PUC-SP), Aldaíza Sposati em 1966 (doutora em 1986), Regina Maria Giffoni Marsiglia em 1966 (doutora em 1993 pela USP), Maria Carmelita Yasbek em 1967 (doutora em 1992), Rosalina de Santa Cruz Leite em 1967 (doutora em 2004 pela PUC-SP), José Paulo Netto em 1969 (doutor em 1990 na PUC-SP).

profundo das escolas na mobilização popular. Neste período, os assistentes sociais comprometidos, muitos partidos do posicionamento dos cristãos de esquerda, engajaram-se no MEB – Movimento de Educação de Base, organizado pela CNBB, que inicialmente empreende um trabalho de alfabetização, passando depois para animação popular e para um trabalho de sindicalização. (AGUIAR, 1982:104)

A ditadura militar se estabeleceu no Brasil em 31 de março de 1964, seguindo o movimento autoritário crescente na América Latina e patrocinado pelos interesses norte-americanos, em parceria com a elite brasileira e parte da hierarquia da Igreja Católica. Mesmo dentro deste contexto, realiza-se em 1965 o I Seminário Regional Latino-americano de Serviço Social em Porto Alegre-RS, que desencadeia o Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil. No dia 08 de maio de 1965 o CFAS também define o 2º Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Na Tese “*Trajetórias masculinas no Serviço Social*”, Bertelli (2004) observa que a partir desta metade da década dos anos 60 retoma-se de forma contínua e crescente a presença feminina nos diferentes cursos em Serviço Social, de modo especial no curso da FAPSS, que anteriormente era marcado pela presença masculina. Diante do período de exceção com o golpe militar se observa que o Serviço Social orienta-se por uma ação assistencialista e os profissionais se dividem claramente entre assistentes sociais católicos tradicionais e católicos progressistas<sup>58</sup>.

Neste contexto, em 1966 a Prefeitura Municipal de São Paulo estrutura a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social – SEBES, que disputa a política de assistência social com o Governo do Estado, encontrando dificuldades para atuar junto aos grupos de maior vulnerabilidade social, como crianças e adolescentes abandonados, as pessoas em situação de rua, as mulheres vítimas de violência, a contínua imigração e a crescente pobreza nas periferias da cidade.

---

<sup>58</sup> Os católicos progressistas dentro do Serviço Social são os jovens, intelectuais e profissionais formados na linha da ação católica, que acolhem de forma arrojada as mudanças do Concílio Vaticano II e os posicionamentos da CNBB, tendo à frente Dom Helder Câmara, dentre outros.

O fortalecimento do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil se deu com a realização do 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá<sup>59</sup> (MG), realizado entre os dias de 19 a 26 de março de 1967, que estabeleceu o processo de teorização e reconceituação a partir de ações profissionais mais vinculadas às situações de pobreza, miséria e carência por conta da realidade sociopolítica brasileira. Este momento é registrado pelo Documento de Araxá e organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

No âmbito da Arquidiocese de São Paulo, entre os anos de 1964 a 1970 a responsabilidade pela Igreja era de Dom Agnelo Rossi que teve um pastoreio com várias dificuldades que abrangiam críticas quanto à organização pastoral, ao Clero, à formação e organização do laicato, críticas à Ação Católica e à JOC, e por outro lado laços de bons relacionamentos com os governantes e militares. Sua saída da Arquidiocese de São Paulo na época gerou controvérsias entre promoção ou remoção, conforme relata Souza (2004). Dom Agnelo Rossi apresentava uma visão assistencialista e reformadora com relação às questões sociais e a formação das lideranças leigas, portanto há de se entender as dificuldades criadas com o movimento leigo de vanguarda iniciado nos anos 30.

Tal processo de atualização (aggionamento)<sup>60</sup> fez emergir uma verdadeira redescoberta da igreja particular como realização viva e característica de toda a Igreja, na qual se torna presente a visibilidade do corpo místico de Cristo. O Vaticano II acolheu as experiências pastorais bem-sucedidas e desencadeou práticas e atitudes pastorais em todas as igrejas particulares no mundo. Nesse novo contexto eclesial, encontraremos não só grandes sinais de esperança, mas também momentos de dificuldades e desafios. Muitos sacerdotes não tiveram a formação ou maturidade suficiente para acolher as novas orientações conciliares. (VILHEMA et PASSOS, 2005: 148)

---

<sup>59</sup> Este encontro é conhecido pela publicação do Documento de Araxá. O tema é objeto de estudo de Antonio Geraldo Aguiar (1982) em sua dissertação de mestrado sobre “Serviço Social e Filosofia – das origens a Araxá”.

<sup>60</sup> O Concílio Vaticano II (1962-1964) convocado pelo Papa João XXIII iniciou na Igreja Católica o processo de renovação, de modernização, de abertura ao mundo a fim de superar os limites de uma Igreja marcada pelo medievalismo e doutrinas estabelecidas no Concílio de Trento.

Em sua tese de doutorado, Simone de Jesus Guimarães (1998:83)<sup>61</sup> apresenta uma visão abrangente sobre a inserção nos anos 60 do Assistente Social no campo ideológico da esquerda. A participação na Ação Católica e outros movimentos leigos pós-concílio favoreceram a entrada de assistentes sociais em organizações políticas. Alguns assistentes sociais católicos rompem os vínculos com a instituição religiosa e assumem militância política<sup>62</sup> e sindical. Outra parcela de assistentes sociais, católicos e não-católicos se envolve em diferentes projetos sociais e populares, tendo como base a Teologia da Libertação.<sup>63</sup>

Uma avaliação geral do Concílio Vaticano II (1962-65) não é nada fácil. Mas como alguém que presenciou o concílio na época e faz críticas a ele hoje, quase quatro décadas após seu encerramento, mantenho meu veredicto geral: para a Igreja Católica, este concílio representou um ponto de vista irrevogável. Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica – apesar de todos os obstáculos e dificuldades colocados pelo sistema romano medieval – tentou implementar duas mudanças de paradigma de uma vez: integrou características fundamentais do paradigma da Reforma bem como do Iluminismo e da modernidade. (KÜNG, 2002:226)

## **Anos 70<sup>64</sup>**

Inicia-se nos anos 70 no Brasil a intensificação do controle social por parte das autoridades do Governo Militar de forma a despertar ações criativas e paralelas na sociedade civil que proporcionará o fortalecimento de novos mecanismos e instrumentos, de características de base e popular, tendo por objetivo o fortalecimento do movimento de reabertura política que ocorrerá de forma contínua a partir de 1979.

---

<sup>61</sup> A pesquisadora não aborda o estudo com relação aos assistentes sociais que assumem posicionamentos conservadores e autoritários durante este período. Há de se considerar que há um conflito entre grupos conservadores e progressistas entre os profissionais, bem como entre as lideranças católicas, a hierarquia eclesial.

<sup>62</sup> Integram a Ação Popular, a Aliança Libertadora Nacional, Partido Comunista Brasileiro e o Partido Comunista do Brasil.

<sup>63</sup> Este processo se insere na história do Serviço Social tendo como referências o encontro de Araxá (1967) e o Congresso da Virada (1979).

<sup>64</sup> Na década de 70 graduam-se como assistentes sociais: Maria Lúcia Rodrigues em 1970 (doutora em 1989 na PUC-SP), Mariangela B. Wanderley em 1971 (doutora em 1992 na PUC-SP), Raquel Raichelis em 1971 (doutora em 1997 na PUC-SP), Rosangela Dias Oliveira da Paz em 1979 (doutora em 2002 pela PUC-SP).

Dando sequência ao encontro de Araxá de 1967, um grupo de assistentes sociais promoveu um seminário de estudo da metodologia do Serviço Social a partir do Documento de Araxá. A temática foi trabalhada por duas dimensões, sendo a primeira relacionada ao método científico e a segunda referente às questões conceituais aplicadas na ação social do profissional.

Com a nomeação de Dom Agnelo Rossi para Prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos no Vaticano, o Papa Paulo VI nomeia como Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, tomando posse em 01 de novembro de 1970, recebendo o título de Cardeal no consistório de 05 de março de 1973.<sup>65</sup> O novo Arcebispo favorece a efetividade das propostas contidas no Concílio Vaticano II, motiva o desenvolvimento da Teologia da Libertação a partir das Conferências Episcopais Latino-americanas e caribenhas, bem como a reestruturação da instituição religiosa tendo como base as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e as valorizações ministeriais dos agentes de pastoral, de modo especial o protagonismo dos leigos e leigas nas áreas de periferia da cidade.

Na vida acadêmica a PUC-SP inicia o primeiro curso de mestrado em Serviço Social no Brasil no ano de 1971, tendo como reitora a Profa. Dra. Nadir Kfoury, do corpo docente de curso em Serviço Social priorizando áreas do Planejamento e a Administração do Serviço Social. É seguida em 1972 pela PUC-RJ, que irá concentrar seus estudos de pós-graduação nos processos de Ensino Teórico e Prático do Serviço Social.

Em 12 de maio de 1974 é realizado o I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais no Rio de Janeiro promovido pelo CFAS. Em 01 de janeiro de 1975 regulamenta-se um novo, ou seja, a terceira versão do Código de Ética. O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é realizado entre os dias 24 e 29 de outubro de 1976

---

<sup>65</sup> Dom Paulo Evaristo Arns se torna conhecido como o Bispo dos direitos humanos e dos pobres. Assume em seu pastoreio as transformações propostas pelo Concílio Vaticano II e as Conferências Latino-americanas de Medellín e Puebla; vende a sua residência do Palácio Episcopal para comprar terrenos na periferia e criar novas comunidades; fortalece a participação dos leigos e sua formação; realiza a Operação Periferia como uma ação pastoral da Igreja ao encontro dos pobres; é o grande defensor dos direitos humanos no período da ditadura; se torna o grande incentivador na criação de mais 43 paróquias e 2000 comunidades.

em Recife tendo como temática “O Assistente Social no desenvolvimento social”, dando continuidade às reflexões iniciadas no II Congresso realizado na década de 60.

Durante a gestão da sexta Diretoria do CRAS São Paulo é promovida a criação da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais realizado em São Paulo entre os dias de 21 a 23 de setembro de 1979. O CENEAS tinha por objetivo articular as entidades sindicais e pré-sindicais (associações profissionais).

Na semana seguinte da criação do CENEAS, também se realiza em São Paulo, de 23 a 28 de setembro de 1979 o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais promovido pelo CFAS sob a temática “Serviço Social e Política Social”. Considerado pelos anais do Serviço Social como o “Congresso da Virada”, como marco de rompimento com o modelo tradicional de Serviço Social marcadamente pela concepção teórica e prática de conservadorismo. Momento este propiciado pelo processo de discussão e análise dos profissionais e acadêmicos a partir do Movimento de Reconceituação Latino-americano e brasileiro. Este processo constitui-se como um momento de politização e mobilização dos assistentes sociais e estudantes do Serviço Social reativando as entidades sindicais, como ocorre por todo país e em outras categorias de trabalho.

Na perspectiva eclesial os anos 70 são também marcados por diversas atividades que proporcionam a rearticulação da ação social da Igreja por conta da insuficiência das mediações do trabalho social diante de novos problemas que acentuam a desigualdade e a exclusão social.

Existia pastoral social na Igreja Católica. Mas ela não conseguia dar uma resposta a todos os novos desafios. É importante lembrar que as frentes especializadas da Ação Católica haviam sido fechadas e, com elas, os grupos de cristãos mais engajados na realidade sociopolítica foram afastados da animação pastoral. Por isso, era muito pequena a correspondência entre os conteúdos do Ensino Social da Igreja e a realidade social e pastoral. O Concílio Vaticano II e a própria Conferência Episcopal de Medellín ainda não tinha conseguido, na

maioria das dioceses, ser traduzidos em práticas sociais renovadas.  
(CNBB, 2008:14)

Portanto, neste período a presença pública e a missão da Igreja Católica no Brasil se revela na perspectiva conceitual de uma caridade que possibilita inclusive o rompimento com o conservadorismo tradicional, favorecendo a criação de ações sociais consideradas como de “fronteiras” como, por exemplo: a organização da Comissão Pastoral da Terra – CPT e Conselho Missionário Indigenistas – CIMI (1972); a publicação de cinco documentos sobre a realidade nordestina, do centro-oeste, indígena, mundo do trabalho urbano e sobre o mundo acadêmico, os intelectuais e a segurança nacional (1973); a articulação das ações católicas especializadas (1974); criação das Pastorais Operária, do Menor, dos Migrantes, da Mulher Marginalizada, Carcerária e o Serviço dos Pescadores (1976).

A situação, no final da década de 1970, estava insuportável, sobretudo pelos constantes atos de desmando e desrespeito do governo federal, reforçados pelo AI-5. A partir disso, teve início uma nova reação da Igreja de São Paulo e das organizações vinculadas a ela. A Igreja passa a denunciar a existência do Esquadrão da Morte e de outros tipos de violação de direitos. Em virtude da insatisfação dos estudantes que ocupavam as ruas da cidade de São Paulo, em passeata, contrariando determinações do ministro da Justiça, em 1977, a comissão (Comissão de Justiça e Paz) passou a atuar numa nova fase da sua história, empenhando-se profundamente pelo direito da liberdade de expressão e reunião. As passeatas dos estudantes foram as primeiras manifestações de massa, de caráter reivindicatório, de que a comissão participou.  
(VILHEMA et PASSOS, 2005:158)

Maria Carmelita Yazbek (180:67) sistematiza a história do Serviço Social em quatro fases: de 1930 a 1945 é caracterizada pela gênese do Serviço Social e a criação das primeiras Escolas, tendo como base o modelo europeu e de influência direta da Igreja Católica, pois a profissão do Assistente Social estava em processo de construção; de 1945 a 1958 o Serviço Social inicia uma aproximação com o Serviço Social norte-americano a fim de conhecer, aprofundar e aplicar novas técnicas e metodologias tendo como objetivo a busca contínua pela cientificidade do conhecimento e autonomia

profissional; de 1958 a 1965 o Brasil vive intensamente a construção de um modelo de Estado que investe numa política desenvolvimentista, necessitando assim de um conjunto de técnicos, dentre eles os assistentes sociais, para aplicar os métodos de intervenção social a fim de garantir o desenvolvimento da nação; de 1965 a 1979 se inicia o Movimento de Reconceituação no Brasil por influências do Serviço Social Latino-americano; esta fase é marcada pela presença de um Estado autoritário e militar, encontrando resistências e oposição em setores da Igreja, do sindicalismo e também no Serviço Social.

A partir de 1980 o Serviço Social estabelece tanto para a prática social, como para a organização da categoria profissional, para o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento o referencial teórico-metodológico marxista, aplicando o método dialético-histórico-materialista, que possibilita a reformulação do Código de Ética e a criação do Conselho Federal de Serviço Social a partir de novas referências e de novas análises críticas. Nestes últimos 30 anos o Serviço Social responde aos desafios da conjuntura sociopolítica do Brasil, firmando sua leitura crítica da sociedade e consolidando a assistência social como uma política pública.

Paralelamente a esses movimentos, outras mobilizações populares proliferaram nas periferias dos grandes centros urbanos, como: o movimento pela regulamentação de loteamentos, considerado “clandestino”; o do custo de vida, por acesso a bens e serviços públicos, como luz, esgoto, água e creches. Foram estratégias adotadas pelos movimentos populares para reivindicarem recursos para as suas necessidades de sobrevivência, demonstrando grande capacidade de organização e de resistência ao que estava estabelecido, mostrando seu potencial e a capacidade de agir comunitariamente. Os convencionais clubes de mães, de jovens, de mulheres, de educação popular e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram papel preponderante, como também as organizações ligadas às alas da Igreja Católica, como o Movimento do Custo de Vida (1978), por terem um caráter nacional; usavam diversas formas para demonstrar o seu descontentamento, tais como: debates públicos, passeatas, bloqueios de ruas e concentrações. (ARAÚJO, 2008:131)

Tanto o Serviço Social como a Igreja Católica se empenham, na década de 80, com o processo de abertura política, as eleições diretas (que não ocorreu em 1985) e o processo de formação da população para a participação nos processos populares de construção da Constituição Federal. Inúmeros avanços são conquistados no âmbito legal (Constituição Federal), na ampliação das organizações trabalhistas e sindicais, a pluralidade partidária, a eleição de representantes políticos<sup>66</sup> nas Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Em 1989 elege-se a Assistente Social Luiza Erundina de Souza, católica e socialista, como prefeita da cidade de São Paulo, que em seu governo inverte a ordem de prioridades do centro para a periferia e o início de processos participativos na elaboração, execução e avaliação do orçamento e das políticas públicas em especial da assistência social. Esta experiência reporta também a experiência iniciada por Dom Paulo Evaristo Arns no início de seu mandato de Arcebispo de São Paulo nos anos 70, quando a Arquidiocese de São Paulo vende seus bens e parte do patrimônio para financiar a construção de comunidades nas periferias da cidade e inicia o processo de formação de seus agentes na perspectiva da transformação social.

## **2.2. Igreja Católica e Serviço Social: Teologia da Libertação e o Movimento de Reconceituação**

O final dos anos 70, dentro da conjuntura do enfraquecimento da ditadura militar através das lutas externas, como a luta armada e a organização de grupos paramilitares contra o autoritarismo no Brasil, e também pelas lutas “invisíveis” estabelecidas no processo de organização das comunidades, como as CEBs, e a formação de novos quadros e lideranças políticas, o Brasil inicia um novo tempo de reabertura política e de reconquistas sociais, políticas e econômicas dentro do processo de redemocratização.

Foi nas lutas externas e “invisíveis” que muitos dos sujeitos sociais e eclesiais se encontraram na perspectiva de construir um projeto democrático e popular para o Brasil. No âmbito eclesial, está o movimento modernizante da Igreja instalado pelo Concílio Vaticano II e a crescente leitura teológica a partir do método marxista para explicar o

---

<sup>66</sup> Esse processo de intensa participação política e sindical propicia que o Serviço Social também seja representado por mandatos populares que são conquistados pela força política de assistentes sociais como Luiza Erundina de Souza, Ana Maria Martins e Aldaíza Sposati entre os anos 80 e 90.

“tempo de Deus” na conjuntura humana dentro contexto Latino-americano que foi a Teologia da Libertação.

Em meados da década de 1980, também os Padres da Igreja paulopolitana passaram a sentir as mudanças ligadas à Cúria Romana. Ao clima de abertura que, pouco a pouco, se consolidava no país, sentiam os sacerdotes um certo fechamento da Santa Sé. A Teologia da Libertação caiu em certo descrédito no que se refere à espiritualidade, quer dos Padres, entendidos mais como ativistas políticos do que seguidores do Evangelho. Orientados por uma pastoral de articulação entre fé e vida, de compromisso com a transformação social, os Padres viram-se desafiados por um novo clericalismo, ligado a movimentos espiritualistas e fechados na vida interna da Igreja. (VILHEMA et PASSOS, 2005:161)

Muitos dos assistentes sociais que protagonizaram este momento histórico tiveram sua formação pastoral e militante nas comunidades católicas, que por conta do período de exceção lutam pelo projeto de um Brasil democrático e justo nas organizações paramilitares e de esquerda (socialista e comunista), assumindo postos de ação política como, por exemplo, na Ação Popular (AP), na Aliança Libertadora Nacional (ALN)<sup>67</sup> no trabalho junto aos operários ou na clandestinidade política. Outros assumem projetos pautados por movimentos de organização e reivindicação como na Escola de Reconceituação na América Latina.

Na base de formação de todos estes militantes está a Ação Católica e os seus grupos especializados (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC), bem como numa posição política de base humanista. Encontram refúgio e proteção junto das comunidades católicas e congregações religiosas, como a da Ordem de São Domingos (Dominicanos). Neste período também a Igreja Católica no Brasil acolhe os que lutavam por um projeto de país diferente, dentre eles alguns que se manifestavam religiosamente ateus ou agnósticos.

---

<sup>67</sup> O exemplo da Profa. Dra. Rosalina da Santa Cruz Leite e de muitos outros assistentes sociais que integram os diferentes grupos, dentre eles a VPR de Carlos Marighela, que são perseguidos, torturados e desaparecidos pela violência e pelo estado de terror gerado durante a ditadura militar no Brasil.

O endurecimento do regime militar torna a Igreja Católica um dos poucos espaços de ressonância do povo oprimido e marginalizado. Ela se associa a outros movimentos que começam a surgir por toda parte, em vista de um projeto político participativo e democrático. Um profetismo evangélico sacode a Igreja, e sua voz é ouvida e respeitada no conjunto da sociedade, irritando e provocando os detentores do poder. (MATOS, 2003:203)

Portanto, as ideias e os espaços foram se mesclando e tornando possível uma conjuntura favorável para o fortalecimento do movimento de reconceituação, materializado no “Congresso da Virada”<sup>68</sup>. Os protagonistas e os sujeitos sociais deste processo são os operários, os católicos, os ateus, as assistentes sociais, os jovens, os políticos e os sindicalistas, que ao compreender a necessidade de novos paradigmas e a urgente necessidade de novos referenciais teórico-prático se aproximam do método marxista dialético-histórico que emerge em novos campos como a Teologia da Libertação, a retomada dos valores ideológicos marxistas, os princípios da democracia e da justiça social.

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o Congresso da Virada, é um dos marcos importantes para a história do Serviço Social, pois como em outras fases e períodos históricos, os assistentes sociais desde as pioneiras pontuaram uma prática e a construção do conhecimento à frente de seu tempo.

Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva (1991) analisa em sua tese de doutorado<sup>69</sup> a aproximação do marxismo com o Serviço Social a partir da história de vida dos assistentes sociais onde se revela a confluência do humanismo cristão com o humanismo marxista dentro do contexto das contradições internas do grupo católico, entre conservadores e progressistas. A maioria das lideranças profissionais e intelectuais do Serviço Social foram jovens formados pelas comunidades e escolas católicas, destacando-se os grupos específicos da Ação Católica, que favoreceram a aproximação

---

<sup>68</sup> Em 1979 ocorre em São Paulo o III Congresso Brasileiro dos Assistentes Sociais, conhecido como Congresso da Virada, que aprofundou a criticidade iniciada na gênese do Serviço Social e adotou o referencial marxista como instrumento para superar as práticas conservadoras, enfrentar as questões sociais produzidas pelo capitalismo desenvolvimentista e de modo especial substituir o governo autoritário e militar pela retomada da democracia no Brasil.

<sup>69</sup> SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva. Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos. São Paulo: tese de doutorado em Serviço Social. PUC-SP, 1991.

destes com a concepção de um modelo de Igreja conciliar, ecumênica, ministerial e teologicamente libertadora, que encontra nos instrumentais marxistas novas formas de construir sua ação social. Uma das únicas exceções é a história de vida do professor doutor José Paulo Netto, com a formação na militância junto ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, tendo graduação em Ciências Sociais.

Neste momento, eu me lembro da tese de doutorado da Lídia[5], que teve como ideia básica para o título de um de seus capítulos (que tratava da transição do doutrinário para o primeiro momento do marxismo no Serviço Social) uma afirmação bem significativa para exemplificar o que estou dizendo: Saiu dos braços de Jesus, e caiu nos braços de Marx. A ideologia permaneceu doutrinária, mas o seu conteúdo, que em seus primórdios era católico, transmudou com a incorporação acrítica das ideias de intérpretes de Marx. Outra ideia significativa da tese da Lídia, que mostra bem esse movimento foi: Deixou de preocupar-se com o pecado original e passou a preocupar-se com o pecado de classe. Com estes exemplos eu estou querendo mostrar que os elementos estruturais eram os mesmos, os conteúdos é que mudaram nesses momentos da nossa história. (BAPTISTA, 2006)

No bojo das grandes mudanças do país, na Igreja e no Serviço Social entre os dias 11 e 15 de outubro de 1982 realiza-se no Rio de Janeiro o IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais promovido pelo CFAS, tendo por tema “O Assistente Social na realidade brasileira”. Por conta da necessidade de integração nacional dos profissionais e da luta unificada cria-se em outubro de 1983 a Associação Nacional dos Assistentes Sociais durante a I Assembléia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais, sendo extinta em 1994.

O V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizou-se entre os dias 09 e 13 de dezembro de 1985 no Rio de Janeiro com o tema “O Serviço Social nas relações sociais: movimentos populares e alternativas de políticas sociais”. O contexto deste momento é marcado pelo processo de reabertura política e o fortalecimento das organizações populares em favor dos direitos básicos e fundamentais. Destacam-se aqui inúmeras organizações e espaços de participação fortalecidos pelos Assistentes Sociais e outros profissionais para organizar o povo conforme suas demandas.

Com relação ao sindicalismo brasileiro, inicialmente os assistentes sociais eram favoráveis à organização por categoria profissional. Com a realização do II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) em 1986, o Serviço Social brasileiro adota a posição de negar o modelo de sindicalização por categorias por considerá-las corporativistas e fragmentárias.

Na dimensão política a prioridade está no processo de redemocratização iniciado com as eleições diretas para os deputados constituintes, que mobilizam as bases da Igreja Católica, as instâncias acadêmicas e sindicais do Serviço Social, bem como muitos outros atores, dentre eles os movimentos sociais e populares para a construção da nova Constituição Federal.

No Seminário comemorativo de 50 anos da CNBB o professor doutor Luís Eduardo Wanderley ao analisar este contexto histórico ressalta o papel da Igreja e afirma que *“a partir de estudos fecundo, ela conseguiu mobilizar milhões de pessoas, por meio de eventos e assinaturas em projetos encaminhados ao Congresso Nacional, participando de articulações com outras instituições importantes e aglutinadas no Plenário Pró-Participação Popular, discutindo propostas com as Constituintes diretamente na sede da Conferência em Brasília e em outros espaços”* (MATOS, 2003:238).

Em 05 de outubro de 1988 a Assembleia Nacional Constituinte promulga a Constituição Federal, a primeira constituição cidadã, com a participação intensa de diversos setores sociais da sociedade brasileira. E que também prevê a permanência de alguns elementos conservadores com relação, por exemplo, da centralização do poder econômico no nível federal. Dentre muitos avanços é preciso ressaltar que nesta carta constitucional, pela primeira vez na história do Brasil define-se no Capítulo II o direito à Seguridade Social como sendo uma política de Estado que será efetivada pela ação estatal na área da Saúde, Previdência e da Assistência Social.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a

assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.  
(BRASIL, 2009)

O VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Serpa promovido por diversas instancias como CFAS, ANAS, ABESS e SESSUNE entre os dias 10 e 14 de abril de 1989 na cidade de Natal (RN) é realizado com a temática “Congresso Chico Mendes – Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais”. Mantém-se a criticidade contra a força política e econômica sobre as organizações populares e os direitos fundamentais de todos os cidadãos. Homenageia-se neste congresso a luta e a memória do líder seringueiro assassinado brutalmente por conta de sua defesa da Amazônia e do extrativismo natural.

Neste período a ação social da Igreja, no âmbito nacional, mantém o processo de ampliação das pastorais sociais, a defesa dos direitos humanos e o contínuo processo de formação de lideranças sociais e políticas. A Campanha da Fraternidade reformula-se na perspectiva de pautar em suas temáticas anuais as situações e problemáticas vividas no Brasil e provocam novos serviços que são desenvolvidos do âmbito local ao nacional como resposta da ação solidária da Igreja às necessidades do povo. Com maior incidência percebe-se que com o papado de João Paulo II (eleito em 1978), a Igreja na América Latina e no Brasil sofre inúmeras intervenções, revelando um tempo de

transição entre a Igreja pós-conciliar para o retorno à Igreja pré-conciliar, que mantêm reservas a uma igreja socialmente engajada e militante.

## **Anos 90**

Nos anos 90 iniciam-se o processo de participação popular e de descentralização da política social a fim de atender aos princípios constitucionais. No âmbito da Saúde é aprovada a Lei nº 8.142/90, garantindo a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). No âmbito da Previdência Social, a Lei nº 8.213/91 também reforça o caráter democrático e a descentralização da política.

Entre os dias 25 a 28 de maio de 1992 realizou-se o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais promovido pelo CFAS, ANAS, ABESS e SESSUNE com a temática “Serviço Social e os desafios da modernidade: os projetos sociopolíticos em confronto na sociedade contemporânea”. O congresso é um espaço para o reconhecimento da realidade, para aprofundamento crítico da mesma e de seus efeitos e também de definições de linhas de ação no sentido de fortalecer e efetivar o projeto ético-político da profissão. A metodologia da Ação Católica “Ver-Julgar-Agir” encontra-se na base metodológica destes eventos.

Em 1993 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS institui em 13 de março de 1993 o novo Código de Ética do Assistente Social reafirmando os princípios da defesa da equidade, da justiça social e dos direitos humanos. A regulamentação profissional é novamente objeto de uma nova Lei Federal nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que estabelece as competências e atribuições profissionais do Assistente Social, altera a denominação dos órgãos de representação e fiscalização da profissão para Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Este período é marcado por uma grande conquista que foi a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que organiza a Política de Assistência Social dentro da Seguridade Social e institui o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como a criação dos Conselhos Municipais

de Assistência Social como forma de descentralizar a política social, a fim de garantir a participação da sociedade civil organizada e o controle social.

Artigo 1º – A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993)

A partir da Constituição Federal de 1988 legislações ordinárias e complementares são aprovadas a fim de atender às diversas situações e realidades sociais, como por exemplo, o apoio integral às pessoas portadoras de deficiências (Lei Federal nº 7.853), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 13 de julho de 1990 (Lei Federal nº 8.069), com a Lei Federal nº 8.842, que dispõe da Política Nacional do Idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso.

Em julho de 1995 é realizado, em Salvador (BA), o VIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais sob o tema “O Serviço Social frente ao projeto neoliberal em defesa das políticas e da democracia”. Novamente os Assistentes Sociais no Brasil revelam sua capacidade de pontuar as questões emergentes da conjuntura nacional e internacional com posicionamentos bem definidos como, por exemplo, a resistência ao modelo privatizante e redutor das responsabilidades do Estado para a promoção do bem comum. O VIII CBAS estabelece um posicionamento já anteriormente aprovado contrário à globalização econômica nos moldes do Consenso de Washington.

Neste mesmo ano o Governo Federal regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos portadores de deficiência e aos idosos pela Lei Federal nº 8.742/93, conforme artigo 203, inciso V da Constituição Federal, atendendo o direito de complementar a renda das pessoas que por condição humana ou etária necessitam de uma renda mínima.

Com relação à formação acadêmica dos assistentes Sociais a ABESS em novembro de 1996 define as diretrizes curriculares para o curso de graduação em Serviço Social, estabelecendo como princípios norteadores: “a apreensão crítica do

processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira; apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no Brasil; apreensão do significado social da profissão revelando as possibilidades de ação contidas na realidade; apreensão das demandas consolidadas e emergentes postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem; o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado, e o exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional”<sup>70</sup>.

A conjuntura eclesial da Arquidiocese de São Paulo é marcada pela divisão da periferia da cidade em novas dioceses no ano de 1989 e pelas contínuas restrições por parte da Cúria Romana à Teologia da Libertação. Acentua-se a dimensão da Pastoral Urbana nos planos pastorais (com destaque para o 6º Plano de Pastoral de 1991 a 1994) e a Missão na Cidade (com o 7º Plano de Pastoral de 1995 a 1998). Em 1998, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns é substituído por Dom Cláudio Hummes, transferido da Arquidiocese de Fortaleza (CE) para São Paulo.

Tendo em vista que a fé autêntica leva, necessariamente, à prática, a Igreja em São Paulo assumiu como eixos pastorais a evangelização e a solidariedade, que se alimentam reciprocamente. Desde o início, Dom Cláudio Hummes convocou todos para contemplarem “o rosto de Cristo e a partir dele realizar uma maravilhosa missão evangelizadora na cidade de São Paulo”. O Cardeal estimulou a Igreja em São Paulo para “olhar para a frente! Lançar de novo as redes em alto mar! Se é preciso lembrar com gratidão o passado, também é preciso viver com paixão o presente e abrir-se com confiança ao futuro”. Uma de suas maiores preocupações tem sido motivar o Clero arquidiocesano e os demais agentes de pastoral para a ação missionária permanente, por meio das missões populares, das visitas missionárias, enfim, por todos os meios possíveis. (LORO, in: VILHEMA et PASSOS, 2005:166)

---

<sup>70</sup> Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, Nov. 1996.

No ano de 1997, o Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, através da Comunidade Solidária lança o terceiro programa de incentivo ao voluntariado a fim de mobilizar parte da sociedade civil, especialmente jovens e universitários, para uma consciência de co-responsabilidade social. No ano seguinte, entre os dias 20 a 24 de julho de 1998 realiza-se o IX Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais com a temática “Trabalho e projeto ético-político profissional”, como resposta às mudanças que vinham ocorrendo no sentido de privatizar a assistência social.

Em síntese, a utilização do voluntarismo pode ser uma estratégia governamental, uma conjunção de ensinamentos julgados verdadeiros que ocupam intenções obscuras por parte do Estado ao apelar para a boa vontade de seus cidadãos, para a execução de ações assistenciais. Em outras palavras, o voluntarismo foi e é aplicado de maneira subliminar por parte dos governos brasileiros à sociedade civil, para que venha a ocorrer a degeneração dos processos sociais de participação das populações excluídas. (ARAUJO, 2008: 43)

Dez anos depois da Constituição Federal de 1998, o Estado Brasileiro ao mesmo tempo em que afirma os princípios da política pública como um direito do cidadão e responsabilidade do Estado, ainda mantém e subsidia a ação filantrópica tendo como marco jurídico a promulgação da Lei da Filantropia, Lei Federal nº 9.732/98, que alterará as Leis nº 8.212 e 8.213/91. Com a atual legislação as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos, tornam-se isentas de contribuição previdenciária quando assumem a característica de utilidade pública promovendo gratuitamente a assistência social beneficente, conforme a LOAS e o PNAS.

Em 1999, o Governo Fernando Henrique Cardoso publica a Lei Federal 9.799, de 23 de março de 1999, que regulamenta as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) caracterizando-as como instituições jurídicas de direito privado e sem fins lucrativos e com o Decreto nº 3.100/99, regulamenta-se as regras de parceria e convênios entre as OSCIPs e o Estado. Esta medida é considerada como

sendo resultado da lógica do Estado Mínimo iniciada no governo social-democrata e em consonância com as diretrizes do Consenso de Washington<sup>71</sup>.

No âmbito internacional ocorre o avanço do neoliberalismo, após a queda do muro de Berlim, estabelecendo uma nova fase da civilização com a hegemonia de um modelo econômico pautado pela globalização das relações financeiras e econômicas. Ocorre também o processo de reestruturação das forças produtivas e do estabelecimento de um Estado com o mínimo de responsabilidades sociais, ou seja, o fim do Estado do Bem-estar Social.

No âmbito eclesial a Igreja, resistente ao conservadorismo, se mantém crítica aos efeitos do neoliberalismo e da globalização exclusivamente econômica. Ressalta também neste contexto a consciência eclesial de que o Brasil do novo milênio é marcado por uma sociedade mais pluralista, secularizada e estruturada pelos valores de uma modernidade baseada no individualismo, relativismo, hedonismo e consumismo. Estes valores culturais são as principais temáticas a serem refletidas pelas três encíclicas pastorais do Papa Bento XVI a partir de 2005.

### **A primeira década do novo milênio**

No início do novo milênio, ano 2001, uma nova fase se configura na conjuntura municipal, nacional e latino-americana. No município de São Paulo a esquerda petista retoma o governo municipal com a eleição da prefeita Marta Suplicy que, como primeiro gesto público de posse assina o Decreto Municipal nº 40.232, regulamentando a Lei Municipal nº 12.316, de 16 de abril de 1997, sobre a obrigatoriedade da gestão municipal em prestar atendimento à população de rua da cidade. Esta reivindicação era uma luta do movimento social do povo em situação de rua e das pastorais sociais da Igreja Católica da Arquidiocese de São Paulo. A legislação reconhece que a pessoa em situação de rua é portadora de todos os direitos previstos pela Constituição Federal e os tratados internacionais, preservando assim sua condição humana e dignidade.

---

<sup>71</sup> O Consenso de Washington foi o encontro de economistas liberais da América Latina com representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O encontro foi convocado pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, tendo por objetivo avaliar as reformas econômicas ocorridas nos países latino-americanos e sistematizar algumas regras de adequação destas economias para sua inclusão na globalização neoliberal.

Entre os dias 09 e 11 de outubro de 2001 ocorre no Rio de Janeiro o X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais com o tema “Trabalho, Direitos e Democracia: assistentes sociais contra a desigualdade”. Seguindo, portanto o tradicional histórico iniciado no Congresso da Virada em estabelecer e pontuar a ação do profissional do Serviço Social frente às novas expressões das questões sociais.

Na linha da descentralização política e da participação popular na efetivação das políticas públicas é criado em maio de 2002 o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso pelo Decreto Federal nº 4.227, que tem por atribuição contribuir, supervisionar e avaliar a Política Nacional do Idoso. Se na década de 90 os avanços legislativos se dão no sentido de regulamentar os dispositivos constitucionais que garantem os direitos sociais aos brasileiros, a partir do ano 2000 o Estado Brasileiro por meio do Congresso Nacional dá continuidade à regulamentação de direitos específicos de grupos étnico-raciais, geracionais, de gênero e identidade sexual.

Desde a primeira eleição direta presidencial que elege Collor, depois sucedido por Itamar e substituído por dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o Governo Federal esteve diretamente vinculado ao projeto de implementação do neoliberalismo, iniciado nos anos 80 na Inglaterra e EUA, uma nova conjuntura se efetiva com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e sua reeleição em 2006, estendendo por tanto seu mandato até 2010.

O Governo Luiz Inácio Lula da Silva elege-se com o apoio popular, tendo como proposta o fortalecimento da cidadania e da inclusão social em contraposição ao neoliberalismo iniciado pela social-democracia “peessedebista”<sup>72</sup>. Porém, no primeiro mandato o Governo Luiz Inácio Lula da Silva revelou-se na política econômica um afiançador da continuidade do governo anterior. Na política social ocorreram alguns avanços, em meio à manutenção de uma política de governo assistencial e compensatório.

---

<sup>72</sup> Militância política do PSDB.

Os avanços continuam no reconhecimento de novos sujeitos sociais e seus respectivos direitos na política nacional com a implantação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O trabalho pastoral e social assumido por Dom Mauro Morelli, Bispo emérito de Caxias, no fortalecimento do direito à segurança da alimentação já implantado em Minas Gerais, ampliado em São Paulo e outros estados se consolida com a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), regulamentado pelo Decreto nº 5.079/04, sendo um órgão vinculado à Presidência da República.

Outras legislações específicas são promulgadas como o Estatuto do Idoso com a Lei Federal nº 10.741/03, a aprovação pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 09 de setembro de 2009 do Projeto de Lei nº 6.264/2005, que institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Por fim, vale destacar um grande salto da assistência social com a IV Conferência Nacional de Assistência Social que deliberará pela implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A Conferência Nacional se realizou entre os dias 07 a 10 de dezembro de 2003 em Brasília.

No ano seguinte, em 15 de outubro de 2004, o CNAS aprova a resolução nº 145 estabelecendo a Política Nacional de Assistência Social. Paralelamente realizava-se em Fortaleza (CE) o X Congresso Brasileiro de Assistência Social tendo como temática “O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”.

No ano seguinte, em 15 de julho de 2005, o CNAS aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS), que irá estabelecer o novo ordenamento institucional a partir dos princípios estabelecidos pela LOAS e a perspectiva da proteção social básica e especial de média e alta complexidade.

A humanidade continua dominada e explorada pelo sistema capitalista, mas sua presença (dos agentes da ação social) na sociedade mudou de forma. De modo especial depois do desmoronamento das sociedades

socialistas, o capitalismo avançou na direção da globalização do mercado, assentando-se na ideologia neoliberal. Houve o aprofundamento da desigualdade social e da desvalorização do trabalho. A riqueza e o poder estão cada dia mais nas mãos do capital financeiro, dado mais à especulação do que à produção dos bens necessários à vida. (CNBB, 2008:23)

Desde os anos 90, ocorre uma diminuição contínua na mobilização social e pastoral desencadeada pela “mudança de época”, onde os instrumentos e as ações próprios da conjuntura pós anos 60 não correspondem mais às novas exigências e desafios. O quadro das lideranças, tanto pastoral como social, apresenta um envelhecimento, a não renovação, a manutenção de ações tradicionais, a diminuição na participação e engajamento, entre outros.

Sendo assim, ganha ênfase na sociedade do novo milênio a perspectiva acentuada no indivíduo e na subjetividade como expressão do avanço de uma hegemonia neoliberal sobre as relações, inclusive as sociais e pastorais.

A resposta à situação se dá quando *“aprofunda-se a consciência e crescem a iniciativa em favor de um mundo diferente, globalização, com certeza, com suas bases assentadas na cultura da solidariedade e da cooperação entre os seres humanos e com todas as demais formas de vida, e não mais no mercado da livre iniciativa capitalista.”* (CNBB, 2008:24)

Os movimentos sociais nestas últimas três décadas passam por transformações que são analisadas por Maria da Glória Gohn (2008), que afirma que os movimentos vão abandonando a perspectiva exclusivamente de classe ou de luta entre capital e trabalho, sendo substituídos pela dimensão da identidade e das afinidades de grupos. Portanto passamos do crescente movimento sindical dos anos 70 para os crescentes movimentos de identidade cultural onde as lutas, que também tem sua perspectiva de classe, assumem a defesa e a conquista de direitos para a criança e do adolescente, os afro-descendentes e indígenas, as mulheres, os homossexuais, os direitos difusos como o meio ambiente, entre outros.

Os chamados novos movimentos sociais, que lutam por questões de direitos no plano da identidade ou igualdade, embora tenham declinado bastante nos anos 90 no cenário internacional enquanto movimentos sociais, e assumido mais um papel institucional enquanto ONGs, no Brasil permanecem e alguns até crescem, com o apoio de ONGs e movimentos internacionais, como é o caso do movimento indígena. Embora não caminhem no fluxo das grandes mobilizações, continuaram a se ater a grupos específicos, daí a alcunha de grupos de minorias. Em síntese, os movimentos que entraram em crise, não apenas de mobilização mas de estruturação, objetivos e capacidade de intervir na esfera política, foram alguns movimentos populares demandatários de bens e serviços para suprir carências materiais básicas. E isto num momento em que a crise econômica gerou grandes contingentes de excluídos socioeconomicamente, hordas de miseráveis que perambulam pelas ruas das cidades e pelos campos do país. (GOHN, 2008:322)

Em 2005 o Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS)<sup>73</sup> publica os dados estatísticos sobre a configuração de uma mobilidade religiosa, em especial dos fiéis católicos para as igrejas neopentecostais. Ressaltando assim a preocupação da hierarquia católica com o surgimento de novas comunidades religiosas e a perda contínua de fiéis católicos<sup>74</sup>. Diante desta situação crítica a hierarquia eclesial prioriza na sua ação a dimensão evangelizadora, apoiada por movimentos e comunidades mais tradicionais, configurando assim um cenário de distanciamento cada vez maior das responsabilidades políticas e históricas da Igreja Católica, para uma preocupação de ordem mais subjetiva e institucional.

---

<sup>73</sup> Fundado no ano de 1962 em um ato conjunto entre a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – e a CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil –, o Ceris tem por missão contribuir para uma presença mais significativa da Igreja Católica na sociedade, com estudos, pesquisas e também ações que propiciem o desenvolvimento de sua ação pastoral e social. Desde sua fundação, o Ceris teve como marca forte a avaliação de projetos, pesquisas e monitoramento de experiências populares e pastorais, além de assessoria a movimentos sociais e eclesiais, financiamentos e apoio a pequenas iniciativas. Junto à sociedade civil, elaborou pesquisas, apoiou iniciativas comunitárias em todas as regiões do país, atendendo assim à demandas de grupos que desejavam mobilizar-se e executar projetos voltados à própria organização e à própria emancipação. Estes apoios consistiam, em geral, no aporte de recursos financeiros e na orientação técnica, sobretudo em planejamento, monitoramento e avaliação de atividades. (Fonte: [www.ceris.org](http://www.ceris.org))

<sup>74</sup> A pesquisa confirma os dados do Censo 2000 sobre a crescente população evangélica (neopentecostal) e a perda de 16% de fiéis católicos no período de 1990 a 2004. Portanto, dá-se visibilidade à diversidade religiosa no Brasil: 67,2% católicos, 13,9% evangélicos pentecostais, 7,8% sem religião, 4,1% evangélicos históricos, 3,5% religião indeterminada e 3,4% fiéis de outras religiões.

No contexto de um “mundo de incertezas, sobretudo utopias, ideais, projetos societários, há fortes tendências de procurar abrigos, respostas míticas e religiosas de curto prazo, de atracar em portos seguros, de buscar saídas eternas e certezas dadas pelos dogmas da fé, de encontrar mensagens de fácil assimilação. Se essas certezas não se encontram nos espaços da política, de resto uma instância marcada, no geral, pelas incertezas, a tentação é de persegui-las no campo religioso”. Nisso tudo há um risco real de fundamentalismo, misticismo, alienação e manipulação emocional. (MATOS, 203: 247)

### Capítulo 3 – A caridade em ação



Fonte<sup>75</sup>

Desde os primórdios das primeiras comunidades cristãs se define a “caridade” como expressão da experiência humana, uma relação entre fé e vida, concretizada na ação solidária aos indivíduos e famílias em situação de pobreza, miséria, abandono, enfermidade, entre outros. No exercício dialético revela-se a face da realidade ofuscada sobre a caridade, observando assim sua complexidade conceitual e prática vinculada ao humanismo cristão tendo como horizonte a efetiva justiça social. A caridade está intrinsecamente ligada às demais virtudes teológicas da fé e da esperança, estabelecendo assim uma relação “recursiva e inter-relacional” de complementaridade de uma para com a outra.

Neste caso, a Caridade, que é fonte de todas as virtudes, passa a inspirar e animar a Justiça em sua expressão suprema de modeladora do todo social: a Justiça Social. Esta vem a ser para a comunidade o que a saúde é para o corpo; visa organizar a sociedade segundo as exigências do Bem Comum neste momento histórico, de maneira que se repartam equitativamente as vantagens e os encargos em todos os domínios: econômico, político, cultural, educacional, e de modo geral em todo o

---

<sup>75</sup> Pintura de P. Valle Jr. Paris, 1912. Em exposição na Cúria Arquidiocesana de São Paulo no andar superior.

domínio social. Há, portanto, uma distinção entre os campos da Justiça e da Caridade, mas, na perspectiva do Evangelho, não há Caridade sem Justiça; a Caridade, num primeiro momento, incita à prática de Justiça e leva ao reconhecimento efetivo dos direitos do próximo. (JOSAPHAT, 2002:18)

A virtude da fé revela a realidade transcendente e reconhece a perspectiva teológica da existência do ser humano e de sua ligação com o divino, transcende ao mistério encarnado, pois é a fé concretizada na imanência da existência humana. A virtude da caridade é a concretização do amor que se efetiva em obras em favor do próximo, em especial dos que mais necessitam do apoio e solidariedade humana por conta de suas fragilidades, sejam elas transitórias ou duradouras, permanentes ou naturalizadas pelas estruturas socioeconômicas e políticas; e por fim, a virtude da esperança, que complementa com sua dimensão a utopia do que está por vir, ou seja, do vir a ser, na perspectiva da realização da justiça plena a todos.

A relação entre as virtudes (fé, caridade e esperança) é fundamental, pois caso contrário ela não se totaliza na plenitude da proposta de construção do novo homem e da nova humanidade. O apóstolo Tiago afirma em sua carta apostólica das comunidades cristãs que “*a fé, sem obras (caridade), é morta*”<sup>76</sup> (BÍBLIA TEB, 1995:1490). Nesta mesma linha de pensamento, Francisco de Assis, com sua vida e escritos nos revela a radicalidade da adesão à fé cristã que o leva a exprimir a caridade que queima em seu corpo e espírito provocando atitudes de partilha e solidariedade para com os mais pobres no sentido de encontrar a verdadeira riqueza na extrema pobreza<sup>77</sup>. E na atualidade, Dom Paulo Evaristo Arns<sup>78</sup>, em seu lema episcopal atesta que “*de esperança em esperança*” podemos vislumbrar que a caridade motivada e alimentada pela fé madura é capaz de garantir a dignidade humana.

A caridade inicialmente é um sentimento de compaixão ou uma ação altruísta de ajuda ao próximo sem buscar qualquer tipo de recompensa. Tem a capacidade de aproximar as pessoas numa relação de amor mútuo. Por motivação religiosa reconhece

---

<sup>76</sup> Tg 2,26

<sup>77</sup> CF: SILVEIRA, Frei Ildefonso et Reis, Orlando dos. São Francisco de Assis. Petrópolis: Vozes, 1997.

<sup>78</sup> ARNS, Paulo Evaristo. Da Esperança à Utopia - testemunho de uma vida. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

no outro a imagem do próprio Deus, que se encarna na vida e na história, estabelecendo uma relação solidária especialmente com os mais pobres e excluídos. Pode também ser considerada simplesmente como amor ao próximo, bondade, benevolência, compaixão.

Caridade, portanto, nos leva a viver amorosamente o que nos pede a Trindade. Mesmo que historicamente, tenha ocorrido deformação do sentido da caridade - ou seja, a caridade foi reduzida ao assistencialismo ao ser associada às obras de ajuda, - nós temos em nós o sinal da caridade que nos impele às ações transformadoras.<sup>79</sup>

É preciso aprofundar o debate sobre o conceito de caridade, em especial a partir da teologia cristã, para superar o preconceito e o senso comum muito ligado à prática cultural de uma sociedade marcada pelo liberalismo econômico. Também para evitar assimilações equivocadas de que a ação social católica baseada na virtude da caridade é automaticamente filantrópica, benemérita e assistencialista.

Filantropia e benemerência são caracterizadas como ações desenvolvidas por indivíduos ou grupos que promovem ações em favor e atenção ao outro, que por condição conjuntural ou estrutural não tem acesso aos bens e serviços necessários para o seu “bem viver”. A ação filantrópica na maioria das vezes não tem por motivação um ideal ou uma condição religiosa.

Tanto a caridade, como a filantropia e a benemerência foram utilizadas de forma equivocada em diversos períodos históricos e por diferentes grupos sociais que se pautavam pelo objetivo de atender aos seus próprios interesses. Esta prática é conhecida no Brasil pela concepção do patrimonialismo e do clientelismo na histórica política. A má intencionalidade de agentes sociais, políticos e religiosos na ação social fazem com que o outro seja objeto de sua ação assistencialista na distribuição de benefícios e auxílios. Prática que utiliza o direito social como algo privado e instrumento de clientelismo político, fundamentada ideologicamente pela compreensão do outro (usuário, pobre, carente, assistido) como coitado e incapaz que necessita da compaixão dos que estão em condição socioeconômica superior.

---

<sup>79</sup> TURIN, Eva. Por que a caridade? *Jornal O São Paulo*, 47, 2382, 20 de março de 2002, p. 4.

A unilateralidade da crítica, ao não se inscrever dentro da análise de classe, traz como consequências um cego rechaço à caridade, e o desenvolvimento de forças morais subjetivas que sempre foram a fonte de poder mais generosa do trabalho social. A caridade, o amor ao irmão feito obra, nascido de sentimentos profundos de solidariedade e compromisso, que impulsiona a assumir a causa de sua libertação, quis reduzir-se unicamente à noção de justiça e a critérios racionais de equidade. Como no caso anterior, é necessário aqui também para recuperar para o trabalho social esta fonte fundamental de inspiração, aproximando-se da fraternidade que governa a esperança popular, fazendo que o trabalho social se nutra dela. Poderemos assim falar de uma caridade libertadora que se verifica na prática como tal, e não como opressivo manto encobridor da exploração de classe. (ALEXANDRINO MAGUINA in SPOSATI, ALDAÍZA DE OLIVEIRA et al, 2008:40)

Como advento do Estado Moderno, a comunidade humana promoveu o desenvolvimento de conquistas relacionadas aos direitos das liberdades individuais, políticas e sociais, Agregando em seus processos e relações, novas contribuições do campo científico, tecnológico, acadêmico e inclusive religioso.

A reflexão que coloca a ação social da Igreja Católica somente no âmbito das ações assistencialistas está fundamentada de forma limitada e equivocada na compreensão de que a virtude teológica da caridade é um elemento não objetivo ou não científico. Para evitar este equívoco necessita-se da disponibilidade e abertura para enfrentar desafios como a contextualização e identificação de que a dimensão teológica também é um campo de conhecimento e revela dimensões da vida e da humanidade que não são perceptíveis de forma total e absoluta pelo conhecimento científico. Neste caso deve-se levar em conta que em cada período histórico há um conjunto de situações e relações que se inter-relacionam, se excluem, se somam ou provocam novas situações e relações que revelam “luz e sombras” dentro dos limites e potencialidades humanas. A possibilidade de se reconhecer o valor do conhecimento teológico favorece a compreensão de uma parte da totalidade revelada pela experiência de quem vive, age e transforma as relações por meio da caridade. Outra possibilidade é a de considerar a conjuntura de cada tempo e época e os conceitos teóricos que lhe deram sustentação.

Pois uma visão estreita impede de considerar que a virtude da caridade colocada no centro da ação social eclesial refere-se também ao futuro da humanidade, aos direitos da pessoa humana, às políticas públicas de atendimento e de universalização dos direitos de moradia, educação, saúde, segurança, cultura etc.

Nesta proposta de releitura da história e da ação social, seja da Igreja e do Serviço Social, podemos aplicar o conhecimento produzido por Edgar Morin na teoria da complexidade ao propor um novo olhar sobre os fenômenos, sobre o ser humano e a condição humana. Um dos componentes para este novo modo de pensar/agir é a religação de conhecimentos e informações dispersos, temática esta analisada por Rodrigues (2006) ao propor uma reflexão sobre a metodologia da inter e da transdisciplinaridade em Edgar Morin afirmando que:

Do mesmo modo que é preciso ligar o que era separado, é também importante movimentar as certezas com as incertezas. A crença de que um conhecimento ou teoria é capaz de refletir a realidade é uma ilusão ou prepotência que precisa ser superada. É também o movimento que aproxima as certezas da incerteza. (RODRIGUES, 2005:29)

Do século das grandes navegações até a Revolução Industrial, de modo particular na Europa, a prática da caridade promovida pela Igreja é marcada por um conceito fundamentado em aspectos socioeconômicos vinculados ao nascente liberalismo que favorece a prática do assistencialismo puro e descomprometido com a garantia total da vida e da dignidade. Intencionalmente, no desenrolar da história diversos grupos, minoritários e hegemônicos, usaram a caridade/assistência como instrumento de pacificação das contradições internas entre classes sociais, com a finalidade de atender apenas aos interesses de uma ideologia liberal.

A caridade cristã, que outrora suscitou hospitais, leprosários, orfanatos, mil e uma modalidades de obras de misericórdia, pode hoje ter a lucidez e a coragem de descer até a principal raiz dos males e misérias: as injustiças generalizadas, as estruturas sociais viciadas ou inadequadas, as instituições e atividades políticas, consciente ou inconscientemente colocadas a serviço de grupos, de regiões, de classes, em detrimento de

uma dedicação total, racional e planejada ao bem como dos países e da humanidade. (JOSAPHAT, 2002:68)

No caso brasileiro, desde as primeiras assistentes sociais<sup>80</sup> se reconhecem na história e na gênese do Serviço Social os vínculos entre a instituição religiosa católica e a nova categoria profissional. Desde sua gênese até os momentos atuais o perfil profissional do Assistente Social é caracterizado hegemonicamente pela presença feminina e pela motivação religiosa. O estudo realizado por Simões (2005) apresenta uma contribuição a este debate e aproxima a realidade brasileira com a de outros países europeus na caracterização das motivações e no perfil do profissional da assistência social.

O período gestatório do Serviço Social é marcado pela concepção de mundo e de humanidade a partir dos princípios cristãos católicos e de suas verdades de fé. Os estudos da gênese do Serviço Social no Brasil estão relacionados à iniciativa pioneira da Igreja Católica no Brasil, conforme aborda Iamamoto (2008). Há muita reflexão a ser desenvolvida sobre a continuidade deste gênese até o momento atual que direta ou indiretamente influencia a formação e a prática profissional do Assistente Social e as suas respectivas organizações sindicais e acadêmicas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, com as novas estruturas do modo de produção, com os conflitos militares da geopolítica após a Segunda Guerra Mundial, o Serviço Social, de modo especial no Brasil, adota os instrumentos de análise e de intervenção da corrente teórica e metodológica marxista. A mudança do referencial teórico tornou a prática da assistência social, que anteriormente era vista como uma concessão por parte do Estado aos necessitados, para uma intervenção social na perspectiva de consolidar direitos e, portanto a efetivação de políticas públicas de caráter estatal, público e universal.

É no processo de institucionalização da profissão que se acentua sua dimensão secular e seu posicionamento na divisão social do trabalho. A profissão se constitui legalmente a partir de sua regulamentação formal com a Lei nº 3.252, em 27 de agosto

---

<sup>80</sup> Maria Kiehl e Albertina Ramos são as primeiras a cursarem em Bruxelas o curso de Serviço Social e fundam a Escola de Serviço Social em São Paulo.

de 1957, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 994, de 15 de maio de 1962, e comitantemente com o processo de laicização do ensino superior. A primeira Lei Ordinária é reformulada na Lei nº 8.662, de 1993.

O Serviço Social ao assumir sua condição de ciência social aplicada no século XX, faz a opção por um projeto político, conforme constata Simões:

Especificamente sobre o tema da religião e suas derivações, a profissionalização das iniciativas assistenciais vai originar tensões entre o caráter moralista, religiosamente vocacionado e fruto de iniciativas personalizadas, de um lado, e a racionalização dos recursos e a necessidade de mensuração de resultados, de outro (ou, por outras palavras, com o processo de tornar científica a atividade assistencial). (SIMÕES, 2005:16)

É preciso destacar que a expansão do capitalismo desenvolvimentista dos anos 60 e 70, e recentemente a transição para o modelo neoliberal assimilado pelo Estado Brasileiro a partir de 1989, substituindo a possibilidade de efetivar um Estado do Bem-Estar Social (garantido inclusive pela Constituição Federal de 1988) para implantar o “Estado-Mínimo”. Esta transição teve por objetivo favorecer a inclusão de camadas sociais, em especial as empobrecidas, apenas no mercado de consumo. O que justifica inicialmente, em larga escala, os programas governamentais de políticas compensatórias como Bolsa Família ou Fome Zero.

No período dos anos 80, pós-movimento de reconceituação, o Serviço Social desenvolve uma análise crítica da Ação Social Eclesial por reconhecer nela o vício da prática assistencialista, presente na relação entre a instituição religiosa e o indivíduo atendido, de forma verticalizada, autoritária, benevolente, filantrópica e, portanto, assistencialista.

Por outro lado, a mesma crítica é aplicada ao próprio Estado que através de seus programas, auxílios ou serviços, garantidos por lei, ainda são utilizados por administradores públicos numa relação de dependência entre políticos e eleitores. A prática do “assistencialismo estatal” ainda permeia a política pública gestada por

políticos que compreendem a assistência social como favor social e não como direito fundamental à vida da pessoa humana. Como exemplo pode-se destacar a prática do “primeiro-damismo” na ação social governamental, quando as primeiras-damas eram gestoras das ações sociais até o fim da década de 80, movimento este que vem sendo recuperado e reafirmado principalmente em gestões públicas municipais de cidades de pequeno e médio porte. A presença das primeiras damas na assistência social atualmente se destaca como gestora dos Fundos de Solidariedade no âmbito municipal, criado para atender programas e serviços de caráter superficial e assistencialista.

Historicamente, a assistência social tem sido vista como a ação tradicionalmente paternalista e clientelista do poder público, associada às Primeiras-Damas, com um caráter de "benesse", transformando o usuário na condição de "assistido", "favorecido", e nunca como cidadão, usuário de um serviço a que tem direito. Desta forma, confundia-se a assistência social com a caridade da Igreja, com a ajuda aos pobres e necessitados... Assim, assistência social era vista de forma dicotomizada, com caráter residual, próxima das práticas filantrópicas, um espaço de reprodução da exclusão e privilégios e não como mecanismo possível de universalização de direitos sociais. A assistência sempre se apresentou aos segmentos progressistas da sociedade como uma prática e não como uma política.<sup>81</sup>

Mesmo considerando que as políticas sociais são instrumentos da assistência social na garantia de direitos, tem que se reconhecer que as mesmas são utilizadas como moeda de troca criando relações políticas de clientelismo e apadrinhamento. Sendo assim, é possível observar uma espécie de caridade privada estatal? Se tivermos como referência o conceito popular de “caridade”, poderíamos dizer que a resposta à questão acima é sim. Por outro lado, esta não é o objeto principal da questão.

Observaremos no capítulo 4 que a presença do profissional da assistência social nas ações da Igreja Católica é fundamental para consolidação de uma ação pautada por técnicas e metodologias próprias do Serviço Social. Importante também por atualizar a prática social a partir das novas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, bem como do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. São assistentes

---

<sup>81</sup> Marlova Jovchelovitch, Assistência Social: Conceitos Básicos. p. 07. In AGUIAR, 2000.

sociais, remunerados ou não, que desenvolvem as ações de uma rica e complexa rede de relações sociais entre comunidades, paróquias, pastorais, organismos eclesiais, organizações leigas e movimentos sociais, perpassando diferentes realidades do urbano ao rural, do centro à periferia, atendendo públicos diversos de indivíduos, famílias e coletivos de características étnicas, geracionais, inter-religiosas e de gênero.

Atualmente a mediação entre a religião, no caso a cristã católica, e o Serviço Social se dá a partir do profissional e das motivações subjetivas e objetivas inseridas no contexto de uma realidade sociopolítica que exigem novas respostas às novas questões sociais.

As motivações subjetivas dos Assistentes Sociais podem ser verificadas em grande parte nos alunos que cursam a graduação do Serviço Social que, segundo Simões (2005), tem como motivação para escolha desta graduação valores como “amor ao próximo”, “justiça social”, “caridade”, entre outros. Isto demonstra claramente que os critérios de escolha se dão em grande parte através de valores religiosos, no caso dos países ocidentais a partir da religião cristã e católica. Assim, permite considerar que tanto na formação como na ação do Assistente Social deve-se considerar a religião ou a espiritualidade como uma das realidades a ser compreendida também pelo Serviço Social.

No que se refere às motivações objetivas do profissional do Serviço Social, encontramos as formas de ações sociais no âmbito eclesial, num processo de negação e afirmação contínua, de complementaridade e diferenciação que é caracterizado por dimensões da assistência, da promoção humana e de emancipação social.

Hierarquizando como que os planos de profundidade, diremos que há uma caridade que se estende de pessoa a pessoa, levando ao auxílio individual; esta é a forma mais simples, e infelizmente quase a única presente à consciência do cristão comum. Acima desse tipo, de caridade interpessoal, encontra-se uma compreensão mais ampla das situações gerais de miséria e o empenho de promover uma assistência de caráter social. (JOSAPHAT, 2002)

A primeira tipologia da ação social eclesial é a dimensão da “assistência social”, que se efetiva principalmente na ação social paroquial ou comunitária. Com a crescente demanda de necessidades de subsistência da pessoa humana, seja ela de caráter individual ou familiar, a Ação Social Católica atende às emergências e necessidades humanas pelo trabalho pastoral com a doação de roupas, cestas básicas, remédios e outros tipos de benefícios ou auxílios. Concretamente é onde se concentra grande parte da Ação Social Eclesial, que nos leva a considerar três fatores destacados pelo Seminário da Caridade, como: presença da pobreza e exclusão social na realidade do município; a ausência de uma reflexão mais aprofundada das comunidades no sentido da participação política e no controle social das políticas públicas; e, por fim, a imediata opção pela orientação evangélica de atender às necessidades do nu, do faminto, do doente, entre outros.

A assistência social, na perspectiva da cidadania, é um direito reivindicado e também uma política social, por ser uma ação do Estado, voltada para uma necessidade coletiva, embasada nos princípios de equidade, de igualdade e de justiça. (ARAÚJO, 2008:46)

A segunda dimensão da ação eclesial é a “promoção humana”. São projetos, programas ou serviços que colaboram para a formação do indivíduo, da família ou da comunidade para que se apropriem de ferramentas necessárias para a conquista de uma autonomia cultural e técnica, a fim de superar suas próprias necessidades e limitações. Estes projetos são perceptíveis em comunidades eclesiais, paróquias e principalmente nas organizações não-governamentais de caráter confessional. São, em grande parte, como constataremos nos projetos realizados em parceria com o poder público, destacando o âmbito municipal, no desenvolvimento de serviços como “creches”<sup>82</sup> e “espaço gente jovem”<sup>83</sup>, atendendo a um público de crianças e adolescentes.

O caráter promocional... O Serviço Social promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidades e populações, fazendo-os atingir a plena realização de suas potencialidades. Destaca-se, quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como

---

<sup>82</sup> Atualmente denominado como Centro de Educação Infantil - CEI.

<sup>83</sup> Denominado atualmente como Centro de Convivência da Juventude - CCJ.

ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global. (DOCUMENTO DE ARAXÁ, 1967:32)

O Seminário da Caridade destaca que esta dimensão merece atenção por parte dos gestores dos equipamentos e da própria Igreja para que estes serviços não sejam apenas como ação supletiva da Igreja na ausência de serviços, programas e políticas de responsabilidade do poder público, podendo incorrer no equívoco de desconsiderar as dimensões da autonomia do cidadão enquadrando-o em modelos de serviços prestados por conta de convênios construídos de forma padrão para qualquer região ou público atendido, desconsiderando as particularidades de cada realidade.

Na terceira dimensão “emancipação social”, a ação da Igreja se desenvolve desde o âmbito local/comunitário até o arquiocesano com as muitas atividades e experiências que desencadeiam transformações efetivas na vida dos indivíduos e comunidades no sentido de garantir e efetivar direitos e proporcionando a construção de uma nova sociedade. Os anos 70 e 80 foram o período de intensa ação social na perspectiva de construir a partir das comunidades um projeto de nação que reflete na reabertura política, nas Diretas Já, na elaboração da Constituição Federal de 1988 com a organização dos “plenarinhos”, na descentralização da política pública e na promoção do controle social através dos Conselhos de Direitos e Conferências temáticas. A Igreja Católica também favorece a criação de diferentes movimentos sociais que desencadeiam a luta contra a carestia, o movimento pelo direito à creche, à moradia, saúde popular, as políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente, entre outros.

A Cáritas teve uma crescente participação no processo das mobilizações cidadãs nacionais e internacionais. Entre outros movimentos, empenhou-se na Constituinte, apoiando emendas populares que foram responsáveis por algumas conquistas importantes na Constituição Federal de 1988. Da mesma forma, participou e apoiou movimentos sociais significativos, como da Reforma Agrária e Reforma Urbana, a Central dos Movimentos Populares, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, entre outros. (PEDRINI, 2007:22)

Destaca-se também a dimensão da emancipação social nas linhas e ações promovidas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, no sentido de construir uma nova realidade social, política e econômica que promova a dignidade da

pessoa humana, efetivada principalmente pela Comissão Episcopal da Caridade, da Justiça e da Paz<sup>84</sup> tendo a Cáritas Brasileira como expressão desta ação no âmbito nacional.

É preciso cobrar das autoridades do executivo, legislativo e judiciário, nos seus diversos níveis, federal, estadual e municipal, a aplicação das leis já existentes que protegem os direitos básicos do cidadão, garantindo-lhe, sobretudo trabalho, habitação, saúde e educação, pois o restante ele mesmo poderá adquirir com o tempo e com o seu esforço. O Estado deve ser chamado à responsabilidade, pois os cidadãos não podem ficar indefinidamente fazendo o que é sua responsabilidade. Enquanto não fizermos o Estado cumprir as suas funções básicas, pelas nossas ruas, cidades e bairros continuarão perambulando milhares de pessoas sem esperança. A superação da pobreza, da miséria e da fome deve ser uma prioridade do Estado a quem entregamos os nossos impostos que, por sua vez, se não forem bem usados, serão desvirtuados na sua finalidade, como temos nos habituado a ver. Uma caridade responsável exige do Estado a prática da justiça.<sup>85</sup>

Na perspectiva teológico-pastoral a caridade, portanto, é resultado de uma manifestação divina a um povo escolhido e que se encarna na vida humana e na história com a presença de Jesus Cristo que supera o mundo cultural, político e religioso de sua época anunciando que “Deus Caritas est”<sup>86</sup> (Deus é amor, Deus é caridade). Revela-se o mandamento principal de amor a este Deus que também se efetiva no amor ao próximo como a si mesmo. Este amor (caridade) deve ser vivenciado entre todos, em especial com os inimigos e vulneráveis, contrariando a lógica política e social, pois na pessoa do outro se encontra a pessoa do próprio Deus. Busca-se o Reino Definitivo onde não haverá mais exclusões e sofrimentos, reino este que é antecipado pelo testemunho de fé, esperança e caridade na história atual e que se efetiva na justiça e paz para todos.

... Deus é caridade, e quem permanece na caridade, em Deus permanece e Deus nele (1 Jo 4,16). Deus, porém difundiu sua caridade em nossos

---

<sup>84</sup> A Comissão Episcopal da Caridade, da Justiça e da Paz é a nova denominação para a antiga Comissão Sócio-Transformadora, conhecida também como Pastorais Sociais, conforme o novo Estatuto da CNBB.

<sup>85</sup> Silva, Dom Tomé Ferreira da. Texto “Por uma Caridade Responsável”. Enviado por e-mail aos agentes de pastoral e as comunidades após realização de um encontro das pastorais sociais em 31 de outubro de 2009.

<sup>86</sup> Tema da primeira encíclica pastoral do Papa Bento XVI em 2007.

corações pelo Espírito Santo que nos foi dado (Rm 5,5). Por isso o primeiro e mais necessário dom é a caridade, pela qual amamos a Deus acima de tudo e ao próximo por causa d'Ele. Mas para que a caridade como boa semente cresça na alma e frutifique, cada fiel deve voluntariamente ouvir a Palavra de Deus e com auxílio de Sua graça, cumprir por obras Sua vontade, participar frequentemente dos sacramentos, sobretudo da Eucaristia, e das sagradas ações, aplicar-se constantemente à oração, à abnegação de si mesmo, ao serviço fraterno atuante e ao exercício de todas as virtudes. Pois a caridade como vínculo de perfeição e plenitude da lei, rege, informa e conduz ao fim todos os meios de santificação verdadeiro discípulo de Cristo se distingue tanto pelo amor a Deus como pelo amor ao próximo.<sup>87</sup>

É a caridade que se expressa na assistência social, na promoção humana e emancipação social como garantia de direitos que perpassa desde os direitos fundamentais da pessoa humana (garantias e liberdades civis) aos direitos políticos e sociais que incluem a cidadania e as políticas públicas, e por fim aos direitos difusos, como por exemplo, a de viver num espaço ambientalmente sustentável. A caridade propõe o crescimento integral da humanidade a partir de humanismo que considere efetivamente a felicidade do Novo Homem e da Nova Mulher.

---

<sup>87</sup> Lumem Gentiu, 42.

## Capítulo 4 – O Seminário da Caridade e os serviços sociais



*“A caridade é maior que a justiça, porém não existe caridade sem justiça.”<sup>88</sup>*

O Seminário da Caridade como projeto da Arquidiocese de São Paulo tem por objetivo promover, na cidade de São Paulo, um seminário que reflita sobre a caridade, como presença e testemunho de solidariedade da Igreja, e que apresente as ações concretas por ela inspiradas.

Além da reflexão, do testemunho cristão e da sensibilização das lideranças para uma ação solidária, a Igreja em São Paulo também realiza um levantamento da ação social da Igreja em favor dos pobres por meio de um questionário que é aplicado entre novembro de 2000 a maio de 2001 para os seguintes grupos:

- Paróquias;
- Vicariatos, Pastorais e Organismos;
- Congregações Religiosas;
- Movimentos e Associações leigas;
- Entidades Sociais Católicas;
- Colégios, Escolas e Universidades.

A presente dissertação é um exercício analítico-interpretativo dos dados relativos às paróquias da Região Episcopal Ipiranga que após entregarem os 34 questionários preenchidos iniciou-se o trabalho de sistematização no âmbito arquidiocesano. O

---

<sup>88</sup> Dom Claudio Hummes. Jornal O São Paulo, 26 de Março de 2003, página 07.

resultado deste levantamento é publicado por Steri em 2002 sob o título “Presença da Igreja na Cidade de São Paulo - Ação Social e Testemunho da Caridade e Solidariedade”. Os dados estão organizados por áreas prioritárias de atuação, a construção de quadro-síntese e gráficos por áreas de atendimento correspondendo às informações gerais por Dioceses e Arquidiocese de São Paulo que no seu conjunto refere-se ao município de São Paulo.

Como os dados não foram sistematizados por Região Episcopal ou Diocese, fez-se necessário a consulta diretamente aos questionários da Região Episcopal Ipiranga arquivado na Cúria Regional, que foram novamente sistematizados por paróquia, por Setor Pastoral e sua totalização na instância da Região Episcopal.

A decisão por trabalhar apenas com os dados paroquiais se dá pelo fato de que todas as paróquias responderam ao questionário, contemplaram parte das ações sociais das pastorais, movimentos e associações ligadas aos seus respectivos territórios, sendo assim inclusas nestas informações.

As diversas atas do Seminário da Caridade revelam que as demais instâncias pastorais tiveram dificuldades para receber os questionários preenchidos, pois não havia um levantamento de dados de responsáveis e endereços atualizados, parte dos que receberam não responderam os questionários ou enviaram com informações parciais. Na ata do dia 13 de fevereiro de 2001, os responsáveis pela aplicação dos questionários nas Entidades Sociais, Congregações Religiosas e as Escolas Católicas registram a dificuldade da devolução dos mesmos. Inclusive por conta destas dificuldades a sistematização dos dados por região e subcomissões foram proteladas para março de 2001, em seguida para 12 de abril, depois para 14 de maio<sup>89</sup>. Na reunião da Comissão Central do Seminário da Caridade em 20 de agosto de 2001 registra-se que naquela data estava encerrada a etapa de levantamento dos dados e que se passaria para análise das informações.

---

<sup>89</sup> Nesta data não havia nenhum dado coletado dos movimentos e associações leigas, apenas 26 questionários das congregações religiosas, 89 questionários das entidades sociais, 210 questionários das paróquias e os dados das Pastorais Sociais já estavam totalizados.

#### **4.1. Análise dos dados resultantes do Seminário da Caridade na Arquidiocese de São Paulo**

O Seminário da Caridade iniciou-se em 2000 e seu processo foi construído em várias etapas. A primeira etapa corresponde ao levantamento dos dados sobre as ações sociais desenvolvidas pelas comunidades, paróquias, congregações regionais, organismos e pastorais da Igreja Católica presente no município de São Paulo. Para isso se fez necessária a presença da representação das Dioceses de Campo Limpo, Santo Amaro e São Miguel Paulista na coordenação e execução dos trabalhos para realizar *“um processo provocador, que parte de um olhar sobre a realidade e pretende chegar à elaboração de propostas e linhas comuns de ação, inclusive influenciando na definição de políticas públicas”*.<sup>90</sup>

Nas décadas de 30 a 50, a grande preocupação da Igreja Católica era favorecer a formação de um corpo técnico capaz de responder aos desafios das questões sociais, compreendidas como conjunto de manifestações da desigualdade social constitutiva da sociedade capitalista e industrial tendo como fundamento os princípios e doutrinas católicas.

No início do novo milênio, pode-se perceber o retorno às estratégias adotadas na origem do Serviço Social brasileiro. Esse fenômeno se observa no Seminário da Caridade a partir de seus objetivos e da intenção da hierarquia eclesial em realizar o levantamento das ações e readequá-las aos novos desafios de uma sociedade ainda mais marcada pelo consumismo, laicismo, hedonismo. Nesta nova fase também se observa que a interpretação da questão social assume também uma dimensão co-relacionada à crise moral da sociedade pós-moderna. Esta compreensão direcionaliza a ação social, além da dimensão sociopolítica, para a necessidade de intensificar os trabalhos na perspectiva evangelizadora.

A segunda etapa corresponde à publicação de uma série de artigos e obras sobre o conceito de caridade e suas interfaces com a ação social da Igreja, a conjuntura

---

<sup>90</sup> ROMEIRO, op. cit., p. 10.

internacional, nacional e local, e suas consequências na vida do povo, em especial nas situações de maior vulnerabilidade social.

A reflexão desencadeada proporcionou melhor compreensão do termo “caridade”, já que o mesmo era utilizado de forma equivocada para explicar a ação subjetiva e voluntária do cristão em favor do outro, no caso, do pobre, da viúva, do doente, do abandonado, tendo como fundamento ideológico uma visão liberal e conservadora. Como se houvesse um fenômeno determinante que naturalizasse a condição excluída de parte dos indivíduos e não como produto de uma relação desigual e consciente entre os detentores de poder (político, econômico, religioso e social) e os não detentores (povo em geral).

A leitura filosófica e teológica do conceito de “caridade” restabelece o fundamento originário do conceito e da ação, recupera a dimensão relacional entre os sujeitos e por fim se efetiva como virtude aplicada à ação social de forma a possibilitar ao outro uma assistência, promoção ou emancipação das suas exclusões provocadas pelas relações assimétricas na sociedade.

Em seguida, a terceira fase, é a sistematização dos dados levantados pelas coordenações regionais e comissões temáticas; elaboraram-se diversos mapas da ação da Igreja a partir de áreas comuns. Reconhecendo assim que o centro da vida cristã, representada pela virtude da caridade, está presente e testemunhando a solidariedade ativa através de ações concretas da Igreja por meio de suas muitas ações sociais.

Neste processo foram publicados três cadernos: o primeiro sobre o mapa da exclusão social da cidade a partir de algumas temáticas como exclusão social, violência, desemprego, moradia, saúde e idoso com o título “*Conhecendo São Paulo*”; o segundo caderno tratou das questões teológicas, pastorais e sociais do conceito da caridade com o título “*Antologia da Caridade: reflexão teológico-pastoral*”; e o terceiro caderno é o resultado do levantamento da ação social da Igreja com o título “*Presença da Igreja na Cidade*”. Outras publicações foram contribuindo com o Seminário da Caridade, como a publicação especial da Revista de Cultura Teológica; a Faculdade de Teologia Nossa

Senhora da Ação, que dedicou um número somente para discutir a caridade; realizaram-se inúmeras palestras, cursos, jornadas, entre outros.<sup>91</sup>

Na quarta fase o Seminário da Caridade se aproximou dos outros espaços da sociedade civil, como por exemplo, os poderes públicos, sociedade civil organizada e outras organizações. O Seminário da Caridade também é tema de uma oficina no Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2003, organizada pelo Conselho de Leigos da Arquidiocese de São Paulo – CLASP, contando com a participação de Dom Pedro Luiz Stringhini (bispo auxiliar e responsável pelo Seminário) e Sueli Maria de Lima Carvalho (representando a Cáritas Arquidiocesana).

O resultado ressalta também a parceria entre o Estado e a Igreja na realização de diversos serviços e programas de políticas públicas na área da assistência social, saúde, educação, entre outros. Um marco para o projeto do Seminário da Caridade se deu em 31 de março de 2003 com um encontro da Igreja com as autoridades políticas e lideranças da cidade com representantes do governo municipal, estadual e federal, e também de parlamentares. A Igreja pronunciou-se de que há necessidade de se somar esforços na definição de política pública para atender às necessidades das pessoas que vivem a exclusão social na cidade. O empenho da Igreja deve ser o empenho efetivo também da sociedade e do Estado para combater as muitas formas de pobreza e processos de empobrecimento. No município de São Paulo a Igreja responde por 40% (509 projetos) dos convênios com a Prefeitura de São Paulo. Na região da Brasilândia destacou-se que 80% dos serviços sociais são prestados pelas entidades católicas e no distrito da Cachoeirinha esta porcentagem chega aos 90%. Portanto, a parceria entre Igreja e o Poder Público Municipal revela a importância da presença do Estado e da efetivação dos direitos sociais por meio das entidades católicas.

O projeto em si é visto pela Igreja Católica como um movimento de acolhida, visita e de encontro com a cidade. Neste caso, a caridade é quem deseja visitar a múltipla realidade de uma cidade com dimensões de uma megalópole em suas potencialidades e vulnerabilidades. Este movimento é uma oportunidade para que a ação social da Igreja atualize suas estratégias sociais para superar a violência, miséria,

---

<sup>91</sup> ROMEIRO, op. cit., p. 18.

corrupção, vingança, ausência de políticas públicas e outros, que tanto agridem a dignidade da pessoa humana.

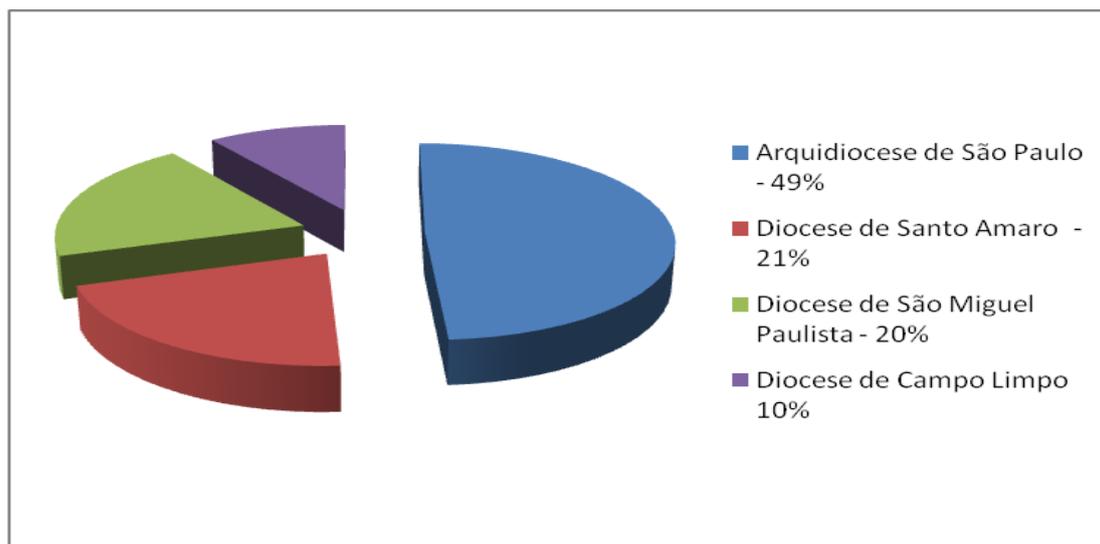
Na síntese geral das ações da Igreja em São Paulo conclui-se que as áreas de atuação correspondem à assistência social, cultura, direitos humanos, educação, esporte e lazer, formação, geração de renda, habitação e saúde.

Os serviços sociais da Igreja em São Paulo atendem a um público diversificado compreendido por crianças, adolescentes, adultos em processo de alfabetização, catadores de materiais recicláveis, dependentes químicos, desempregados, homens e mulheres privados de liberdade, pessoas hospitalizadas, idosos, indígenas, crianças e adolescentes em situação de risco, migrantes, pessoas em situação de rua, mulheres, nômades, moradores de área de risco, pessoas portadoras de deficiências, portadores do HIV e refugiados, dentre muitos outros.

Na totalização final dos dados da pesquisa do Seminário da Caridade chegou-se ao número de 26.652 voluntários na Arquidiocese de São Paulo que executam as diferentes ações sociais na Igreja. Esta ação atinge em torno de 115.334 crianças, 96.346 pessoas que precisam de algum tipo de ajuda na área da saúde, 88.000 trabalhadores, 71.622 pessoas que não têm condições de manter sua própria alimentação, 68.200 atendimentos aos migrantes, 40.975 crianças, jovens e adultos na área da educação, 39 mil crianças e adolescentes em situação de risco, 11.380 pessoas que tem seus direitos negados, 11.367 dependentes químicos, 8.679 idosos e 7.719 pessoas em situação de rua.

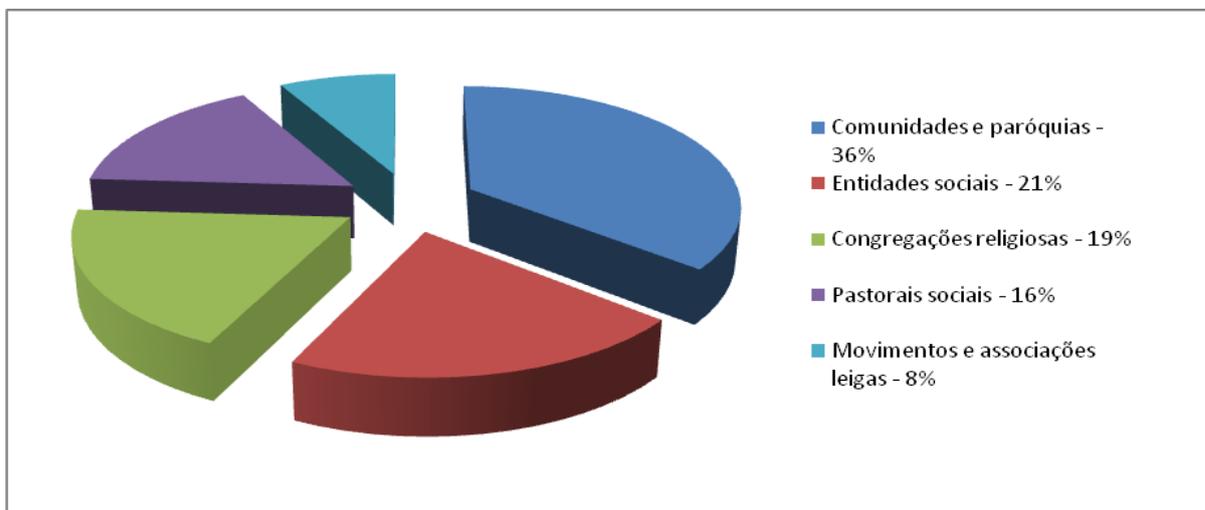
A cidade de São Paulo conta hoje com uma população de aproximadamente 11 milhões de habitantes sob o território onde se encontram a Arquidiocese de São Paulo e as demais Dioceses. Deste total consideram-se que 49% da população pertencem à Arquidiocese de São Paulo, 21% à Diocese de Santo Amaro (Sul), 20% à Diocese de São Miguel Paulista (Leste) e 10% à Diocese de Campo Limpo. (STERI, 2002:24)

**Gráfico 1: População do município de São Paulo por (arqui)Diocese<sup>92</sup>**



As ações sociais da Igreja são desenvolvidas por diversos segmentos organizacionais ou estruturais como: comunidades<sup>93</sup> e paróquias, entidades católicas, pastorais sociais, congregações religiosas e associações leigas. Todos estes segmentos encontram-se na organização pastoral da Arquidiocese e nas seis regiões episcopais, com ou sem assessoria direta de um representante do Clero local.

**Gráfico 2: Ações sociais por segmento<sup>94</sup>**



<sup>92</sup> Fonte: STERI, 2002:24.

<sup>93</sup> Refere-se às Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, um jeito de ser Igreja a partir das experiências pastorais do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979), onde muito se priorizou a formação na perspectiva da Teologia da Libertação.

<sup>94</sup> Fonte: STERI, 2002:37-46.

No segmento “das comunidades e paróquias” encontra-se 36% de todos os serviços da rede assistencial, pois são 1.646 unidades realizando mais de 55 tipos de diferentes ações de forma territorializada e descentralizada, atendendo aproximadamente 466.892 pessoas por ano. Destas ações destacam-se na cidade o atendimento assistencial relacionado a auxílios em alimentos, roupas e orientações diversas num total de 47,1% do total de atendimentos. Na área da saúde os serviços correspondem a 28,3% e o atendimento à criança e ao adolescente de 8,12%.

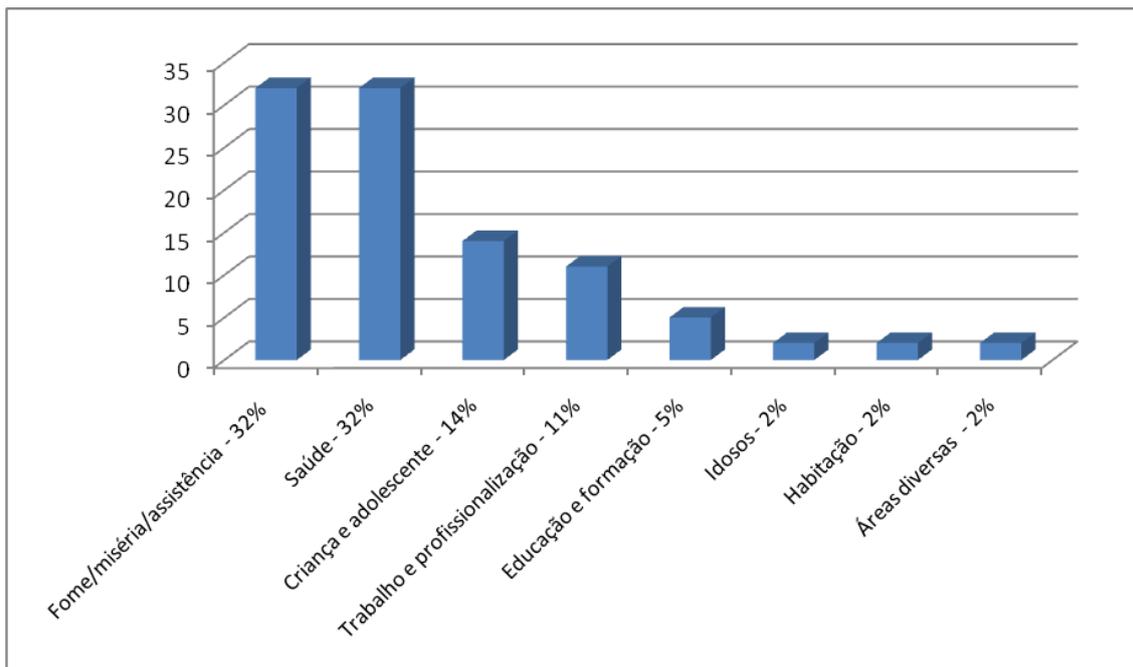
O segmento “entidades sociais” corresponde a 21% das ações onde encontraremos 251 entidades pesquisadas que geram aproximadamente 5.717 empregos e envolve a ação voluntária de 3.874 pessoas. O atendimento se desenvolve por faixa etária ou por grupos sociais como migrantes, indígenas, mulheres, idosos, entre outros. Do total deste segmento, 67% dos serviços correspondem ao atendimento realizado no Amparo Maternal às mães gestantes.

Outro segmento é compreendido pelas “pastorais sociais” com 16% das ações sociais, que promovem atividades diversas no âmbito da promoção humana e da emancipação social. Aqui se destaca os 16,23% dos atendimentos com formação sistemática com temas sociopolítico e pastoral.

As “congregações religiosas” formam um quarto segmento correspondendo a 19% das ações sociais, onde se destaca que 70% dos serviços são da área da saúde. No período colonial e republicano as congregações concentravam-se mais no atendimento educacional das crianças; hoje corresponde apenas a 6% desta atuação.

E por fim o quinto segmento é formado pelos “movimentos e associações leigas” com 8% das ações sociais que também atuam no combate à fome e à miséria correspondendo a 67% de seus serviços, seguidos por 14% com idosos e 7,3% na área da saúde.

**Gráfico 3: Áreas de ação social da Igreja em São Paulo<sup>95</sup>**



No quadro geral podem-se destacar as seguintes áreas prioritárias da ação social da Igreja em São Paulo: saúde (32%), criança e adolescente (14%), trabalho e profissionalização (11% - colocar essa porcentagem no gráfico acima, ela não aparece), educação e formação (5%), fome/miséria/assistência (32%), idosos (2%), habitação (2%) e outras áreas diversas como jurídico, articulação, campanhas, publicações (2%).

Refletir sobre a caridade, enfocando sobretudo o seu aspecto libertador, é, seguramente, uma exigência da nova evangelização. E sob o crivo desta caridade, a nova evangelização deve olhar a complexa realidade Latino-americana. Deve ainda continuar olhando para os mais empobrecidos. Ouvir seus clamores e enxergar suas necessidades mais concretas. Neste sentido, permanecer na opção preferencial pelos pobres é uma outra exigência que deve fazer uma nova evangelização (...) permanecer, como Igreja, junto aos mais pobres.<sup>96</sup> (CARITAS BRASILEIRA, 1991:11)

<sup>95</sup> Fonte: STERI, 2002: 47-60.

<sup>96</sup> CARITAS BRASILEIRA. Mística e metodologia da caridade libertadora. São Paulo: Loyola, 1991, p. 11.

A partir destes dados conclui-se que a ação social da Igreja atende grande parte das camadas populares que não encontram nas políticas públicas do Estado e das entidades assistenciais conveniadas o respaldo necessário para suas demandas. Os relatórios finais do Seminário da Caridade afirmaram que a Igreja tem ainda muito que aprender dos campos do conhecimento, como por exemplo, do Serviço Social, para tornar a ação sócio-pastoral da Igreja uma ferramenta eficaz na promoção da justiça social.

E como já se observa na história da Igreja e do Serviço Social nos últimos 80 anos no Brasil, podemos dizer que as ações sociais da Igreja, no atendimento à população vulnerável ou em risco social, contribuem para a organização de novos serviços e é laboratório para análises teóricas das ciências sociais e também campo favorável para a experimentação de novas iniciativas. Ressaltando que se deve garantir que a ação social da Igreja esteja pautada também pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no Brasil como dever do Estado e direito do cidadão.

#### **4.2. Seminário da Caridade na Região Episcopal Ipiranga**

Na Região Episcopal Ipiranga o Seminário da Caridade se iniciou com a participação de representantes leigos<sup>97</sup>, vinculados ao Secretariado de Pastoral, na Comissão Central do projeto desde o seu início até o final das etapas estabelecidas.

Iniciou-se no segundo semestre do ano de 2000 a coleta de dados através da aplicação do questionário proposto pela Comissão Central e que contou com a colaboração de diversos agentes de pastoral que levantaram os dados das comunidades, paróquias, congregações religiosas, organismos leigos e pastorais.

A sistematização dos dados revelou uma intensa ação social da Igreja como resposta às necessidades emergenciais encontradas neste território. Os dados da Arquidiocese de São Paulo encontram sintonia na realidade da Região Episcopal

---

<sup>97</sup> Inicialmente representado pelo sociólogo Edson G. P. O. Silva (2000-2001) e depois pelo sociólogo Marcelo Fracaro (2001-2005), ambos foram funcionários da Cúria Regional e co-responsáveis pelo Secretariado de Pastoral da Região Episcopal Ipiranga.

Ipiranga quanto à proporção dos atendimentos e dos tipos de entidades sociais católicas. As dimensões da assistência, promoção humana e emancipação social são encontradas nestas inúmeras ações desenvolvidas.

Após o levantamento geral dos dados, além da visibilidade do que já vem sendo desenvolvido pela Igreja para atuar sobre situações de vulnerabilidade social, revela-se também novos desafios que estão colocados por meio de novas situações que vão sendo geradas por conta de novas vulnerabilidades como, por exemplo, no atendimento a dependentes químicos, as ações de enfrentamento da violência e a garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Na Região Episcopal Ipiranga encontra-se realidades assimétricas quanto às condições socioeconômicas, pois neste território da região sudeste do município temos o distrito de Moema (com a presença das Paróquias Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Esperança e Santo Ivo) com altos índices de inclusão social e por outro lado vamos identificar no distrito do Sacomã a favela do Heliópolis (com a presença das Paróquias de São João Clímaco, Santa Edwiges e Comunidades Eclesiais de Base).

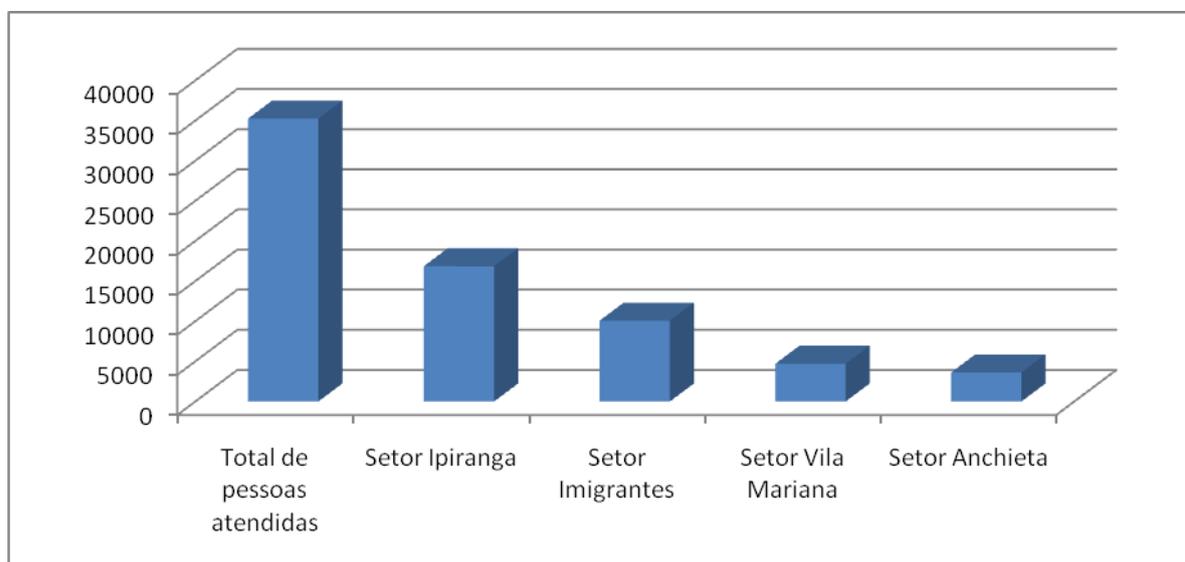
Na favela do Heliópolis observa-se a desigualdade social nas habitações precárias, nas situações de desemprego, nos índices de violência, criminalidade e tráfico de drogas. Por outro lado, a realidade revela uma complexa rede de solidariedade com um intenso trabalho de ação social realizado diretamente ou em parceria com as organizações eclesiais da Igreja Católica e outros movimentos sociais. As ações sociais da área pastoral do Heliópolis chegam a superar, em alguns casos, as ações de paróquias consideradas com santuários que inclusive possuem centros de atendimento assistencial ou obras sociais. Nos últimos anos a rede social do Heliópolis vem assumindo novas parcerias com ONGs locais, com o poder público municipal, estadual e federal, em alguns casos com o apoio financeiro de organizações internacionais.

A estrutura da Igreja Católica na Região Episcopal Ipiranga é, portanto, formada por quatro setores de pastoral (Anchieta, Ipiranga, Imigrantes e Vila Mariana), totalizando a presença de 34 paróquias, 15 colégios católicos, 34 obras e entidades sociais ligadas à Região Episcopal.

As paróquias representam a estrutura mais próxima da comunidade de fiéis, portanto torna-se uma instância fundamental na organização administrativa da Igreja Católica. Estão subdivididas da seguinte forma: no Setor Pastoral Anchieta são oito paróquias, 22 comunidades eclesiais de base e uma área pastoral; no Setor Pastoral Imigrantes são dez paróquias e 20 comunidades eclesiais de base; no Setor Pastoral do Ipiranga são sete paróquias no Setor Ipiranga e no Setor Pastoral de Vila Mariana são sete paróquias.

Considerando todas as ações sociais desenvolvidas pelas paróquias e comunidades da Região Episcopal Ipiranga durante o ano de 2000, calcula-se o total de 35.246 indivíduos ou famílias atendidas. Os dados por setores pastorais apresentam os seguintes atendimentos: no Setor Pastoral do Ipiranga foram 16.853 atendimentos; no Setor Pastoral do Imigrantes, 10.067 atendimentos; no Setor Pastoral da Vila Mariana, 4.707 atendimentos; e o Setor Pastoral do Anchieta teve 3.619 atendimentos a indivíduos ou famílias em situações de vulnerabilidade social.

**Gráfico 4: Total de atendimentos por Setor Pastoral<sup>98</sup>**



O gráfico 4 apresenta portanto a sistematização dos dados realizada em 2009 para construção desta dissertação, onde se observa quais os setores que são mais demandados por ações sociais.

<sup>98</sup> Gráfico elaborado a partir da sistematização dos dados registrados pelas paróquias no questionário de levantamento das ações sociais da Região Episcopal Ipiranga.

A população que abrange o território da Região Episcopal é de 937.788 habitantes<sup>99</sup>, compreendido pela região administrativa da Subprefeitura do Ipiranga (Setor Pastoral do Ipiranga e Anchieta), Subprefeitura do Jabaquara (Setor Pastoral do Imigrantes) e Subprefeitura da Vila Mariana (Setor Pastoral da Vila Mariana e do Imigrantes).

O território sudeste do município de São Paulo foi ocupado no final do século XIX, com exceção da região administrativa do Ipiranga<sup>100</sup>. O adensamento iniciou-se a partir da formação de pequenos núcleos residenciais em torno das capelas, que entre os anos 30 e 60 foram se consolidando como paróquias. O Setor Pastoral do Ipiranga é marcado pela presença de congregações religiosas, hospitais e escolas católicas, o Setor Pastoral do Anchieta pela presença de operários, o Setor Pastoral do Imigrantes por comunidades japonesas, portuguesas e libanesas e o Setor Pastoral da Vila Mariana pela ocupação de funcionários públicos e profissionais liberais.

Para facilitar a visualização territorial da Região Episcopal Ipiranga, cruzamos os dados da organização administrativa com a organização eclesial:

Setor Pastoral do Anchieta	Subprefeitura do Ipiranga	Distritos: Sacomã
Setor Pastoral do Imigrantes	Subprefeitura do Ipiranga, Jabaquara e da Vila Mariana	Distritos: Cursino Jabaquara Saúde
Setor Pastoral do Ipiranga	Subprefeitura do Ipiranga	Distrito do Ipiranga
Setor Pastoral da Vila Mariana	Subprefeitura da Vila Mariana	Distritos: Moema Vila Mariana Saúde

<sup>99</sup> São considerados os dados da Prefeitura Municipal de São Paulo para as Subprefeituras do Ipiranga, Jabaquara e Vila Mariana, conforme sítio eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados\\_demograficos/index.php?p=12758](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758), acessado em 17 de março de 2010.

<sup>100</sup> Há registros de ocupações na região do Ipiranga desde o século XVII.

As paróquias participantes do levantamento das ações sociais foram:

- Setor Pastoral do Anchieta:

Paróquia São Vicente de Paulo  
Paróquia São João Clímaco  
Paróquia Santo Agnelo  
Paróquia Santo Antonio  
Paróquia Santa Edwiges  
Paróquia Nossa Senhora das Mercês  
Paróquia Nossa Senhora de Fátima  
Paróquia Nossa Senhora Aparecida

- Setor Pastoral do Imigrantes:

Paróquia São Francisco de Sales  
Paróquia Nossa Senhora Mãe de Jesus  
Paróquia São Judas Tadeu  
Paróquia São João Batista  
Paróquia Santo Afonso de Ligório  
Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus  
Paróquia Santa Cristina  
Paróquia Santa Ângela e São Serapião  
Paróquia Sagrada Família  
Paróquia Nossa Senhora das Graças

- Setor Pastoral do Ipiranga:

Paróquia São José  
Paróquia S. João Batista  
Paróquia Santa Cândida  
Paróquia Nossa Senhora do Sião  
Paróquia Nossa Senhora das Dores  
Paróquia N. Senhora Aparecida  
Paróquia Imaculada Conceição

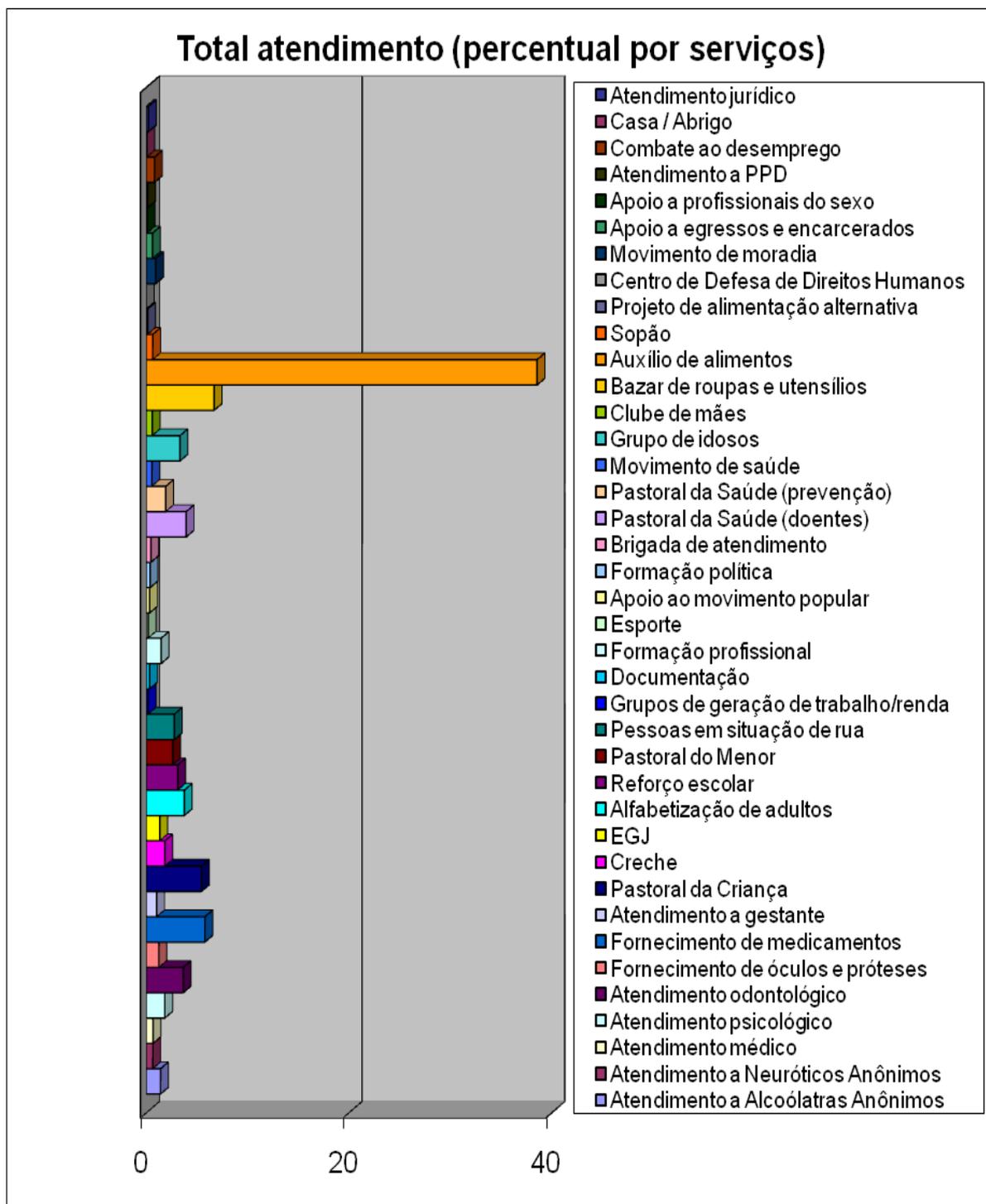
- Setor Pastoral de Vila Mariana:

Paróquia São Francisco de Assis  
Paróquia Santo Ivo  
Paróquia Santa Rita de Cássia  
Paróquia Nossa Senhora da Saúde  
Paróquia Nossa Senhora de Lourdes  
Paróquia Nossa Senhora da Esperança  
Paróquia N. Sra. Aparecida

A sistematização dos dados revela que as ações sociais da Igreja que mais atendem aos indivíduos e famílias na Região Episcopal Ipiranga são os auxílios de alimentos, o bazar de roupas e utensílios, a Pastoral da Criança, o fornecimento de

medicamentos, a Pastoral da Saúde em atendimento aos doentes em suas residências, dentre outros.

**Gráfico 5 – Refere-se ao número de pessoas atendidas pelos serviços oferecidos pela Igreja Católica na Região Episcopal Ipiranga em percentual**



### **4.2.1 Dimensões da ação sócio-pastoral**

A ação social da Igreja conforme já apresentado é uma ampla e complexa rede de serviços que objetivam a garantia da vida para os indivíduos e famílias que vivem situações de necessidades extremas, conjunturais e estruturais.

Serviços que assumem características específicas e vinculados a determinados contextos históricos e eclesiais, que se originam, crescem, enfraquecem, desaparecem e reaparecem de forma a revelar movimentos contínuos e descontínuos, que atualizam e revigoram a ação pastoral da Igreja em sua missão junto às questões sociais. Considera-se como serviços sociais “*as atividades continuadas que visem às melhorias de vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população*”, conforme Boschetti (2003:82).

Ao revelar estas inúmeras ações sociais desenvolvidas pela Igreja Católica por meio das paróquias na Região Episcopal Ipiranga, conforme pesquisa realizada em 2001 pelo Seminário da Caridade conclui-se que a ação social católica está presente nas dimensões da assistência social, da promoção humana e da emancipação social. Ater-se apenas ao gráfico 5 sobre o número de atendimentos e as ações que são desenvolvidas nos leva a cometer o equívoco de que esta ação social encontra-se apenas na antiga e conhecida prática assistencial, ou assistencialista, da Igreja Católica.

Para dar visibilidade a ampla, diversa e complexa ação social da Igreja é necessário organizar estas ações pelas dimensões sócio-pastoral, depois por área de atendimento que perpassará não somente à assistência social e, por fim, detalhar os dados a partir da realidade dos quatro setores de pastoral da região destacando alguns serviços que revelam a atuação da Igreja no campo jurídico-político.

#### **Dimensão da assistência social**

A dimensão da assistência social revela com maior visibilidade a face da caridade cristã por ser uma prática mais popularizada, principalmente por seu histórico cultural na sociedade brasileira. Os relatos das primeiras comunidades cristãs revelam

que esta dimensão sempre esteve presente nas relações cristãs, pois as comunidades partilhavam os seus bens para que todos pudessem usufruir de uma condição mínima de vida. Já no período Brasil colônia esta prática se efetiva por meio da ação social das poucas paróquias existentes e por meio das ordens terceiras, casas de misericórdia e por congregações religiosas.

Esta prática é atualizada pelos inúmeros serviços que foram criados e recriados na dinâmica sócio-pastoral destes últimos 80 anos. Conforme os dados do Seminário da Caridade considera-se as seguintes ações sociais na dimensão da assistência social:

- Fornecimento de óculos e próteses;
- Fornecimento de medicamentos;
- Atendimento às pessoas em situação de rua;
- Brigada de atendimento emergencial;
- Bazar de roupas e utensílios;
- Distribuição do Sopão;
- Plantão diário na Pastoral Social.

Estes serviços na dimensão da assistência social são realizados em sua maioria pela Pastoral denominada como Social ou da Caridade. O atendimento à população é praticamente diário, predominantemente realizado por voluntários e os bens materiais são provenientes de doações da própria comunidade.

Algumas pastorais paroquiais já perceberam as deficiências deste serviço como a ausência de mínimo de organização do trabalho, a formação dos agentes numa perspectiva emancipatória do usuário atendido, a complementação deste serviço com outros serviços da Igreja ou do poder público, o cadastramento dos usuários e a visita social. Quando a pastoral chega neste estágio de avaliar o trabalho e sua deficiência, inicia-se uma proximidade com profissionais do Serviço Social e de outras áreas no sentido de contribuir para que a caridade praticada por esta ação, não seja restrita a uma prática puramente assistencialista.

## **Dimensão da promoção humana**

A dimensão da promoção humana foi sendo efetivada nas ações eclesiais a partir do momento em que se percebe que para garantir melhores condições de vida da população era necessária uma série de outros serviços para que os indivíduos pudessem aos poucos alcançar suas respectivas autonomias e condições próprias para superar as deficiências de ordem pessoal, conjuntural ou estrutural.

O período da industrialização no Brasil a partir de 1930 é o momento oportuno para que esta dimensão se fortaleça, pois cada vez mais foi se exigindo um grande contingente de trabalhadores alfabetizados, preparados para o trabalho, que residissem em locais com condições mínimas de habitabilidade, entre outras condições. A partir dos anos 90 há uma crescente retomada desta dimensão por conta das novas exigências de mão de obra especializada com os novos campos da comunicação virtual e mecanização eletrônica. Nos trabalhos sociais criam-se alguns pensamentos populares para explicar determinadas situações; na dimensão da promoção humana a frase mais conhecida é de que a assistência social não deve “dar o peixe”, e sim “ensinar a pescar”.

Os serviços relacionados à dimensão da promoção humana são:

- Atendimento a alcoólatras;
- Atendimento a neuróticos;
- Atendimento psicológico;
- Atendimento odontológico;
- Atendimento médico;
- Atendimento à gestante;
- Pastoral da Criança;
- Creche;
- Espaço Gente Jovem;
- Documentação (1ª e 2ª via);
- Formação profissional;
- Desenvolvimento esportivo;
- Pastoral da Saúde (visita aos doentes);
- Pastoral da Saúde (preventiva);

- Pastoral da Terceira Idade ou Grupo de Idosos;
- Clube de Mães;
- Alimentação alternativa;
- Alfabetização de adultos;
- Reforço escolar;
- Pastoral do Menor;
- Apoio aos egressos e encarcerados;
- Apoio as profissionais do sexo;
- Atendimento a portadores de deficiência;
- Recuperação de dependentes químicos.

O Atendimento à gestante corresponde aos serviços desenvolvidos pela Pastoral da Criança. A Formação profissional é desenvolvida com o apoio de sindicatos e centrais sindicais como CUT e Força Sindical. A Pastoral da Saúde desenvolve duas frentes de trabalho, a principal corresponde à visita em residência ou hospital com a assistência aos doentes realizada por ministros extraordinários das comunidades. A segunda frente refere-se ao trabalho preventivo como formação, orientação e palestras realizadas por profissionais da área da saúde e da assistência nos encontros da pastoral da terceira idade. O serviço de recuperação aos dependentes químicos na região Ipiranga corresponde ao acolhimento e encaminhamento para as casas de recuperação terapêutica instaladas em zonas rurais da região metropolitana de São Paulo.

### **Dimensão da emancipação social**

Da mesma forma que a dimensão da assistência social está marcada pela ação da Igreja desde o período colonial, a dimensão da promoção humana está presente na conjuntura da gênese e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. A dimensão da emancipação social está nesse encontro da Igreja e do Serviço Social com a metodologia marxista durante os anos 60 que desencadeia no campo eclesial a Teologia da Libertação e no campo social o Movimento da Reconceituação.

Sendo assim, destacam-se os serviços relacionados à proposta da emancipação social na Igreja de São Paulo as seguintes ações:

- Movimentos Populares - Habitação;
- Movimentos Populares - Saúde;
- Movimento de Favela;
- Formação Política;
- Combate ao desemprego;
- Atendimento jurídico;
- Defesa dos Direitos Humanos.

O levantamento do Seminário da Caridade possibilitou o conhecimento das ações e serviços sociais desenvolvidas e a totalização do número de atendimentos, e algumas informações sobre os recursos humanos e financeiros.

Ao elaborar os questionários a Comissão Central não teve por objetivo compreender as especificidades, as particularidades e as dinâmicas internas destas ações. Portanto os dados não revelam as atividades internas a estas ações que pressupõe um plano de ação pastoral complexo que a médio e longo prazo tem por objetivo a emancipação social, o empoderamento dos sujeitos, o fortalecimento da democracia participativa e a contínua formação de lideranças.

No caso específico da Região Episcopal Ipiranga temos nesta dimensão o Movimento Popular de Habitação que é uma ação integrada da Pastoral de Moradia que organiza grupos na região sudeste para a luta da moradia popular através do sistema de mutirão, como o caso do Jardim Celeste e Parque Bristol.

O Movimento Popular de Saúde envolve a participação de lideranças da Pastoral da Saúde, da Criança, de leigos atuantes nos conselhos populares nas unidades básicas, representantes de associações de bairro que defendem o Sistema Único de Saúde - SUS, e participam das conferências de saúde nos vários níveis.

O Movimento de Favela integra-se a uma rede social de proteção aos moradores que residem em terrenos públicos e privados a fim de garantir a permanência no local com o apoio jurídico de organizações como o Centro Oscar Romero de Direitos Humanos - COR, o apoio da Pastoral da Moradia, destacando inclusive a presença de

presbíteros na organização e animação de comunidades eclesiais nas favelas. Inclui-se também a luta por infraestrutura de saneamento básico, energia, equipamentos públicos da área da saúde e da educação.

A Formação Política é uma ação social que tem por objetivo formar consciência política das lideranças leigas das comunidades e pastorais. Não mobiliza um grande número de participantes, pois se restringe apenas às poucas lideranças que se sensibilizam para a importância de uma atuação organizada no nível local e comunitário com as demais instâncias de poder público. É também espaço para os cristãos leigos que atuam nos partidos políticos, favorecendo assim a reflexão sobre a Doutrina Social da Igreja. Estes grupos possuem um perfil ideológico de esquerda, humanista cristão e socialista.

O serviço de combate ao desemprego é um dos objetivos que pautam a ação da Casa de Solidariedade ao Desempregado, criado como gesto concreto da Campanha da Fraternidade de 1999 a fim de proporcionar a articulação dos desempregados e sua luta por um trabalho digno. A Casa oferece serviços como formação técnica, cursos de informática, línguas, alfabetização de adultos, espaço de formação política, mobilização popular, participa de eventos, campanhas, paralisações promovidas pelas Pastorais Sociais, Pastoral Operária e sindicatos. Tem proporcionado também a formação de cooperativas para gerar emprego e renda. Reivindica junto ao poder executivo municipal o passe livre para o desempregado a fim de buscar emprego. Oferece também assistências aos indivíduos e famílias participantes da Casa como cesta básica, roupas e remédios.

O atendimento jurídico é realizado pelo Centro Oscar Romero de Direitos Humanos – COR, que possui uma equipe voluntária de aproximadamente dez advogados que atuam nas causas coletivas, nos direitos difusos, na defesa dos direitos da população em situação de risco e agressão dos direitos humanos. Outros profissionais voluntários formam o corpo diretivo e assessoria com assistentes sociais, sociólogos, economistas, educadores, entre outros. Também desenvolve serviços de capacitação em direitos humanos junto às comunidades católicas com temas específicos como da criança e adolescente, idosos, violência policial, mulher, entre outros. Atua como apoio também para as pastorais sociais em assessorias e orientações jurídicas. Promoveu entre

1997 a 2001 o Conselho de Cidadania da Região Sudeste, sediado na Paróquia Santa Rita de Cássia, que tinha por objetivo realizar palestras de interesse da comunidade trazendo personalidades e intelectuais para debater com a comunidade seus problemas. Esta ação proporcionou a criação, por exemplo, da associação de bairro denominada Sociedade Defenda Mirandópolis - SAM, bairro onde grande parte dos encontros era realizada.

O resultado desta pesquisa revela um baixo número de atendimentos e de serviços oferecidos por conta da metodologia construída para a pesquisa. Sabe-se que as diferentes pastorais, serviços sociais e paróquias desenvolvem atividades complementares às atividades pastorais tendo como preocupação a emancipação social dos atendidos pelos vários serviços já elencados. Um exemplo é o da Pastoral da Criança, que procura inserir suas líderes no contexto das lutas comunitárias e do engajamento político por melhores condições de vida à população.

Com frequência, principalmente nos ambientes católicos, a transformação social é definida a partir de ideias muito gerais, como a construção de uma “nova sociedade (mais) justa, fraterna, pacífica, democrática, solidária...” Sob essa definição cabem atitudes muito diferentes quanto à atuação sociopolítica. Ela se opõe, evidentemente, à postura ou ideário conservador, para o qual “o sistema deve ser corrigido em seus abusos, mas não mudado em sua essência”, ou, em sua formação mais extremada, “nada muda sobre a face da terra, ou, se muda é para pior”. Não basta, porém, a oposição ao conservadorismo para definir a transformação social, é preciso ir um pouco mais fundo na sua formulação. (SOTER, 2007:12)

#### **4.2.2. Setor Anchieta: serviços e ações sociais**

O Setor Anchieta responde por 10% dos atendimentos sociais na Região Episcopal Ipiranga, o que significa 3.618 indivíduos ou famílias atendidas pelos diversos serviços e ações sociais desenvolvidas pelas paróquias em parceria com organizações católicas, públicas e privadas.

As principais atividades das paróquias correspondem aos serviços litúrgicos, pastorais e de evangelização. A ação social é permeada por pequenos serviços de assistência, promoção humana e emancipação social.

O Setor Pastoral do Anchieta encontra-se numa região mais periférica, tendo limites entre o município de São Paulo com São Caetano do Sul e Santo André. A grande maioria dos trabalhadores desenvolve atividades profissionais em outras regiões e é somente nos finais de semana que os bairros possuem vida social.

Na comunidade do Heliópolis<sup>101</sup> os serviços sociais inicialmente eram oferecidos pelas paróquias próximas (Santa Edwiges e São João Clímaco); nos anos 70 a Igreja por meio das CEBs inicia um processo de formação de lideranças que desencadeia na organização de diversos serviços sociais necessários como creches, centros de juventude, grupos de geração de renda, entre outros. Nos anos 90 o Heliópolis já constitui uma ampla rede de articulação em torno da União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS) que desenvolvem projetos como o Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA), Lavanderia Comunitária, Geração Vida em Desenvolvimento, Agente Jovem, Movimento dos Sem Teto e o Centro para Criança e Adolescente, entre outros.

A Paróquia Nossa Senhora Aparecida da Vila Arapuá destaca-se com a organização da Associação do Bairro, Cooperativa de Catadores de Papel, participação de lideranças no Conselho de Saúde, entre outros. Destaca aqui a organização da Pastoral Operária - PO nos anos 70 por conta da proximidade com o grande ABC. Um

---

<sup>101</sup> Até o ano de 2000 era conhecida como Favela do Heliópolis, porém as intervenções públicas e privadas tornaram o Heliópolis num grande bairro que ainda possui inúmeras vulnerabilidades e riscos sociais.

dos frutos da ação social destas lideranças da PO se deu em 1996 com o gesto concreto da Campanha da Fraternidade, onde se criou a Casa de Solidariedade ao Desempregado com sede no Setor Imigrantes, nas proximidades do Metrô Praça da Árvore.

Encontramos também neste Setor Pastoral a Obra Social Santa Edwiges (OSSE), ligada à paróquia Santa Edwiges que foi fundada em 25 de dezembro de 1960, de caráter filantrópico e com personalidade jurídica, os trabalhos estão sob a coordenação de uma assistente social que supervisiona 29 funcionários remunerados e um total de 70 voluntários. Os serviços atendem ao público de crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas que vivem e convivem com HIV/Aids (Projeto Esperança). Parte dos serviços é co-financiado pelo poder público municipal no atendimento a crianças e jovens.

O CAICÓ – Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Heliópolis, fundado em 29 de março de 1990, administra a Creche São Savério e o Centro de Atividades Socioculturais Maria José de Oliveira, que atende às crianças, adolescentes e as famílias com assessoria em projetos habitacionais. Possuem 40 funcionários remunerados e dez voluntários para os atendimentos, sendo 100% co-financiada pelo poder público municipal.

Destacam-se também as seguintes obras sociais: Centro de Assistência Social Santo Agnelo, Lar Sagrada Família, Casa da Criança Santa Ângela, Centro Social Nossa Senhora das Mercês, União das Associações de Moradores de Heliópolis (Centro de Juventude Cidade do Sol e Curso de Alfabetização) e Centro Comunitário São Francisco.

A partir dos dados levantados pelas paróquias se destacam no Setor Pastoral do Anchieta os seguintes serviços pelo número de atendimentos:

- 22% dos atendidos estão relacionados à Pastoral da Criança;
- 14% correspondem à distribuição de auxílio de alimentos;
- 10% são os atendimentos por meio dos Grupos de Idosos;
- 6% dos atendimentos em Sopão;
- 6% de lideranças no Movimento de Saúde;

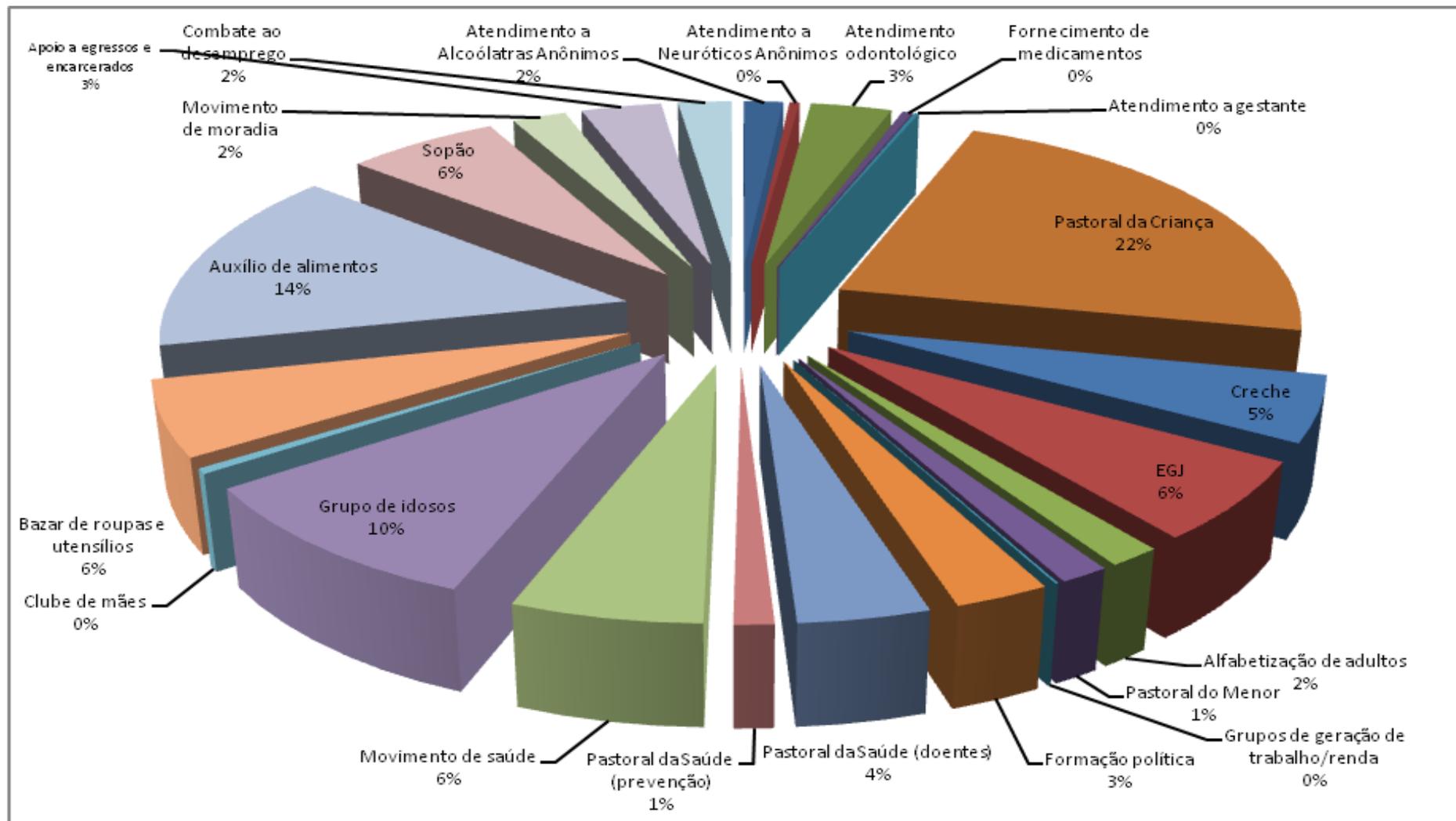
- 6% de atendimento em Espaço Gente Jovem - EGJ;
- 5% de atendidos por serviços de creche;
- 3% dos atendidos correspondem à Formação Política.

Os dados do Setor Pastoral do Anchieta revelam a riqueza e a diversidade dos serviços que a Igreja Católica oferece pelas suas diferentes instâncias e segmentos. São serviços que tradicionalmente marcam a ação da Igreja em atendimento às necessidades de indivíduos e famílias empobrecidos que consideramos como uma ação dentro da dimensão da assistência social como, por exemplo, a distribuição de alimentos, Sopão e bazar de roupas.

Na dimensão da Promoção Humana encontram-se os seguintes serviços da Pastoral da Criança, o Grupo de Idosos, atendimento às crianças e a adolescentes por meio de creche e EGJ, Pastoral da Saúde (visita aos doentes) (4%), atendimento odontológico (3%), alfabetização de adultos (2%), atendimento a alcoólatras (2%), Pastoral do Menor (1%) e Pastoral da Saúde (prevenção) (1%).

E por fim, os serviços que objetivam uma emancipação social a partir de serviços e ações no campo da formação política, no apoio aos egressos e encarcerados (3%), no combate ao desemprego (2%) e principalmente na promoção do direito à moradia popular (2%).

**Gráfico 6: Atendimentos por ação social no Setor Anchieta**



### **4.2.3. Setor Imigrantes: serviços e ações sociais**

O Setor Pastoral do Imigrantes responde por 29% da população atendida na Região Episcopal Ipiranga, o que significa o total de 10.067 indivíduos ou famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social.

O território do setor tem a particularidade de ter sido uma região adensada nos últimos 50 anos, de população predominantemente de classe média baixa, imigrantes de origem japonesa, portuguesa e libanesa.

Nesta área foram criadas diversas organizações de promoção humana e emancipação social com o apoio e a participação de um grupo de trabalhadores ligados à Pastoral Operária. Surgiram neste setor inúmeras associações de bairro que se iniciaram com o apoio da Igreja local. A organização desencadeou uma luta dos moradores pela preservação ambiental como um movimento popular contra a indústria poluidora denominada como Liperti que durante muitos anos eliminava gases tóxicos, contaminando a região, gerando problemas respiratórios na população. A empresa será desativada nos anos 80 após muita pressão social.

Uma importante ação social está nas Obras Sociais de São Judas Tadeu, ligada a paróquia santuário de São Judas Tadeu, coordenada por Assistente Social, com a contratação de cinco funcionários remunerados e 120 voluntários. Os principais serviços são de atenção à criança (creche), adolescente (cursos profissionalizantes), idosos (projeto Bem-Viver) e pessoas portadoras de deficiências. A obra social iniciou-se em 24 de setembro de 1944 por meio do pároco e de uma Assistente Social ligada à comunidade católica e que provavelmente foi estudante do Curso de Serviço Social iniciado em São Paulo pela Igreja Católica.

Destaca-se também a ação social da Paróquia Santo Afonso de Ligório, localizada em área periférica, com população mais vulnerável e de risco social, pois a maior parte dos serviços concentra-se na dimensão da promoção humana e na emancipação social. Um exemplo que vale destacar é a presença da pastoral da mulher marginalizada com atendimento específico para mulheres profissionais do sexo. A

realidade indica que há uma opção política por parte do pároco e do conselho pastoral por ações que contribuam com a promoção da cidadania dos indivíduos e famílias atendidas. São serviços como alfabetização de adultos por meio do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA), grupos de geração de renda, organização do trabalho reciclável, Formação de Fé e Política, entre outros. Diferentemente da assistência social promovida pelo Santuário São Judas Tadeu que possui uma infraestrutura maior para acolher doações e distribuí-la, com recursos humanos profissionalizados e atende à população na área da assistência social.

Destaca-se também no Setor Pastoral Imigrantes a ação social do Centro Oscar Romero de Direitos Humanos (COR), fundado em 1982, após a morte do Bispo salvadorenho pelas forças militares de El Salvador. O COR desenvolve inúmeros serviços como atendimento jurídico e previdenciário, assume ações judiciais de caráter coletivo, além de contribuir com a formação de lideranças católicas nas diferentes áreas dos direitos humanos. O grupo de profissionais como advogados, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos e outros colaboraram nestes últimos anos com assessoria aos movimentos populares da região, bem como às comunidades católicas. Participaram nos anos 80 dos Plenários Pró-Constituição, na década seguinte formaram o Conselho da Cidadania que possibilitou a criação de associação de bairros no setor Vila Mariana, desencadearam a campanha pela entrega de armas e sua destruição e publicaram cartilhas de conscientização como a Cartilha Criança Cidadã.

A Casa da Solidariedade ao Desempregado, conforme já relatado, inicia seus trabalhos em 06 de março de 1999, como gesto concreto da Campanha da Fraternidade, com o apoio de três funcionários remunerados e 15 voluntários, tendo como atenção principal atender aos desempregados, qualificar a mão de obra, formar e articular o movimento dos trabalhadores. Os recursos para os trabalhos na Casa da Solidariedade foram conseguidos por meio de parcerias com Congregações Religiosas (Pia Sociedade das Filhas de São Paulo e Irmãs Franciscanas), Paróquias Santa Edwiges e Santa Rita de Cássia e o fundo de solidariedade da Cáritas Regional.

Destacam-se também as seguintes obras: Obras Sociais São Bonifácio, Obras Sociais Nossa Senhora das Graças, Centro Assistencial Santa Ângela, Instituto Santa

Teresinha, Orfanato São Judas Tadeu (Creche São Judas e Movimento Educacional do Menor).

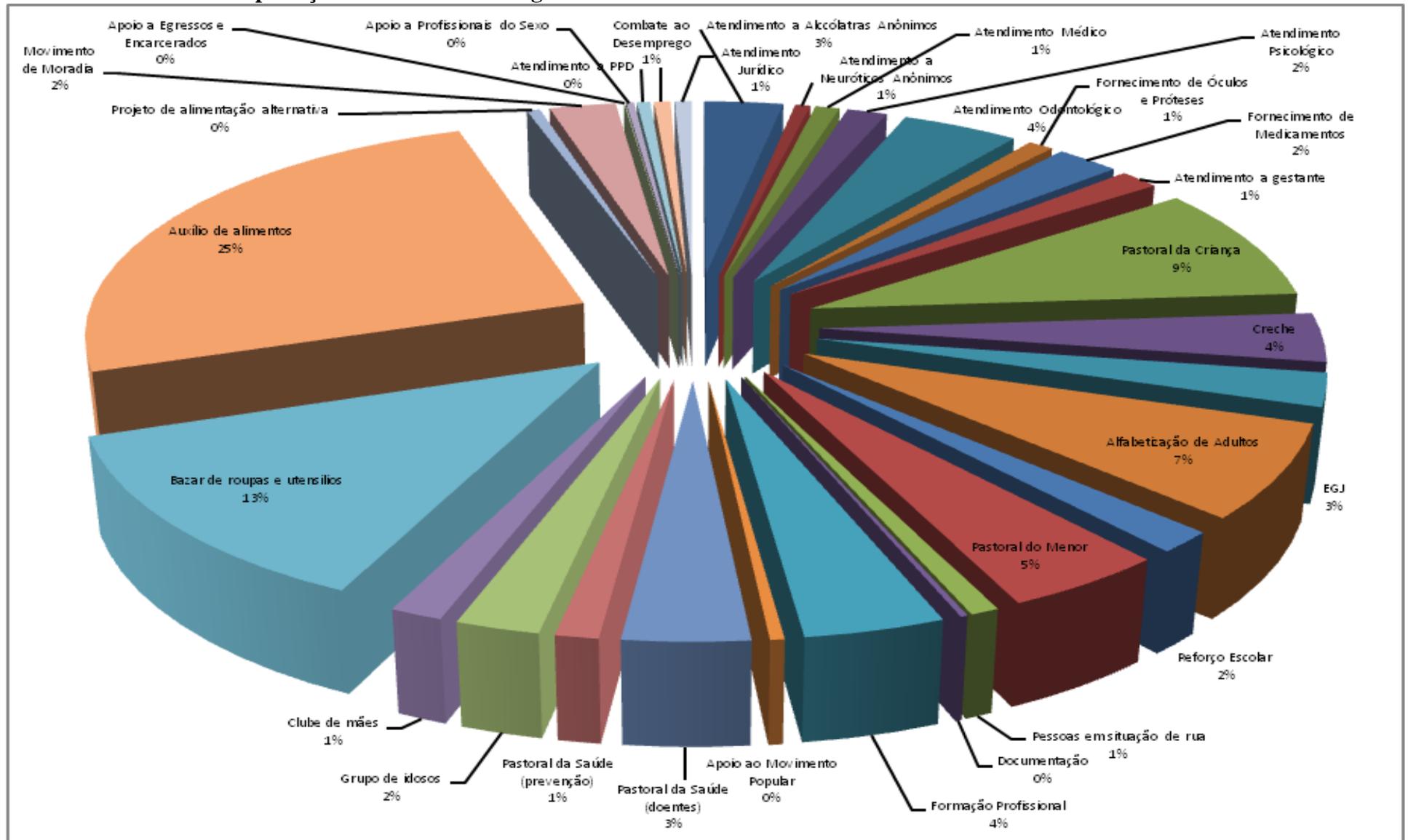
A partir dos dados levantados pelas paróquias destacamos no Setor Imigrantes o atendimento de 10.067 pessoas por meio dos seguintes serviços:

- 25% correspondem à distribuição de auxílio de alimentos;
- 9% dos atendidos estão relacionados à Pastoral da Criança;
- 7% dos atendidos com a alfabetização de adultos;
- 5% dos atendimentos na Pastoral do Menor;
- 4% dos atendidos pelo serviço odontológico;
- 4% dos atendidos na formação profissional;
- 3% dos atendidos por meio do bazar de roupas;
- 3% de atendidos com dependência alcoólica;
- 3% de atendidos pela Pastoral da Saúde (doentes).

Mesmo sendo um Setor Pastoral onde encontramos organizações paroquiais que promovem a ação social da Igreja de forma mais estruturada, as paróquias não deixaram de atender os indivíduos e famílias que necessitam de bens básicos e necessários como, por exemplo, a cesta básica. Portanto, a ação assistencial e emergencial é desenvolvida paralelamente aos demais serviços.

Em comparação com os demais setores pastorais conclui-se que o Setor Pastoral do Imigrantes apresenta um conjunto maior de serviços, que estão majoritariamente presentes nas diferentes ações sociais e atendimentos de apenas duas paróquias: Santo Afonso de Ligório (3.201 atendimentos) e São Judas Tadeu (2.622 atendimentos), conforme levantamento realizado em 2001.

**Gráfico 7: Atendimentos por ação social no Setor Imigrantes**



#### **4.2.4. Setor Ipiranga: serviços e ações sociais**

O setor Ipiranga destaca-se com o maior número de atendidos (48%) e possui um conjunto de características específicas da história e da localização do mesmo. É uma das regiões mais antigas da cidade, concentra inúmeras organizações eclesiais que administram serviços sociais por meio de congregações religiosas, paróquias e associações leigas.

A ação social da Igreja é conhecida por inúmeras famílias e instituições, por isso os indivíduos e famílias que acessam o atendimento social são provenientes de diferentes bairros e regiões da cidade. Portanto, são atendidos residentes da própria região (Ipiranga e Aclimação), dos bairros periféricos (Sacomã, Moinho Velho e Vergueiro) e de lugares mais distantes da cidade.

Destacam-se as seguintes obras sociais: Cáritas Regional, Farmácia Comunitária do Setor Ipiranga, Creche Piratininga, Instituto Cristovão Colombo, Centro Social São José, Casa Êxodo, Recanto Vida Nova, Centro Comunitário Madre Clara Ricci, Educandário Sagrada Família, Creche São Vicente Pallotti, Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, Instituto de Cegos Padre Chico, Creche de Catarina Labouré, Abrigo Rainha Isabel e Instituto Santa Olga.

A Cáritas Regional é uma extensão territorial, ou seja, localizada no nível local e comunitário, pertencente à organização da CNBB denominada Cáritas Brasileira, sediada na Cúria da Região Episcopal Ipiranga, é uma organização subsidiada por recursos do Fundo da Solidariedade<sup>102</sup> que recebe contribuições principalmente no período final do tempo litúrgico da quaresma. A organização nos últimos esteve com suporte para assessorar instituições católicas na elaboração de projetos, no levantamento de recursos e capacitação técnica dos profissionais e voluntários. Atualmente os recursos são investidos na formação para a cidadania e na geração de economia sustentável e solidária. A Cáritas no nível nacional motiva a sua organização nas instâncias locais a desenvolverem as seguintes atividades:

---

<sup>102</sup> O Fundo da Solidariedade recebe contribuições dos fiéis católicos no domingo de ramos como gesto concreto de conversão pessoal e pastoral. É uma prática já consolidada como uma ação solidária da Campanha da Fraternidade no Brasil, que a cada ano propõe uma temática específica para ajudar na reflexão pessoal, comunitária, eclesial e social.

A superação de todas as formas de exclusão social e para a consolidação da verdadeira democracia, no qual a cidadania plena seja garantida sem discriminação de classe, raça e gênero; defesa e proteção dos direitos da Infância, Adolescência e Juventude; Segurança alimentar, nutricional, hídrica, energética e biossegurança; atendimento e promoção de grupos em situações de emergência, dentre eles os moradores de rua; apoio à reforma agrária; apoio as pessoas com HIV/Aids; mobilizações sociais; gritos dos excluídos, combate à corrupção, entre outras; controle social: participação em conselhos, fóruns, instâncias de elaboração e debate sobre políticas e orçamento governamental. (CNBB, 2008c)

Das ações sociais destaca-se também o Instituto Cristovão Colombo, fundado em 15 de fevereiro de 1895, com o objetivo de abrigar crianças e adolescentes sob a coordenação de uma Assistente Social e uma equipe de 51 funcionários remunerados. No questionário a instituição relata que não possui voluntários entre os seus quadros de recursos humanos, portanto o trabalho é todo profissionalizado. Inicialmente voltados apenas para meninos órfãos, em especial migrantes, hoje atende a diferentes situações de crianças e adolescentes que precisam do abrigo independente do gênero. Para manter o serviço o Instituto recebe financiamento por parte do Governo do Estado e de doações diversas.

Outra instituição antiga e tradicional no Ipiranga é o Instituto de Cegos “Padre Chico”, fundado em 07 de outubro de 1928 sob a direção da Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula. Oferecem aos usuários serviços de ensino fundamental e médio, com complementação de curso de informática, acessibilidade e Braille. Não tem convênio com o poder público e sua manutenção se dá por meio de contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas da iniciativa privada.

Também encontramos o trabalho da Fundação de Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga, fundada em 24 de setembro de 1943, que dentre suas muitas ações sociais também colabora financeiramente com outras obras católicas como casas de apoio à pessoa idosa, abrigos para crianças e adolescente, creches e educandários. Não possui

vínculos com o poder público e atende às suas necessidades financeiras com recursos próprios.

No Setor Pastoral do Ipiranga o atendimento social atinge o total de 16.853 indivíduos através dos seguintes serviços:

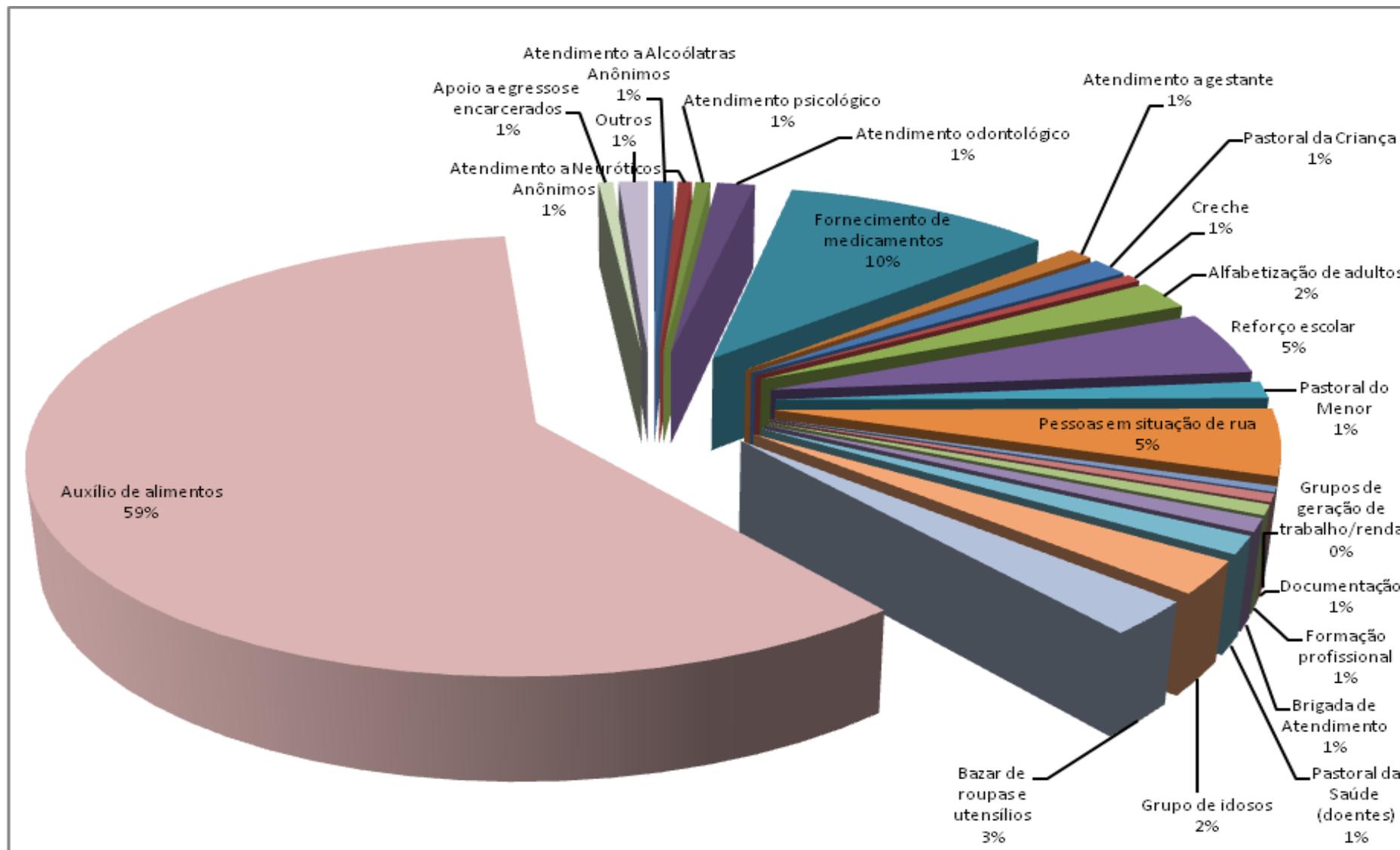
- 59% de atendidos com auxílio de alimentos;
- 10% de atendidos com fornecimento de medicamentos;
- 5% de atendidos sendo pessoas em situação de rua;
- 5% de atendidos com reforço escolar;
- 3% de atendidos por meio do bazar de roupas;
- 2% de atendidos no grupo de idosos;
- 2% de atendidos na alfabetização de adultos.

Sendo o Setor Pastoral mais antigo da Igreja em São Paulo, com suas paróquias bicentenárias e com a presença de associações leigas de obras de caridade, o Setor Ipiranga responde por 75% dos serviços na dimensão da assistência com o expressivo atendimento de doações e auxílios em alimentos, fornecimento de medicamentos, próteses e bazar de roupas.

Nesta pesquisa não se inclui os serviços oferecidos pela diferentes congregações religiosas no âmbito da saúde, o que implicaria uma alteração nos resultados, pois são inúmeros os serviços oferecidos pelas diferentes congregações religiosas na área médico-hospitalar.

A característica predominante dos serviços na dimensão da assistência se dá por conta de um modelo religioso predominante no Setor Pastoral do Ipiranga com suas características e vínculos com um modelo de Igreja mais tradicional, espiritualista, de ação mais voltada para o interno da Igreja e, portanto com pouca experiência na área da emancipação social ou na formação de lideranças.

**Gráfico 8: Atendimentos por ação social no Setor Ipiranga**



#### **4.2.5. Setor Vila Mariana: serviços e ações sociais**

O setor Vila Mariana responde por 13% do total de atendimentos, é uma região de estratificação social média e alta, que segundo os dados do Mapa da Inclusão e Exclusão Social do Município de São Paulo revelam a concentração da riqueza.

Os usuários das ações sociais da Igreja são originários das periferias da zona sul como a região de Parelheiros, Pedreira, Cidade Ademar, Jabaquara, Capão Redondo, entre outros. Além do auxílio em alimentos, roupas e remédios, alguns grupos são atendidos de forma contínua com atendimento complementar ao horário escolar, oficinas e orientações diversas. Há pequenas unidades de favelas (Mauro e Mário Cardim) e alguns conjuntos de cortiços.

Observa-se segundo os questionários que no período da realização do Seminário da Caridade o Setor Pastoral de Vila Mariana, por meio do Conselho de Leigos da Região Episcopal Ipiranga – CLERI iniciou a capacitação de lideranças pastorais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), elegendo no ano de 2001 os cinco conselheiros tutelares da Subprefeitura de Vila Mariana.

Uma das ações mais antigas e tradicionais é desenvolvida pelas Irmãs de São Vicente de Paulo de Gysegen com a obra social Amparo Maternal fundada em 20 de agosto de 1939. Nestes 70 anos de história atendem jovens, mulheres gestantes e pobres que não possuem as condições mínimas para um acompanhamento digno durante a gestação e com a realização do parto natural e humanizado. A manutenção dos serviços é financiada por convênios com o poder público federal por meio do SUS e com o apoio das sete paróquias do Setor com doações diversas e a presença de um corpo de mulheres voluntárias. O Amparo Maternal conta com o corpo de 260 funcionários e 85 voluntárias. Possui um departamento de Assistência Social que atende às gestantes e suas respectivas famílias, bem como é um campo de estágio para os universitários do curso de Serviço Social.

A obra social SALUS - Associação para a Saúde, ligada ao Movimento Comunhão e Libertação, atende crianças de dois meses até seis anos para o

acompanhamento alimentar e nutricional. Os serviços são oferecidos num prédio construído num terreno pertencente ao poder público municipal que estava sob a responsabilidade da Paróquia de Santa Rita de Cássia. As crianças atendidas são encaminhadas pela rede hospitalar pública da região como, por exemplo, o Hospital São Paulo, o Amparo Maternal, entre outros.

A ação social das paróquias no Setor Pastoral de Vila Mariana possibilita o atendimento de 4.707 indivíduos e famílias nos diferentes serviços sociais distribuídos da seguinte forma:

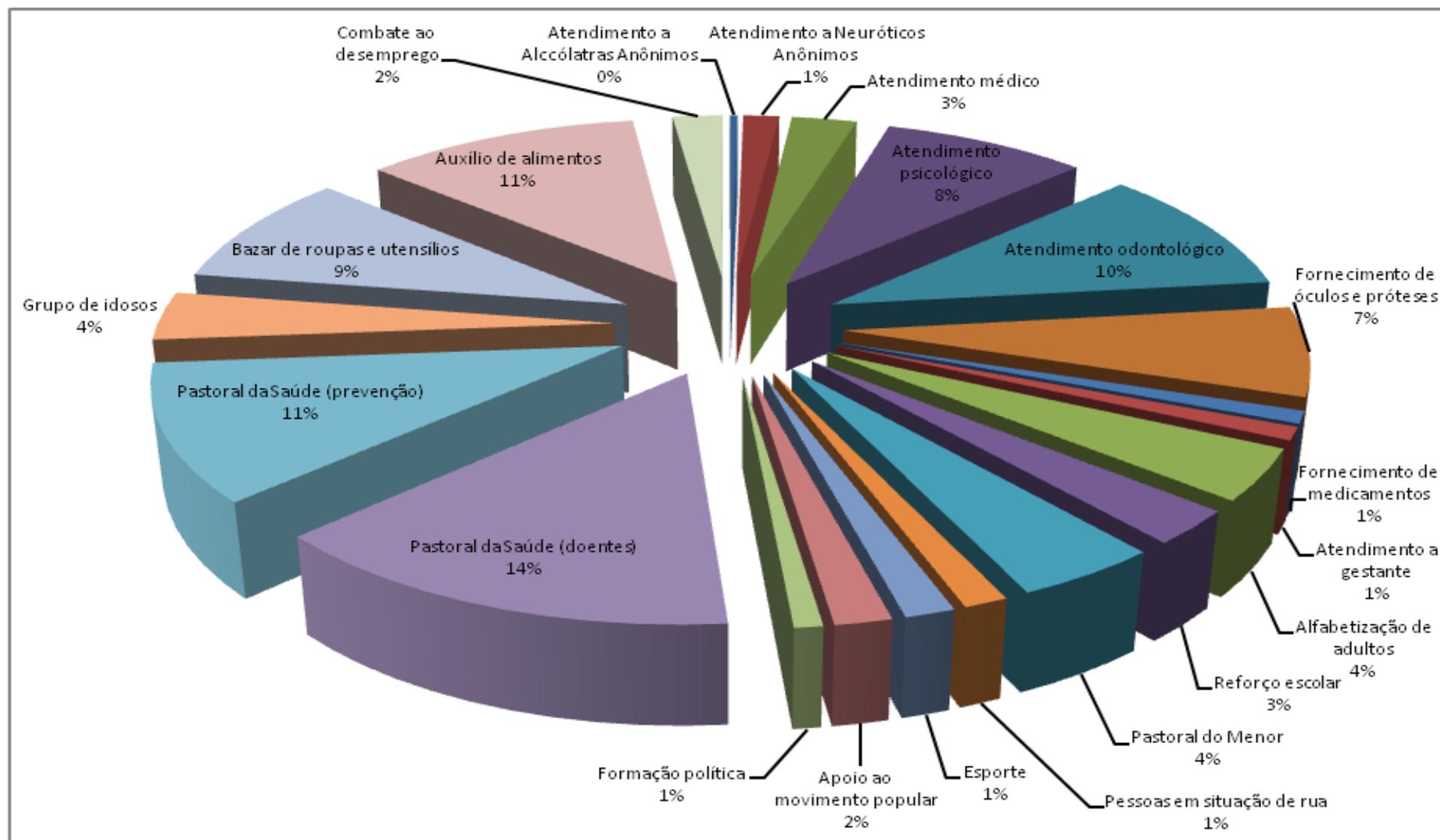
- 14% dos atendidos por meio da Pastoral da Saúde (visita aos doentes);
- 11% dos atendidos com auxílio em alimentos;
- 11% dos atendidos na Pastoral da Saúde (prevenção);
- 10% dos atendimentos no serviço odontológico;
- 9% dos atendidos no bazar de roupas;
- 8% dos atendimentos no serviço psicológico;
- 7% dos atendidos com fornecimento de óculos e próteses.

Os serviços na dimensão da assistência correspondem aproximadamente a 44% atendidos nos serviços com fornecimento de medicamentos, óculos, próteses, alimentos, bazar de roupas e visitas aos doentes. Interessante observar que esta região concentra a maior parte da população idosa da cidade e também onde se encontra um dos maiores polos hospitalares público e privado.

Na dimensão da promoção humana os serviços atendem 50% com ações de prevenção às doenças, grupos de idosos, atendimento médico, psicológico, odontológico, grupos de neuróticos anônimos, alfabetização de adultos, reforço escolar, pastoral do menor, pessoas em situação de rua e esporte.

Porém apenas 6% dos atendimentos estão na dimensão da emancipação social com o combate ao desemprego, apoio ao movimento popular e a formação política. As paróquias não realizam muitas ações em suas estruturas nesta dimensão, mas contribuem financeiramente ou com outras doações para que outras comunidades possam desenvolver estes serviços.

**Gráfico 9: Atendimentos por ação social no Setor Vila Mariana**



#### **4.2.6. Ações sociais por políticas específicas**

As várias ações sociais e serviços oferecidos na Região Episcopal Ipiranga podem ser reunidos também por políticas específicas de atendimento às necessidades da população. Estes serviços funcionam como complementação aos serviços públicos que deveriam garantir por dever legal toda assistência à população, porém nem sempre estes serviços estão disponíveis ou acessíveis a determinados grupos. Resta, portanto a grupos organizados como o da Igreja Católica oferecer algum tipo de atenção.

Todos os serviços e ações sociais já elencados serão aqui organizados por políticas como saúde, educação, direitos humanos e assistência social. Os quadros apresentam os dados referentes ao número de atendimentos por Setor Pastoral e em seguida os serviços compreendidos pela área específica.

Os recursos materiais para o atendimento destes diferentes serviços são, em grande parte, provenientes de doações individuais de fiéis, doações em materiais e financeiros, ocorrendo em algumas situações doações de comércios e empresas; também se encontram doações efetuadas por pessoas físicas e jurídicas por determinações judiciais.

O trabalho social é desenvolvido por um grande número de voluntários que em sua maioria não possuem uma formação técnica ou acadêmica para a função. Em algumas ações sociais, por ter o status jurídico de entidade assistencial e por estabelecer parcerias com o poder público, exigem-se por lei a presença de profissionais contratados para determinadas funções.

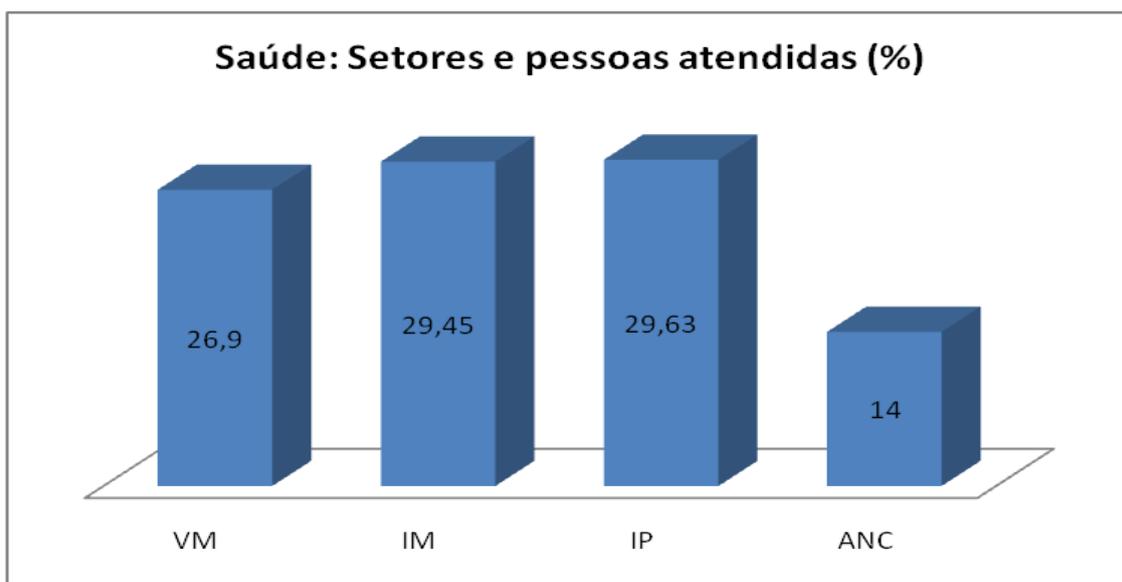
#### **Ações e serviços da área da Saúde**

Na pesquisa do Seminário da Caridade apresentam-se as seguintes ações que foram reunidas como pertencentes à área da saúde: atendimento a alcoólatras anônimos e a neuróticos anônimos, atendimento médico, psicológico e odontológico, fornecimento de óculos e próteses, fornecimento de medicamentos, atendimento à gestante, Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde (visita aos doentes e prevenção),

movimento de saúde, apoio aos profissionais do sexo e atendimento à pessoa portadora de deficiência.

Nesta área a pesquisa apresenta o total de 10.015 pessoas atendidas pelos diferentes serviços. Sendo 26,9% ocorridos no Setor Vila Mariana, 29,4% no Setor Imigrantes, 29,6% no Setor Ipiranga e 14% no Setor Anchieta.

**Gráfico 10**



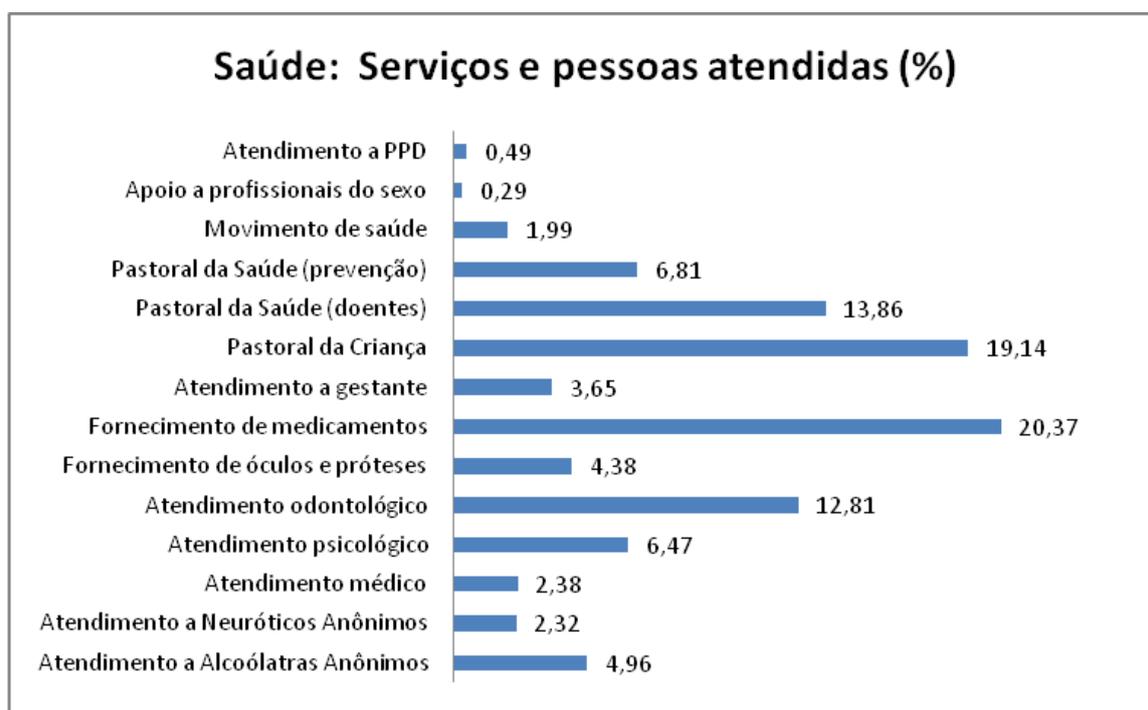
Destacam-se com o maior número de atendimentos os seguintes serviços:

- 20,3% referem-se ao fornecimento de medicamentos por meio das farmácias populares instaladas nas próprias paróquias ou convênio com determinada farmácia local para concessão dos medicamentos; as paróquias estabelecem como critério para a concessão do medicamento que a receita seja da rede pública de saúde, documentação do beneficiado;
- 19,14% dos atendidos referem-se aos diferentes trabalhos realizados pela Pastoral da Criança com as visitas para pesar as crianças, distribuição do multimistura, orientação nutricional das famílias, formação de lideranças, entre outras;
- 13,8% das pessoas atendidas correspondem à visitação dos doentes por meio da Pastoral da Saúde. As visitas em sua maioria possuem objetivo pastoral para distribuição da comunhão, para orações e orientações diversas, além da convivência fraterna;

- 12,8% são atendidos pelos serviços de atendimento odontológico com a atuação voluntária de profissionais como dentistas e universitários. Algumas comunidades possuem em suas instalações os consultórios dentários e alguns poucos são encaminhados diretamente para os consultórios particulares dos profissionais voluntários para o atendimento gratuito.

É importante destacar a ação social relacionada ao apoio de profissionais do sexo, compreendendo um público de 30 pessoas (o que se refere a 0,29% do total dos atendimentos na área da saúde). Neste serviço, os profissionais do sexo recebem no Setor Imigrantes o apoio jurídico, orientação médica, assistência com cesta básica e outras necessidades. Comparado ao quadro geral de serviços pode parecer uma ação pontual e desconsiderável, porém é uma ação que rompe com os limites morais tradicionais no sentido de garantir a defesa à vida.

**Gráfico 11**



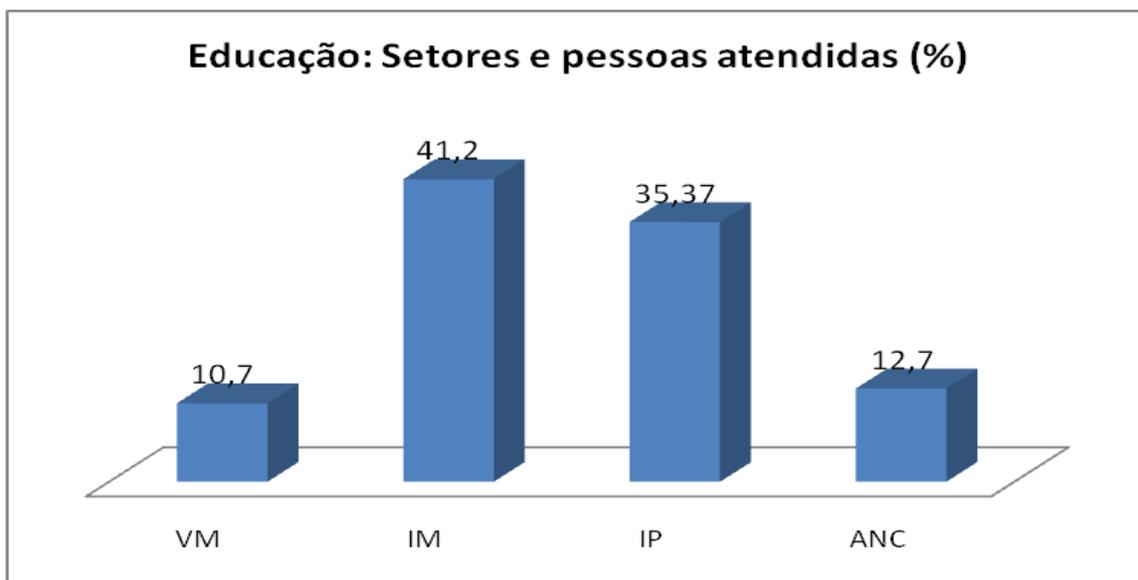
Fonte: Dados sistematizados e totalizados a partir dos questionários do levantamento realizado junto às paróquias da Região Episcopal Ipiranga.

## Ações e serviços da área da Educação

Os serviços que compreendem esta área são formados por ações como atividades esportivas, reforço escolar, alfabetização de adultos, Espaço Gente Jovem - EGJ e creche infantil.

O total de atendidos na área da Educação compreende um número de 3.621 indivíduos distribuídos pelos setores na seguinte proporção: 10,7% no setor Vila Mariana, 41,2% no setor Imigrantes, 35,3% no setor Ipiranga e 12,7% no setor Anchieta.

**Gráfico 12**



Os serviços relacionados à educação estão distribuídos por ação social da seguinte forma:

- 36,6% com o atendimento em alfabetização de adultos desenvolvidos em espaços paroquiais com o apoio do MOVA e em alguns casos co-financiados pelo poder público municipal; mais da metade deste serviço está localizado no Setor Imigrantes;

- 30,3% dos atendidos com o serviço de reforço escolar para crianças, adolescentes e jovens em horário complementar ao horário escolar; mais da metade deste serviço está localizado no Setor Ipiranga;
- 18% com o atendimento de crianças em creche infantil, no período da pesquisa o serviço estava sob a orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social, que hoje é de competência da Secretaria Municipal de Educação; mais da metade deste serviço está localizado também no setor Imigrantes;
- 13% com o atendimento de adolescentes no Espaço Gente Jovem – EGJ, para desenvolvimento de atividades complementares com lazer, artes e música; são serviços oferecidos apenas nos Setores Imigrantes e Anchieta;
- 2% dos atendidos envolvem atividades esportivas com crianças e adolescentes, que são realizados nos finais de semana na quadra esportiva da Paróquia Nossa Senhora de Lourdes do Setor Vila Mariana, sob a orientação da Pastoral do Menor e Juventude.

**Gráfico 13**

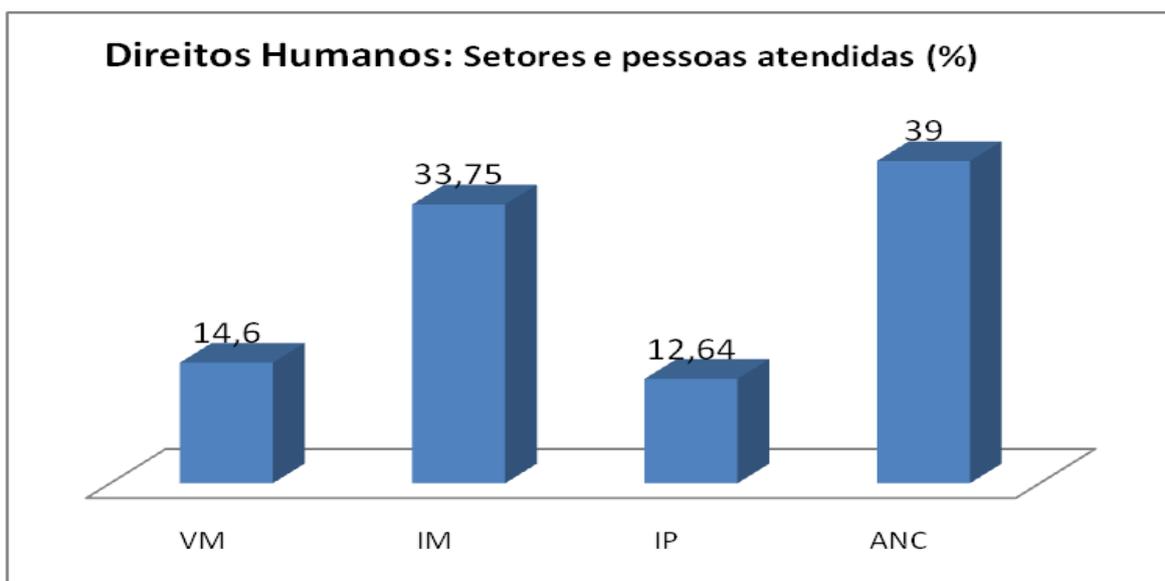


Fonte: Dados sistematizados e totalizados a partir dos questionários do levantamento realizado junto às paróquias da Região Episcopal Ipiranga.

## Ações e serviços na área dos Direitos Humanos

Na área dos Direitos Humanos a Região Episcopal Ipiranga atende a 1.487 indivíduos através dos vários serviços e ações sociais distribuídos pelos setores: 14,6% no Setor Vila Mariana, 33,75% no Setor Imigrantes, 12,6% no Setor Ipiranga e 39% no Setor Anchieta.

**Gráfico 14**



Os serviços que mais se destacam são:

- 22,2% dos atendidos pela Pastoral da Moradia na luta pela habitação popular;
- 19,5% dos atendidos ligados no combate ao desemprego;
- 14,7% dos atendidos pelo serviço de apoio ao egresso e encarcerados realizado pela Pastoral Carcerária dos Setores Ipiranga e Anchieta;
- 13,4% dos atendidos que militam no movimento de saúde está apenas concentrado no Setor Anchieta;
- 9,4% dos atendidos na formação política que ocorre nas paróquias do Setor Vila Mariana (Paróquia Santa Rita de Cássia) e no Setor Anchieta (Paróquia Nossa Senhora Aparecida).

**Gráfico 15**



Fonte: Dados sistematizados e totalizados a partir dos questionários do levantamento realizado junto às paróquias da Região Episcopal Ipiranga.

### **Ações e serviços da área da Assistência Social**

Na área da Assistência Social reunimos os seguintes serviços oferecidos: Pastoral do Menor, atendimento às pessoas em situação de rua, os grupos de geração de trabalho e renda, retirada de documentação, formação profissional, brigada de atendimento emergencial, grupos de idosos, Clube de Mães, bazar de roupas e utensílios, auxílio de alimentos, distribuição de Sopão, projeto de alimentação alternativa, apoio a egressos e encarcerados, atendimento à pessoa portadora de deficiência, combate ao desemprego e o serviço de casa-abrigo.

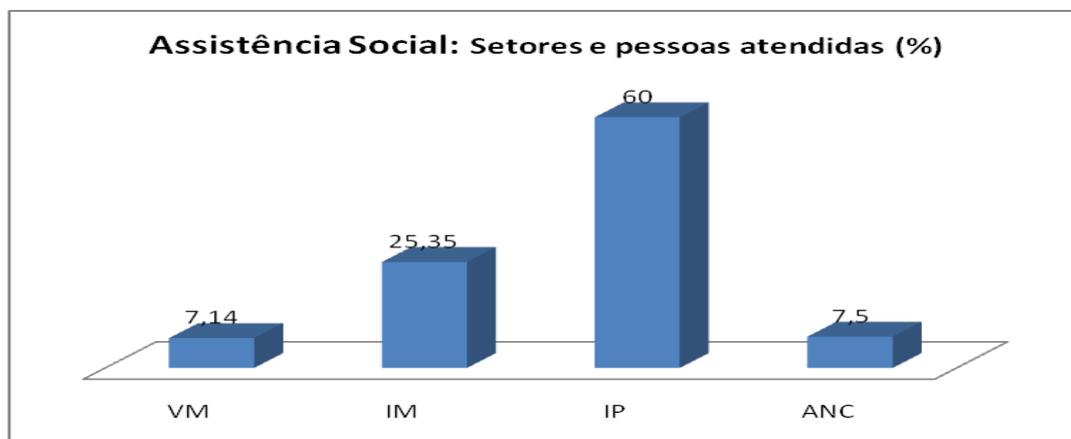
Com a implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, os serviços elencados poderiam ser distribuídos por proteção social básica e especial. A proteção social básica inclui os serviços que favorecem o acolhimento, convivência e a socialização das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, mas que possuem vínculos familiares e comunitários. A proteção social especial de média complexidade e de alta complexidade refere-se aos serviços especializados e dirigidos aos indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social.

Para a Proteção Especial de Média Complexidade são considerados os serviços que ofertam atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados em maior grau que os de proteção básica, cujos vínculos familiar e comunitário, embora fragilizados, não foram rompidos. (BRASIL, 2008:48)

A Proteção Especial de Alta Complexidade prevê a assistência integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou sob ameaça, necessitando a sua retirada do núcleo familiar ou comunitário. (PNAS, 2004:37)

O total de atendidos na área da Assistência Social é de 20.985 indivíduos que foram assistidos em suas necessidades, distribuídos da seguinte forma por Setor: 7,1% no Setor Vila Mariana, 25,3% no Setor Imigrantes, 60% no Setor Ipiranga e 7,5% no Setor Anchieta.

**Gráfico 16**



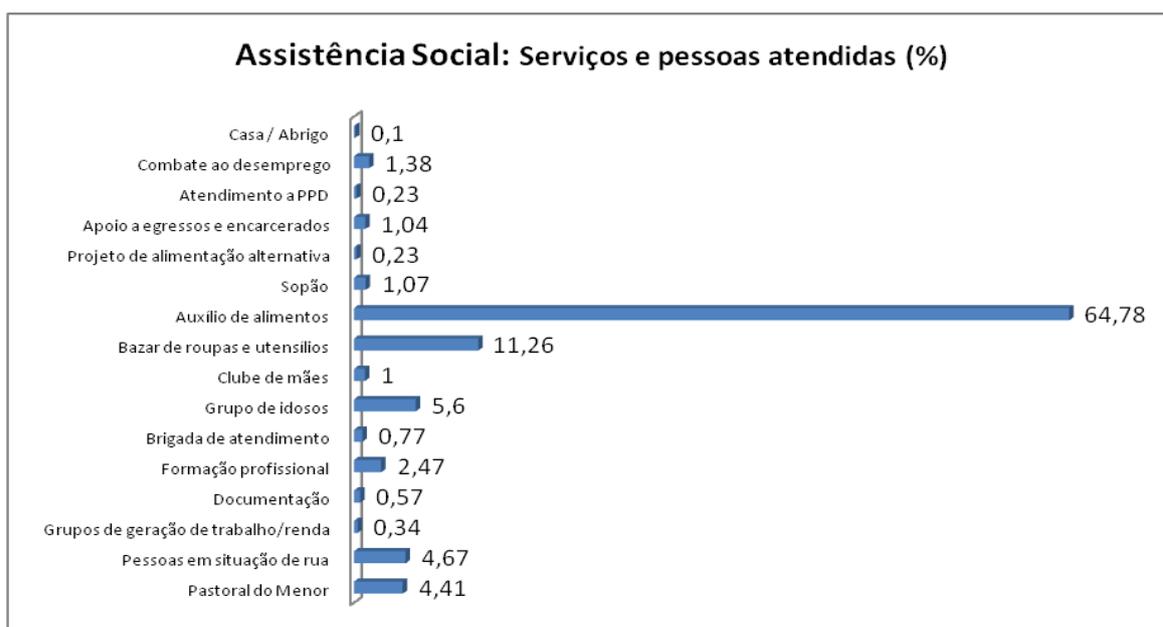
Os principais serviços correspondem às seguintes ações sociais:

- 64,8% dos atendidos receberam auxílio de alimentos que são distribuídos nas paróquias pela Pastoral Social ou plantão social. Os alimentos são doações de fiéis e organizações privadas; as doações diárias, de alguns itens alimentícios, ocorrem para indivíduos que não residem no território paroquial e as doações

quinzenais ou mensais são cestas básicas distribuídas às famílias cadastradas e pertencentes ao território paroquial;

- 11,2% são atendidos pelos bazares de roupas e utensílios doados às paróquias; na maioria dos casos os bazares funcionam a preços baixos e a arrecadação financeira complementa o atendimento de outros serviços como o fornecimento de medicamentos e a complementação de outras mercadorias nas cestas básicas doadas. Nos casos de indivíduos em situação de rua as roupas são doadas;
- 5,6% dos atendidos estão envolvidos nos grupos de idosos ou Pastoral da Terceira Idade, que estão presentes em todos os quatros setores de pastoral e envolvem inúmeras atividades que lazer, convivência social, práticas culturais e orientações específicas para esta fase da vida;
- 4,6% das pessoas atendidas vivem em situação de rua e buscam auxílio nas paróquias para atender às necessidades de alimentação, roupas, higienização e em alguns casos abrigo noturno; o Setor Ipiranga responde por 85% dos atendimentos às pessoas em situação de rua e o único setor que não apresenta atendimento é o Setor Anchieta;
- 4,4% dos atendidos são crianças e adolescentes por meio dos trabalhos da Pastoral do Menor que envolve o atendimento em horário complementar à escola com atividades diversas.

**Gráfico 17**



Fonte: Dados sistematizados e totalizados a partir dos questionários do levantamento realizado junto às paróquias da Região Episcopal Ipiranga.

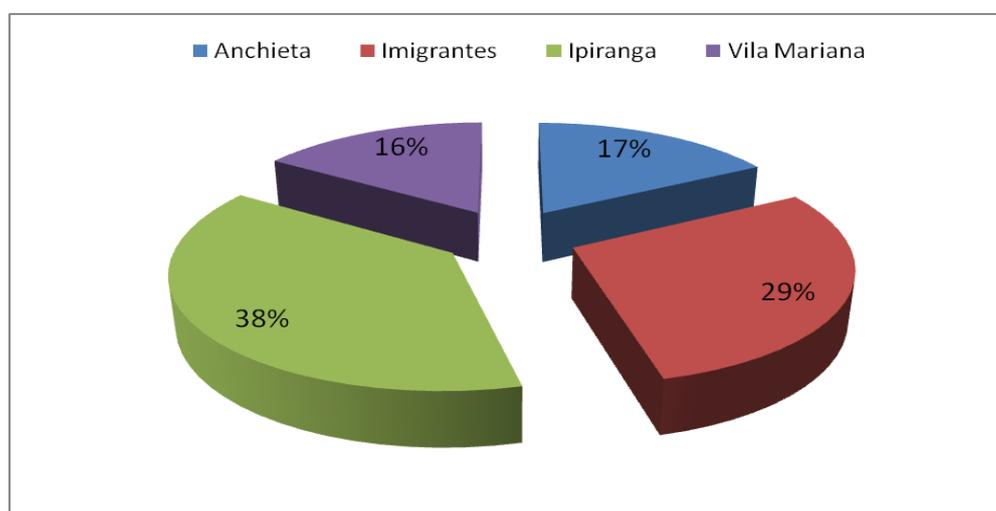
## Recursos humanos e financeiros das ações sociais

Todos os serviços elencados são realizados por 1.899 voluntários, agentes de pastoral ou profissionais e 379 profissionais remunerados (assistentes sociais, educadores, psicólogos, sociólogos, professores e administradores).

Os voluntários estão distribuídos em 38% no Setor Ipiranga, 29% no Setor Imigrantes, 17% no Setor Anchieta e 16% no Setor Vila Mariana. A maioria dos serviços é realizada semanalmente com escala de voluntários, sendo que poucos exigem a presença diária deles. A parcela dos voluntários com formação técnica e profissional disponibiliza tempos menores durante o mês.

A essência motivacional do voluntariado tanto pode ser a religiosidade como de ordem psicológica. A tônica é de doação, interseccionando-se aspectos de valores religiosos, de crença judaico-cristã, associados a necessidades psicológicas, como formas de compensar inquietações frente a problemas sociais. O agente social voluntário diz ser a sua ação baseada na vontade de assistir os que necessitam de algo. Para fazê-lo, dispõe de tempo, dispensando remuneração pelo trabalho executado. Dessa forma, pode-se concluir que o trabalho social voluntário é um ato humano que, por sua natureza, produz e reproduz elementos culturais contidos na concepção da assistência social. (ARAUJO, 2008:36)

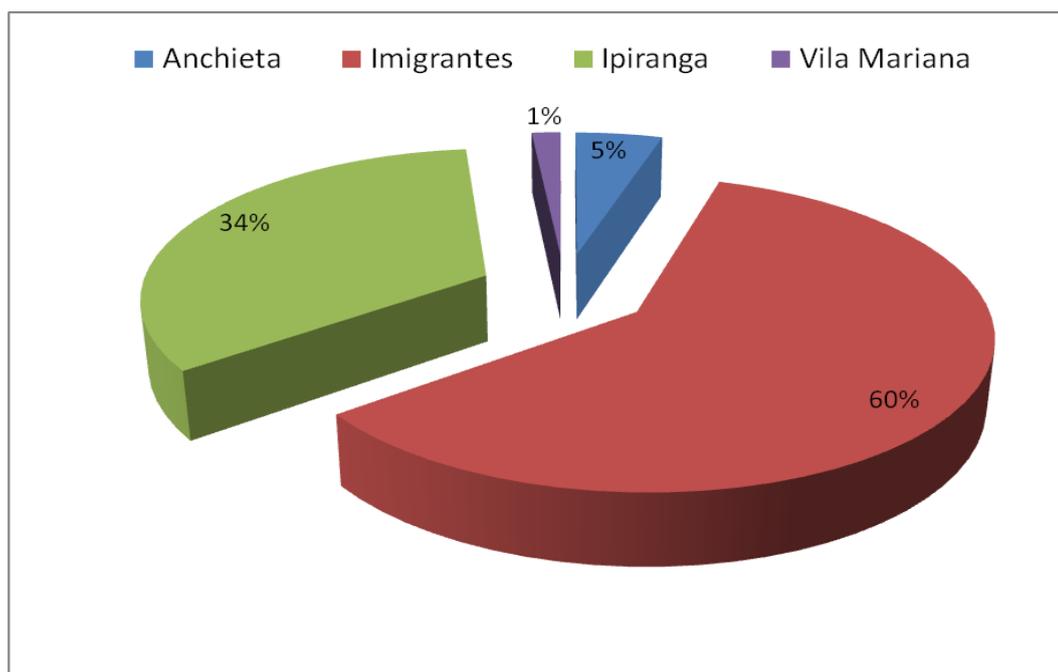
**Gráfico 18: Proporção de voluntários por Setor Pastoral**



Fonte: Dados sistematizados e totalizados a partir dos questionários do levantamento realizado junto às paróquias da Região Episcopal Ipiranga.

Na Região Episcopal Ipiranga o levantamento identificou um total de 379 profissionais contratados e alocados nos Centros, Obras e Entidades Sociais católicos que possuem estrutura administrativa e jurídica e parcerias financeiras com o poder público e organizações internacionais. Estes profissionais estão alocados com 59% no Setor Imigrantes, 34% no Setor Ipiranga, 18% no Setor Anchieta e 2% no Setor Vila Mariana.

**Gráfico 19: Proporção de profissionais por Setor Pastoral**



Fonte: Dados sistematizados e totalizados a partir dos questionários do levantamento realizado junto às paróquias da Região Episcopal Ipiranga.

Conforme os dados pesquisados na Região Episcopal Ipiranga, os serviços elencados estabeleceram parcerias, totalizando oito convênios com a Prefeitura Municipal de São Paulo, sete convênios com o Governo do Estado de São Paulo, três convênios com o SESI, um convênio com o SENAI, e parcerias pontuais com a ABRINQ, Ministério da Saúde, Cáritas, MISEREOR, comerciantes locais e doações de pessoas físicas que não foram contabilizados. A partir deste dado conclui-se que a maior parte de serviços e ações sociais promovidos pelas paróquias na Região Episcopal Ipiranga são financeiramente sustentados por doações de fiéis e algumas instituições privadas de abrangência local.

Sobre a relação entre o poder público e as entidades assistenciais não-governamentais, a relação tradicionalmente estabelecida no Brasil foi marcada pelo princípio do dever moral, orientado pela lógica da filantropia e da benemerência. Não sendo direito social, a prática assistencial implantada pelas organizações não-governamentais, e, em grande parte, também pelas governamentais, não se pautava por uma direção teórica e política que a concebesse como política pública e dever estatal. Também se orientava que indicasse claramente suas funções, os benefícios e beneficiários, o orçamento e seus critérios de aplicação e distribuição, bem como sua forma de gestão. (BOSCHETTI, 2003:136)

## Considerações finais

Nos estudos que realizamos sobre o “Serviço Social e as dimensões da ação sócio-pastoral da Igreja Católica: assistência, promoção humana e emancipação social”, pudemos reafirmar que o Serviço Social no Brasil esteve, desde sua gênese, associado à iniciativa da Igreja Católica. Essa iniciativa configurava-se através de um processo de formação profissional aos assistentes sociais a partir da lógica de um projeto político-religioso de recristianização dos espaços públicos e da promoção da ação social para indivíduos e famílias, com a finalidade de que conhecessem e aplicassem nas várias instâncias da vida os princípios da Doutrina Social da Igreja.

A ação social, baseada na virtude da caridade desde as primeiras comunidades cristãs, revela-se como uma ação que tem por objetivo atender às necessidades sociais mínimas, bem como intervir nas estruturas do Estado e da sociedade a fim de atender ao desenvolvimento pleno da pessoa humana, também por meio de outras necessidades de ordem educacional, política, econômica e cultural. A caridade cristã contém em si mesma a defesa da justiça social, pois desde os primórdios do judaísmo a pessoa humana é reconhecida como a “imagem e a semelhança do criador”, portadora de dignidade e respeito, portanto, titular de direitos baseados nos princípios fundamentais da sua existência.

Por questões conjunturais e históricas a ação social cristã sofreu adaptações, estabelecendo novas conceituações, criando e recriando serviços, sofrendo interferências ideológicas, sustentando-se em diversas leituras teológicas. Integra-se à realidade brasileira desde o processo colonizador português e cristão. Se efetiva por meio da comunidade cristã com características laicas, voluntárias, de religiosidade popular e fragmentada. A ação social é expressa concretamente pelos serviços de acolhimento aos órfãos, doentes, presos, pobres e de inúmeras outras situações de vulnerabilidade social atendidas pelas Irmandades de Misericórdia, Confrarias e Associações Leigas e Congregações Religiosas.

Diante de novos desafios do Brasil do Século XX, a Igreja Católica se apresenta nos anos 30 como uma instituição que contribui com sua organização eclesial para o desenvolvimento do país. Portanto, além das inúmeras iniciativas em diferentes cidades

brasileiras e dioceses, destaca-se a ação da Arquidiocese de São Paulo com a criação do CEAS, que é o instrumento fundamental para o crescimento da Ação Católica em São Paulo, bem como a criação das primeiras escolas de Serviço Social.

Sendo assim, as primeiras assistentes sociais cristãs católicas, tanto no CEAS como na Escola de Serviço Social, tem como principal preocupação a elaboração de uma crítica sobre a realidade do Brasil e promoção de uma ação social efetiva sobre as questões sociais. (importante notar que desde esta época, era subjacente ao serviço social uma sensibilidade e preocupação com questões conjunturais da realidade brasileira)

O posicionamento crítico do Serviço Social desde o princípio se concretiza com as inúmeras iniciativas das pioneiras<sup>103</sup> e das parcerias consolidadas, em especial com Ação Católica na realização de Semanas Sociais, no trabalho com os operários, na formação das mulheres em ambientes populares.

O Serviço Social no Brasil surge como campo para a crítica social e para elaboração de projetos que atendam às necessidades humanas. Nos anos seguintes (citar alguns), o Serviço Social brasileiro acompanha e contribui com o reposicionamento da profissão na América Latina. Consequentemente contribui com o Movimento de Reconceituação nos anos 60, preparando os caminhos que viabilizam o rompimento com o que se considerou *conservadorismo*, adotando a teoria marxista como eixo de seu projeto político e pedagógico do curso, a partir de 1979.

O Serviço Social e a Igreja Católica mantêm relações de proximidade nestes últimos 80 anos. Em alguns momentos de intensa aproximação e em outros com certo distanciamento, porém com vínculos estabelecidos a partir do compromisso com a justiça social, a equidade e com as garantias constitucionais dos direitos sociais para todos. A partir dos anos 60 podemos considerar que a proximidade se viabiliza por meio da leitura crítica da realidade brasileira na perspectiva da dialética marxista presente no Serviço Social pós-reconceituação e na Igreja Católica por meio da Teologia da Libertação.

---

<sup>103</sup> Odila Cintra Ferreira, Eugênia Gama Cerqueira, Albertina Ferreira Ramos, Maria Hiehl, Lucy Pestana da Silva, Nadir Gouvêa Kfourri, Helena Iracy Junqueira, Guiomar Urbina Teles.

O Brasil do fim e do começo de um novo milênio é o palco de intensas conquistas e mudanças: na Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, que no Capítulo da Seguridade Social inclui a assistência social no sistema de garantia de direitos como uma política pública; em 1993 com a regulamentação pelo Congresso Nacional da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; em 2004, com a publicação pelo Ministério da Assistência e Desenvolvimento Social do Primeiro Plano Nacional da Assistência Social - PNAS; em 2005, com o início da implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS. E a fase atual é marcada pela implantação, em todos os municípios, dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS), como executores de serviços públicos baseados na matricidade familiar e na territorialidade para o atendimento da população.

Neste contexto de mudanças na estrutura administrativa do Estado Brasileiro e nos avanços conquistados com a Política Nacional de Assistência Social, a Arquidiocese de São Paulo propôs-se a realizar o projeto “Seminário da Caridade” entre os anos de 2000 a 2005. Esse projeto possibilitou à Igreja, inicialmente à sua hierarquia e as estruturas de ação pastoral, reconhecer que a ação social da Igreja Católica no município de São Paulo é uma rica e complexa rede de serviços e ações que revelam o rosto da caridade cristã nas dimensões da assistência, da promoção humana e da emancipação social.

Neste mesmo período, a Prefeitura Municipal de São Paulo no Governo da prefeita Marta Suplicy iniciou o processo do Orçamento Participativo que favoreceu a participação de inúmeras lideranças, dentre elas as lideranças católicas, que motivadas pelo Seminário da Caridade participaram e contribuíram na decisão das prioridades locais para o orçamento municipal. O resultado dos primeiros anos do governo revela que muitas comunidades conquistaram equipamentos como centros de educação infantil, postos de saúde, intervenções urbanísticas, saneamento básico, programas sociais etc. Esta experiência é relatada na publicação de Steri (2003), com o Encontro da Igreja com o Poder Público e Lideranças da Cidade de São Paulo.

No âmbito arquidiocesano se criou o Centro Arquidiocesano do Trabalho - CEAT, em parceria com o governo federal para atender às demandas de organização dos desempregados, sistematização de vagas, qualificação de mão de obra e encaminhamento para postos de trabalho. A parceria se amplia também com o poder público municipal que permite a inclusão dos desempregados nos programas sociais da Prefeitura Municipal. Com o Estado a parceria se efetiva no compartilhamento de dados e na qualificação profissional dos desempregados, com o apoio do SEBRAE. O Governo Federal co-financia o projeto com os recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador – FAT, para a manutenção das unidades de atendimento que são descentralizadas em cinco pontos da cidade de São Paulo.

No âmbito da ação social paroquial ou comunitária revela-se o desafio a ser enfrentado pelas organizações católicas que é o de capacitar os agentes pastorais e sociais a partir dos marcos legais e conceituais, das orientações técnicas que contribuem com a efetividade da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, e também para a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Pode-se concluir que os serviços e ações sociais desenvolvidos pela Igreja Católica podem, em certa medida, contribuir com a consolidação da Rede Social de Atendimento aos direitos dos usuários da assistência social, favorecendo assim para que todos possam gozar dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal brasileira. O Seminário da Caridade revela que a Igreja conta com inúmeros serviços e ações que perpassam diferentes áreas das políticas públicas, dentre elas a da assistência social, tendo um considerável número de voluntários e de trabalhadores sociais profissionalizados, e por fim com a crescente formação e orientação pastoral de que a caridade é uma prática cristã que está vinculada, não somente à assistência emergencial e básica, mas também na perspectiva da garantia de direitos, conforme orientações do próprio Papa Bento XVI e dos Arcebispos e Bispos auxiliares de São Paulo em seus escritos e pronunciamentos.

As pastorais sociais, fortalecidas por este processo de formação, contribuirão para que a Igreja intensifique sua presença pública com vistas à transformação da sociedade. Eles testemunham o serviço à caridade na sociedade através de ações sócio-transformadoras, inspiradas pela caridade cristã, como lembra Bento XVI na Encíclica *Deus Caritas Est*. (CNBB, 2008:7)

A partir dos dados do Seminário da Caridade ressalta-se a importância da Cáritas, tanto Nacional como a Arquidiocesana, com o seu potencial organizacional, bem como com os recursos financeiros e humanos que viabilizam projetos e espaços para qualificação dos agentes de pastoral e lideranças sociais, na perspectiva da superação das práticas tradicionais do assistencialismo, marcadamente pelas práticas viciosas de um sistema econômico que visa apenas o capital, o lucro e a concentração da riqueza.

No Brasil vive um processo marcado por inovações e conservadorismo. ... movimentos de novos e antigos sujeitos coletivos que se articularam pela sua implantação, redirecionamento e, sobretudo, pela recomposição de antigas e conservadoras práticas, não condizentes com nossos parâmetros que devem orientar e concretizar esse direito social. (BOSCHETTI, 2003:275)

O Seminário da Caridade, além de efetuar o levantamento dos dados da realidade e dos atendimentos, possibilitou aos agentes de pastoral, particularmente aos que atuam na área da assistência social, uma oportunidade para refletir sobre a virtude da caridade e suas ações decorrentes na perspectiva de contribuir para a consolidação da Seguridade Social no Brasil.

Reorientar a prática assistencial na direção da luta pela constituição da cidadania implica ir além do aparente, de modo a fazer emergir a relação particular-universal, a vinculação entre o destino singular vivido e os determinantes gerais da classe a que pertence. (SPOSATI, ALDAÍZA OLIVEIRA et al:2008:76)

Um aprofundamento sobre a ação social promovida pela Igreja Católica pode contribuir para que o Serviço Social cada vez mais possa reconhecer que muitos dos serviços que são desenvolvidos, sejam da iniciativa pública ou privada, em sua maioria de forma muito burocrática e técnica, possam assimilar novos métodos de intervenção que a partir de novos focos e olhares poderão propiciar o acesso a assistência social e a garantia de direitos de forma a promover a humanização das estruturas e das relações.

Esta abertura permitirá reconhecer que as relações humanas, subjetivas, emocionais, transcendentais e também sociopolíticas possam contribuir com a superação das inúmeras vulnerabilidades e riscos sociais, proporcionando a reconstrução das histórias de vida<sup>104</sup> dos usuários da assistência social, bem como daqueles que são seus agentes promotores.

Consideramos que o Seminário da Caridade possibilitou à Igreja Católica de São Paulo reconhecer a rede de serviços e ações sociais, sua diversidade metodológica, as riquezas e as fragilidades de suas práticas assistenciais, bem como a preocupação formativa de seus agentes. Portanto, a ação social da Igreja é complexa, heterogênea, dialética, contraditória, ampla, descentralizada, territorializada, comprometida com os que são os mais vulneráveis numa sociedade individualista, consumista e hedonista.

A ação sócio-pastoral da Igreja Católica, a partir do levantamento dos dados no Seminário da Caridade e de modo específico da Região Episcopal Ipiranga, permite afirmar que a ação social é desenvolvida em três dimensões complementares entre si: assistência, promoção humana e a emancipação social. E os parceiros ideais nessa proposta ainda são os assistentes sociais. O Serviço Social deixa suas marcas na ação sócio-pastoral da Igreja Católica, possibilitando que o conhecimento produzido nas universidades, nos institutos e núcleos de pesquisas da área possa produzir análises críticas da realidade social, bem como dos serviços desenvolvidos; os assistentes sociais também colaboram direta e indiretamente, através de suas metodologias de intervenção social, para que os serviços sejam adequados às necessidades da população; e que por meio da consolidação e ampliação das políticas sociais efetivemos a garantia constitucional de que a Seguridade Social é um direito do cidadão e dever do Estado.

---

<sup>104</sup> História de vida que considere as dimensões psíquicas, mentais, biológicas e socioculturais dos indivíduos.

## BIBLIOGRAFIA

- ABONG** - Associação de Organizações Não-Governamentais. *O Impacto Social do Trabalho das Ongs no Brasil*. São Paulo: ABONG, 1988.
- AGUIAR**, Antonio Geraldo de. *Serviço Social e Filosofia: das Origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 1982.
- AGUIAR**, Carlos Alberto Monteiro de. *Assistência Social no Brasil: a mudança do modelo de gestão*. Textos Técnicos. FUNDAP, 2000. Disponível em <<http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/TextosTecnicos/textec3.htm>>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2010.
- AJZENBERG**, Elza. *Paulo Evaristo Arns - Pastor dos pobres Cardeal da Igreja*. São Paulo: Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, 1999.
- ALMEIDA**, Antonio José de. *Leigos em quê? Uma abordagem histórica*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- ALMEIDA**, Maria das Graças Andrade Ataíde. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- ANDERSON**, Perry. *Balanco do neoliberalismo*. In: SADER & GENTILI (orgs.) Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE**, Renato Almeida de. *O Enfrentamento da Questão Social e o Terceiro Setor: o serviço social e suas condições de trabalho nas ONGs*. Vila Velha: Univila, 2006.
- ARAUJO**, Jairo Melo. *Voluntariado: na contramão dos direitos sociais*. São Paulo: Cortez, 2008.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Da Esperança à Utopia - testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Normas e Diretrizes para as Entidades Sociais e as Pastorais Sociais da Arquidiocese de São Paulo*. São Paulo: manual impresso, dezembro, 1992.

AZEVEDO, Thales. *Igreja e Estado em tensão e crise*. São Paulo: Ática, 1978.

AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. História do pensamento católico no Brasil - v. 1, São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_ *O Estado leigo e o projeto ultramarino*. História do pensamento católico no Brasil - v. 4, São Paulo: Paulus, 1994a.

\_\_\_\_\_ *O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930*. In: Revista Síntese, Rio de Janeiro, nº 10, p. 61-89, mai./ago., 1977a.

\_\_\_\_\_ *O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930 (II)* In: Revista Síntese, Rio de Janeiro, nº 11, p. 73-101, set./dez., 1977b.

\_\_\_\_\_ *A Neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994b.

BAPTISTA, D. M. T. *O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa*. In: Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Relembrando a Histórica*. Palestra proferida no evento “70 anos de Serviço Social no Brasil”, realizado em 24 de outubro de 2006 e promovido pelo Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina - PR. Disponível em: <[http://www.ssrevista.uel.br/c-v9n1\\_myrian.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c-v9n1_myrian.htm)>. Acesso em: 10 de novembro de 2009.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil no Concílio do Vaticano II 1959 - 1965*. São Paulo: Paulinas, 2005.

BERTELLI, Edilane. *Trajetórias masculinas no Serviço Social*. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 2004.

**BETTENCOURT**, Pe. Estevão Tavares. *Curso de Doutrina Social da Igreja*. Rio de Janeiro: Escola Mater Ecclesiae.

**BÍBLIA** - *Tradução Ecumênica TEB*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

**BIGO**, Pierre (org). *Fé Cristã e Compromisso Social - elementos para uma reflexão sobre a América Latina à luz da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1986.

**BONETTI**, D.; **YAZBEK**, Maria Carmelita; **FALCÃO**, M. C. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 1985.

**BOSCHETTI**, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: Editora Graco, 2ª ed., 2003.

**BRASIL**. *Constituição Federal do Brasil de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 2009.

**BRIGHENTI**, Agenor. *A Igreja perplexa: as novas perguntas, novas respostas*. São Paulo: Paulinas, 2004.

**BULLA**, L.C. *O Contexto histórico da implantação do Serviço social no Rio Grande do Sul*. Revista Textos & Contextos. Porto Alegre: vol. 7 nº 1 p. 3-22, ajn./jun. 2008.

**CABRAL**, Alexandre Marques. *A Teologia da Libertação: O Cristianismo a Favor dos Excluídos*. Banco de dados. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/doi/a\\_cabral.htm](http://www.achegas.net/numero/doi/a_cabral.htm)>. Acesso em: 5 de março de 2009.

**CABRAL**, Eloisa Helena de Souza. *Terceiro Setor – Gestão e Controle Social*. São Paulo: Saraiva, 2007.

- CAMACHO, Ildelfonso. *Doutrina Social da Igreja: abordagem histórica*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a razão clientelista*. Rio de Janeiro: Dados. v. 43, nº 1, p. 83-117, 2000.
- CARVALHO, Raul de. *Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil*. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Cortez, nº 2, p. 43-71, março de 1980.
- CASALI, Alípio. *Elite intelectual e a restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CASTRO, A. T. B. de. *Espaço público e cidadania: uma introdução ao pensamento de Hannah Arendt*. In: Serviço Social & Sociedade, Ano XX, nº 59, março. São Paulo: Cortez, 1999.
- CASTRO, Manuel Manrique. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez, 6ª ed., 2003.
- CELAM. *Documento de Aparecida - Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. São Paulo: Paulus, 2007.
- CERQUEIRA, Eugênia da Gama. *O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo*. Revista Serviço Social, São Paulo, nº 33, p. 149-173, junho de 1944.
- CNBB. *Brasil: Alternativas e Protagonistas*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Documento 70*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A missão da Pastoral Social*. Brasília: Edições CNBB, 2008(a).
- \_\_\_\_\_. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil 2008 - 2010*. Brasília: Edições CNBB, 2008(b).
- \_\_\_\_\_. *Pastorais Sociais*. Encarte da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Brasília: 2008(c).

- COMBLIN, José. *Retomar a Teologia da Libertação na América Latina*. São Paulo: CEPIS, 2007.
- CONIC. *Dignidade: conquista ou condição humana?* São Paulo: Paulinas, 2006.
- CONIC. *Relatório sobre a dignidade humana e a paz no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- DAGNINO, Evelina [et al] (org.) *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FERREIRA, Ernani de Paula. *Serviço Social. Serviço de apóstolo*. Revista Serviço Social, São Paulo, v. 1, nº 1, p. 6-7, jan. 1939.
- FERREIRA, Francisco de Paula. *O Serviço Social em São Paulo*. Revista Serviço Social. São Paulo: nº 39-30, p. 12-19, mai./jun. 1941.
- FERREIRA RAMOS, Albertina. *A formação de Assistentes Sociais*. Serviço Social, Vol. 2, p. 21.
- FORTIN, Robin. *Compreender a Complexidade - Introdução ao Método de Edgar Morin*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- GALBRAITH, J. K. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos Movimentos Sociais - Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 7ª ed., 2008.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª ed., 1986.
- GUATTARI, F. *O Serviço Social em tempos de globalização*. In: Revista Inscrita, Ano II, nº III. Rio de Janeiro: CFESS, 1998.

**GUIMARÃES**, Simone de Jesus. *Serviço Social e Igreja Católica no Brasil pós-ditadura*. Tese de Doutorado em Serviço Social. PUC-SP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Serviço Social e Igreja Católica: entre o social e o religioso e relações nos anos 80 e 90*. Revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 12, 1º Semestre de 2005, p. 176.

**HOUTART**, François. *Mercado e Religião*. São Paulo: Cortez, 2003.

**IAMAMOTO**, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 15ª ed., 2008.

**IAMAMOTO**, Marilda et **CARVALHO**, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 25ª ed., 2008.

**INOJOSA**, Rose Marie. *Dicionário da Paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

**INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL** (org). *Presença Pública da Igreja no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2004.

**JORNAL O SÃO PAULO**. *Seminário da Caridade debate Políticas Públicas com o Governo*. São Paulo: 26 de março de 2003, p. 07.

\_\_\_\_\_. *Seminário da Caridade recebe apoio de autoridades públicas*. São Paulo: 02 de abril de 2003, p. 12.

**JOSAPHAT**, Frei Carlos. *Evangelho e Revolução Social*. São Paulo: 3ª ed., Loyola, 2002.

**JUNQUEIRA**, Helena Iracy. *Ação Social e Serviço Social*. Revista Serviço social. São Paulo: Ano II, nº 20, Agosto de 1940, p. 8-10.

- \_\_\_\_\_. *Consideração sobre organização do programa da Escola de Serviço Social*.  
Revista Serviço Social. São Paulo: nº 31, p. 39-48, set. 1943.
- KFOURI**, Nadir Gouvêa. *Histórico da Assistência Social em S. Paulo*. Revista Serviço Social. São Paulo: Ano II, nº 20, agosto de 1940, p. 21-26.
- KÜNG**, Hans. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- LANDIM**, L. (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: Nau, 1998.
- LANDIM**, L. *Para além do mercado e do estado? Filantropia e cidadania no Brasil*. Instituto de Estudos da Religião - Núcleo de Pesquisa. Rio de Janeiro: Mimeo, 1993.
- LEI ORGANICA DE ASSISTENCIA SOCIAL - LOAS**. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.
- LUSTOSA**, Oscar F. *Política e Igreja: O partido católico no Brasil: mito ou realidade*. São Paulo: Paulinas, 1982.
- LUXEMBUGO**, Rosa. *O Socialismo e as Igrejas: o comunismo dos primeiros cristãos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- MARITAIN**, Jacques. *Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*. São Paulo: Nacional, 1936.
- MARTELLI**, Stefano. *A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização*. São Paulo, Edições Paulinas, 1995.
- MARTINELLI**, Maria Lúcia (org.). *Pesquisa Qualitativa um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, 1999. (Série Núcleo de Pesquisa; 1)

- MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História - 500 anos de presença da Igreja no Brasil - Tomo I - Período Colonial*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Nossa História - 500 anos de presença da Igreja no Brasil – Tomo II – Período Imperial e Transição Republicana*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Nossa História - 500 anos de presença da Igreja no Brasil - Tomo III - Período Republicano e atualidade*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MENOZZI, Daniele. *A Igreja Católica e a secularização*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 3ª ed., 2001.
- MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MINDÉLLO, Paulo. *Humanismo Cristão - entre o Liberalismo e o Marxismo*. São José dos Campos: Editora ComDeus, 1999.
- MONTAÑO, C. *O Serviço Social frente ao liberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional*. Serviço Social & Sociedade, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do Serviço Social; um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Em busca dos fundamentos perdidos - textos sobre o marxismo*. Porto Alegre: Sulina, 2ª ed., 2004.
- \_\_\_\_\_. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- \_\_\_\_\_. *O Método 6 - Ética*. Porto Alegre: Sulina, 3ª ed., 2007.
- \_\_\_\_\_. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- \_\_\_\_\_. *A cabeça bem-feita - repensar a reforma - reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- MOURA**, Odilão. *As ideias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX*. São Paulo: Convívio, 1978.
- MOUSSALLEM**, Márcia. *Associação privada sem fins econômicos - Da Filantropia à Cidadania*. São Paulo: Plêiade, 2008.
- NETTO**, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Crise do socialismo e ofensivas neoliberais*. In: Questões da nossa época, nº 20. São Paulo: Cortez, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- NOVAIS**, Fernando A. (org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 01, 1997.
- \_\_\_\_\_. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, vol. 02, 1997.
- OLIVEIRA JR.**, Franklin. *Paixão e Revolução: capítulos sobre a história da Ação Popular*, vol. 01, Recife, Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- OLIVEIRA**, Heloisa Maria José de. *Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2ª ed., 1996.
- PASSOS**, João Décio (org). *Doutrina Social e Universidade*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- PASTORINI**, A. *Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista*. Serviço Social & Sociedade, nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.
- PEDRINI**, Dalila Maria [et al]. *Controle Social de Políticas Públicas*. São Paulo: Paulus, 2007.

**PELIZZER**, Luis Alberto. *Políticas Públicas - reflexões à Luz do Evangelho*. São Paulo: Salesianas, 2005.

**PENA-VEJA**, Alfredo et **LAPIERRE**, Nicole. *Edgar Morin em foco*. São Paulo: Cortez, 2008.

**PEREIRA**, Potyara A.P. *Política Social temas & questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

**PEREZ**, Clotilde et **JUNQUEIRA**, Luciano Prates (orgs.) *Voluntariado e a Gestão das Políticas Sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

**PIRES**, Maria Izabel Scheidt. *A Assistência Social da Igreja Católica no Espaço do Terceiro Setor - inserção e repercussões ideo-políticas*. São Paulo: Tese de Doutorado no Programa de Estudos de Pós Graduação em Serviço Social - PUC-SP.

**PINHEIRO**, José Ernane (org). *Resgatar a dignidade da política*. São Paulo: Paulinas, 200X.

**PONTES**. Reinaldo Nobre. *Mediação e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 2007.

**PONTIFÍCIA FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO** (org). *A Caridade um estudo bíblico-teológico*. São Paulo: Paulinas, 2002.

**PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIA E PAZ**. *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

**PORTES**, Écio Antonio. “*A Caixa dos Pobres - a ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na universidade de Minas Gerais (1932-1935)*” in Cadernos de História da Educação, nº 02, jan./dez., 2003.  
Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/322/314>>. Acesso em: 01 de setembro de 2009.

**ROBERTO**, Ana Carla Junqueira Meirelles. *Teoria da Complexidade: uma contribuição para o Serviço Social*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2008.

**RODRIGUES**, Maria Lúcia et **LIMENA**, Maria Margarida Cavalcanti (orgs.). *Metodologias Multidimensionais em Ciências Humanas*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

**RODRIGUES**, Maria Lúcia et **NEVES**, Noemia Pereira (org.). *Cultivando a Pesquisa - Reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas*. Franca: UNESP, 1999.

**RODRIGUES**, Maria Lúcia et al (orgs.). *O Uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1998, 2ª ed.

\_\_\_\_\_ (org.). *Ações e Interlocuções - estudos sobre a prática profissional do assistente social*. São Paulo: Veras Editora, Série Núcleos de Pesquisa, nº 2, 1999.

**ROMEIRO**, Márcio Anatole de Sousa (org.). *Antologia da Caridade: uma reflexão teológico-pastoral*. Seminário da Caridade da Arquidiocese de São Paulo e dioceses. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

**SANCTIS**, Frei Antonio de. *Encíclicas e Documentos Sociais I*. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo e Edições LTr São Paulo, 1991a, vol. 1.

\_\_\_\_\_ . *Encíclicas e Documentos Sociais II*. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo e Edições LTr São Paulo, 1991b, vol. 2.

**SANTOS**. Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 2008.

- SENNET**, Richard. *Respeito - A formação do caráter de um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.
- SERVERINO**, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007, 23ª ed.
- SILVA**, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira - entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2ª ed., 2007.
- SILVA**, Claudia Neves da. *Serviço Social, Caridade e Política de Assistência Social: aproximações e divergências*. Revista Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 12, 1º Semestre de 2005, p. 202.
- SILVA**, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. *Aproximação do Serviço social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. São Paulo: tese de doutorado em Serviço Social, PUC-SP, 1991.
- SILVA e SILVA**, Maria Ozanira da. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 2009.
- SIMÕES**, Pedro. *Assistentes Sociais e Religião um estudo Brasil / Inglaterra*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SOTER**. *Religião e transformação social no Brasil de hoje*. São Paulo: Paulinas, 2007.
- SOUZA**, Ney de (org). *Catolicismo em São Paulo - 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- SPOSATI**, Aldaíza. *História da Pobreza Assistida em São Paulo*. São Paulo: PUC-SP, Tese de Doutorado, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A vida urbana e a gestão da pobreza*. São Paulo: 1988.

- \_\_\_\_\_ [et al] (org). *Seminário Assistência Social como Política Pública de Direitos na cidade de São Paulo*. São Paulo: CMSP, 2001.
- \_\_\_\_\_ [et al] (org). *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 10ª ed., 2008.
- STERI**, Ubaldo (org.). *Presença da Igreja na cidade de São Paulo. Seminário da Caridade da Arquidiocese de São Paulo e dioceses*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Encontro da Igreja com o Poder Público e Lideranças da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- STARK**, Rodney. *O crescimento do cristianismo: um sociólogo reconsidera a história*. São Paulo: Paulinas, 2006.
- SUNG**, Jung Mo. *Sujeito e Sociedades Complexas - Para pensar os horizontes utópicos*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SYDOW**, Evanize et **FERRI**, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns - Um homem amado e perseguido*. São Paulo: Vozes, 1999.
- TURIN**, Eva. *Conhecendo São Paulo - dados sobre a cidade. Seminário da Caridade da Arquidiocese de São Paulo e dioceses*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_ *Por que a caridade?* São Paulo: Jornal O São Paulo, ed. 47, nº 2.382, 20 de março de 2002, p. 4.
- VICENTE**, Vilmar Adelino. *A concepção de Justiça e o Serviço Social: por uma perspectiva histórico-crítica do conceito cristão de justiça e sua incidência no Serviço Social*. São Paulo: tese de doutorado em Serviço Social, PUC-SP, 1992.
- VIEIRA**, Balbina Ottoni. *História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1977.

- \_\_\_\_\_. *As primeira lutas, as primeiras organizações*. Entrevista realizada por Myriam Veras Baptista. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 12. Agosto de 1983.
- VIEIRA, E. A.** *As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos*. In: Serviço Social & Sociedade, Ano XVIII, nº 53, março. São Paulo: Cortez, 1997.
- VILHENA, Maria Ângela et PASSOS, João Décio (org).** *A Igreja de São Paulo presença católica na história da cidade*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- WANDERLEY, Luiz Eduardo W.** *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: EDUC, 2007.
- YAZBEK, Maria Carmelita.** *Estudo da evolução histórica da Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 1977.
- \_\_\_\_\_. *A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social*. Cadernos ABONG, nº 3. São Paulo: ABONG, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O Serviço Social e o Movimento histórico da sociedade brasileira*. In: \_\_\_\_\_. Legislação Brasileira para o Serviço Social. São Paulo: CRESS, 2004.
- \_\_\_\_\_. *“70 anos de Profissão: fortalecendo o Projeto Ético Político do Serviço Social”* in Revista Temporalis. Recife, Ano 6, nº 12 (jul./dez. 2006).

## ANEXOS

## COMISSÃO CENTRAL INTERDIOCESANA do SEMINÁRIO da CARIDADE

C./n.º 2  
São Paulo, 06 de novembro de 2.000.

Exmos SRS. BISPOS DIOCESANOS e VIGÁRIOS EPISCOPAIS  
de SÃO PAULO, SANTO AMARO, CAMPO LIMPO e SÃO MIGUEL PAULISTA  
e aos Membros da COMISSÃO CENTRAL do SEMINÁRIO DA CARIDADE.

### **INFORMAÇÕES sobre a Organização do SEMINÁRIO e Comissões da Comissão Central**

Enviamos um resumo das propostas e decisões das primeiras 4 reuniões de planejamentos realizadas até hoje.

1. **19.SET.2000: 1ª Reunião com os Srs. Bispos** das 5 dioceses da cidade, dos Vigários Episcopais das Regiões e de 3 representantes de cada Diocese, convocando para integrarem a comissão central.
  - Foram apresentados os objetivos do SEMINÁRIO da CARIDADE a ser realizado e concluído na cidade até JUNHO de 2.001.
  - Foi criada a Comissão Central de organização, que deu início ao processo de planejamento de atividades, etapas e responsáveis.
2. **04.OUT.2000: 2ª Reunião da COMISSÃO CENTRAL** que trabalha sobre o primeiro esboço de propostas de trabalho.
  - Define os OBJETIVOS geral e específicos do SEMINÁRIO e as principais ATIVIDADES e ETAPAS: Levantamento/Reflexão e Avaliação/Seminário.
  - Decide criar 16 COMISSÕES operativas, nas várias áreas de atuação, para conduzir o processo de levantamento, avaliação e propostas sobre a atuação da igreja como testemunho da CARIDADE na CIDADE.
  - Discutidos os limites de abrangências do Seminário. Consultados os Bispos fica definida a área da cidade incluída no Município. Por isso: Osasco(só 4 paróquias) não participará do levantamento. CAMPO LIMPO trará as informações referente à área incluída na cidade (a maior parte da diocese).
3. **06.NOV.2000: 4ª Reunião da Comissão: Conclusões:**
  - 1º Elabora o TEXTO FINAL do projeto, para o lançamento do SEMINÁRIO. Está sendo enviado (em anexo) aos Srs. Bispos, Vigários Episcopais e aos Membros da

Comissão Central para que o examinem, aprovem, assinem e oficializem a execução do projeto.

2º Solicita a **DIVULGAÇÃO** nas Dioceses, Regiões, Paróquias, Movimentos e Instituições ligada à Igreja.

3º Formar as **Comissões Operativas**, de acordo com as sugestões em anexo, sugerindo nomes de cada diocese, para integrá-las, convocando-os para esta tarefa importante e significativa.

4º Início imediato do **LEVANTAMENTO** nas várias áreas e grupos, coordenado pelas **COMISSÕES**.

5º Aproveitar algumas pesquisas recentes que algumas Regiões e Dioceses deveriam ter realizado, através do **CERIS (CNBB)** nas paróquias e da **PUC/Cáritas** nas Obras Sociais.

6º Recomendamos o reforço da Comissão Central:

- Campo Limpo é representado por: Pe. Juarez, Lair e João Martins.
- Santo Amaro é representado por: Pe. Maurilio, Francisco e Mara.
- São Paulo é representado por: Pe. Ubaldo, Ruth Maria, Pe. Julio e Vicentino, foi sugerido que também as Regiões tenham um representante.
- São Miguel Paulista é representado por: Pe. Paulo Sérgio na 1ª reunião ficou de comunicar o nome dos membros. Ainda não foram escolhidos.
- Osasco: não participou mais por não fazer parte do Município.

A Comissão Central aguarda a aprovação do projeto por parte dos **BISPOS** e o lançamento oficial, que nos permita passar à fase de execução.

Sugerimos uma reunião para o lançamento do projeto, com os Bispos a Comissão Central Completa e os Coordenadores e responsáveis pelas 14 Comissões propostas, para o dia 23.11.2000, às 9:00hs no Centro Pastoral do Belém.

Esperamos que o nosso trabalho tenha concretizado a proposta dos Srs. Bispos. Aguardamos sugestões, correções e complementações.

Sem mais.

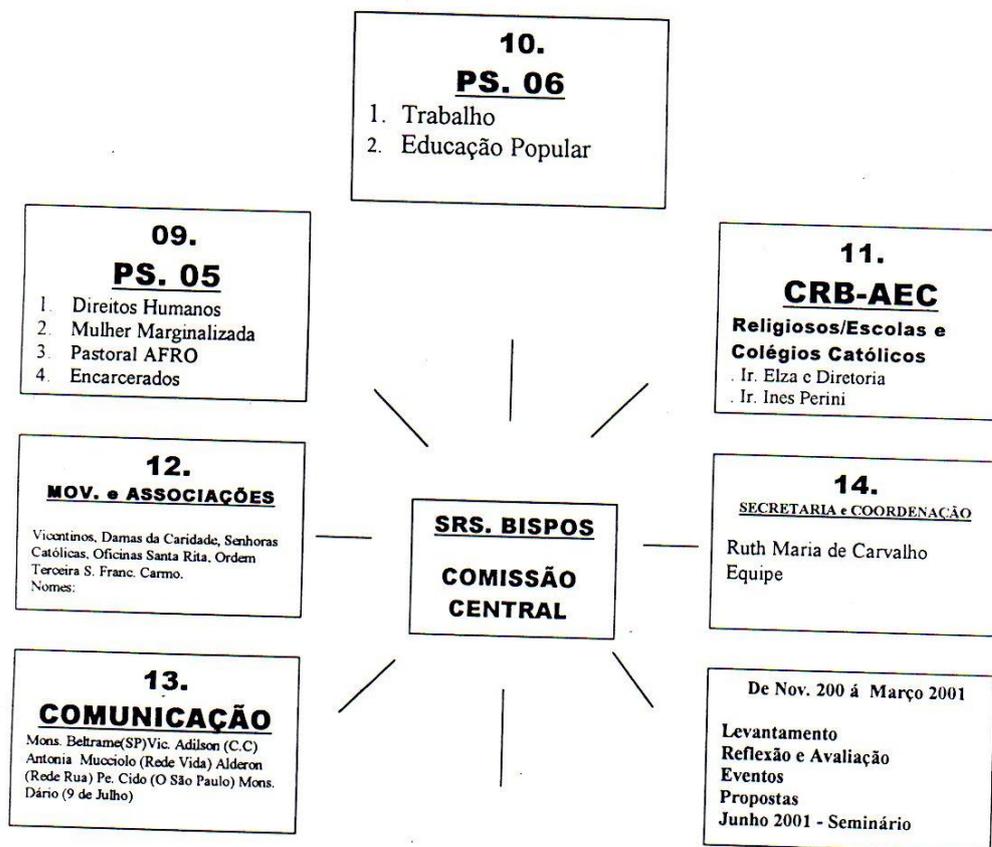
pela Comissão Central

**UBALDO STERI**  
Diretor da  
Cáritas Arquidiocesana de São Paulo

e **RUTH MARIA DE CARVALHO**  
Secretariado Arquidiocesano de Pastoral

ANEXO 2:

- Comissões
- Sugestões de nomes para integrá-los



## ANEXO\_2

### SEMINÁRIO DA CARIDADE

C. Nº 3

São Paulo, 8 de janeiro de 2001

**As Paróquias, Comunidades,  
Vicariatos, Pastorais, Movimentos/Associações,  
Congregações Religiosas e Entidades Sociais**

A partir do jubileu 2000, a Igreja assume o compromisso de uma evangelização mais profunda, com o anúncio, mas também com o testemunho da Caridade e da Solidariedade.

As quatro Dioceses da cidade de São Paulo, de dezembro de 2000 a 01 de junho de 2001, realizam o **SEMINÁRIO DA CARIDADE**, querendo identificar e avaliar o que estão realizando, para reavivarem sua presença e o testemunho evangelizador e transformador.

O Seminário da Caridade é um projeto da Igreja na cidade de São Paulo, assumido pelas Dioceses de São Paulo, Santo Amaro, Campo Limpo e São Miguel Paulista.

É um processo de avaliação e reflexão sobre a presença e o testemunho de Caridade e Solidariedade da Igreja, a partir do que ela está fazendo, e sobre o que ainda precisaria fazer para responder à exigência da Caridade, pois "Charitas Christi urget nos" ("O amor de Cristo nos impele"). ( 2 Cor 8, 14).

Para a organização e encaminhamento do **Seminário da Caridade**, foi formada uma Comissão Central, com representantes das quatro Dioceses e das Regiões Episcopais da Arquidiocese, e presidida por Dom José Maria Libório Camino Saracho, Bispo Auxiliar da Diocese de São Miguel Paulista.

A primeira etapa do trabalho consiste na **coleta de dados**, tendo sido elaborado, para isso, o **questionário** que lhes estamos encaminhando em anexo, para ser respondido pelo Conselho Paroquial ou Comunitário, ou pela coordenação dos organismos (arqui) diocesanos.

Seu interesse, empenho e objetividade no preenchimento do quadro permitirão à Igreja identificar o que faz, como o faz e o que deve ainda fazer na Cidade.

Nas **Dioceses e Regiões**, são os seguintes os membros da Comissão Central, que servirão como pontos de referência e de contato:

**Arquidiocese de São Paulo:**

Pe. Ubaldo Steri (3105-4023/3106-7280/3104-4055)

Ruth Maria de Carvalho (3826-0133 - R. 231/238)

Aginaldo Luiz de Lima (3851-9270)

**Diocese de Campo Limpo:**

João Martins da Silva: (7972-9533/4137-7533)

José Luiz P. Côrte (9638-8855)

Ladir Rodrigues Alves (5841-6555)

**Diocese de Santo Amaro:**

Pe. Maurílio Maritano ( 5612-8151)

Francisco Sogari (5677-0050)

Mara Cristina Ramos (5563-1599/5563-4011)

**Diocese de São Miguel:**

Irmã Maria Rosa L. de Souza (6280-8810/9618-3975)

Paulo Roberto Grandisolli (6956-5570/207-7761)

**Regiões Episcopais (Arquidiocese de São Paulo)**

**Belém:** Antonia Accarino Mucciolo (6693-1020 e 6693-0287)

**Brasilândia:** Fátima de A. Giorlano (3856-0020)

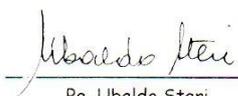
**Ipiranga:** Edson da Silva (274-8600/9158-8727)

**Lapa:** Pe. João Carlos Borges (3719-5679)

**Santana:** Pe. Eduardo Rodrigues Coelho (3851-1445)

Sé: Pe. Sérgio Henrique Nouh (3826-4999)

Agradecendo-lhes a atenção e participação no Seminário da Caridade desde o seu início,  
na união em Cristo Jesus, com a convicção de que "a maior das virtudes é a caridade" (1 Cor 13, 13),



Pe. Ubaldo Steri  
Coordenador da Comissão Central



Dom José Maria L.C. Saracho  
Bispo Auxiliar de São Miguel Paulista  
Presidente da Comissão Central

**ATENÇÃO**

**Devolução do questionário à respectiva Diocese  
ou Região: até o dia 28 de fevereiro de 2001**

**COMISSÃO CENTRAL:**

Nas **Dioceses e Regiões**, são os seguintes os membros da Comissão Central, que servirão como pontos de referência e de contato:

**Arquidiocese de São Paulo:**

Pe. Ubaldo Steri (3105-4023/3106-7280/3104-4055)  
Ruth Maria de Carvalho (3826-0133 - R. 231/238)  
Aguinaldo Luiz de Lima (3851-9270)

**Diocese de Campo Limpo:**

João Martins da Silva: (7972-9533/4137-7533)  
José Luiz P. Côte (9638-8855)  
Ladir Rodrigues Alves (5841-6555)

**Diocese de Santo Amaro:**

Pe. Maurílio Maritano ( 5612-8151)  
Francisco Sogari (5677-0050)  
Mara Cristina Ramos (5563-1599/5563-4011)  
**Diocese de São Miguel:**  
Irmã Maria Rosa L. de Souza (6280-8810/9618-3975)  
Paulo Roberto Grandisoli (6956-5570/207-7761)

**Regiões Episcopais (Arquidiocese de São Paulo)**

Belém: Tomávia Mucio (6643-4020 / 6643-0287)  
Brasília: Fátima de A. Giorlano (3856-0020)  
Ipiranga: Edson da Silva (274-8600/9158-8727)  
Lapa: Pe. João Carlos Borges (3719-5679)  
Santana: Pe. Eduardo Rodrigues Coelho (3851-1445)  
Sé: Pe. Sérgio Henrique Nouh (285-4483)

A partir do jubileu 2000, a Igreja assume o compromisso de uma Evangelização mais profunda, com o anúncio, mas também com o testemunho da Caridade e da Solidariedade.

**6. COMO PARTICIPAR**

**O Seminário é um processo e um ponto de partida para uma presença renovada e mais eficaz da igreja na cidade.**

1. **Levantamento da ação da igreja na cidade.**
2. **Confrontar com a visão da realidade, da cidade e suas necessidades.**
3. **Reflexão teológica, pastoral e social sobre a prática e os conceitos da nossa ação caritativa e solidária.**
4. **Debates, encontros, troca de experiências significativas.**
5. **Elaboração de propostas, linhas de ação, projetos sobre o que a igreja pode fazer, revendo algumas ações e criando novas atuais.**
6. **Conseguir assim um testemunho mais visível e maior força de pressão em favor do povo junto à sociedade e do poder público.**

**Informações e apoio: Com a Comissão nas Dioceses e nas Regiões Episcopais, ou na Secretaria Geral da Comissão Central:**

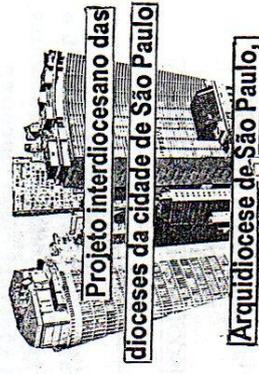
**Av. Higienópolis, 890  
Tel.: 3826.0133 – Fax.: 3666.6425**

UBALDO STERI  
coordenador da  
Comissão Central

RUTH MARIA DE CARVALHO  
Secretaria geral da  
Comissão Central

Presença e testemunho de caridade e de solidariedade da Igreja na cidade de São Paulo

**SEMINÁRIO**



**Santo Amaro, Campo Limpo, São Miguel**  
**São Paulo**

## SEMINÁRIO DA CARIDADE

Presença e testemunho de caridade e solidariedade da Igreja na cidade de São Paulo

### 1. O QUE É?

É um projeto da igreja na cidade assumido pelas dioceses de São Paulo, Sto Amaro, C. Limpo e S. M. Paulista. É um processo de levantamento, reflexão e avaliação da ação da Igreja visando reavivar sua presença e testemunho de caridade.

### 2. O QUE PRETENDE?

— Promover na cidade de São Paulo um Seminário que Reflita sobre a Caridade, como presença e Testemunho de solidariedade da Igreja, e que apresente as ações concretas por ela inspiradas.

### 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO SEMINÁRIO

1. REFLETIR sobre a Caridade:
  - como virtude teologal,
  - como testemunho de fé e de vida cristã,
  - nos seus aspectos assistencial, promocional e libertador.

2. DAR TESTEMUNHO de caridade pelas experiências concretas, **TORNANDO VISÍVEL para a sociedade a atuação da Igreja.**

3. INCENTIVAR pessoas, comunidade e a sociedade em geral para uma maior **PARTICIPAÇÃO** e envolvimento na e no TESTEMUNHO da CARIDADE.

4. Realizar um **LEVANTAMENTO e avaliação da ATUAÇÃO da IGREJA a serviço dos pobres e dos excluídos.**

5. **ELABORAR PROPOSTAS** e linhas comuns de ação e de testemunho da caridade, e colaborar na definição de **POLÍTICAS PÚBLICAS** mais adequadas à realidade dos pobres e excluídos.

6. **REAVALIAR onde existe necessidade de ação mais intensa da Igreja.**

### 4. ORGANIZAÇÃO:

**COMISSÃO CENTRAL:** criada pelos Bispos da cidade com 3 representantes de cada Diocese e 1 de cada Região Episcopal e presidida por Dom José Maria de São Miguel. Coordenação e Secretaria Geral: Pe. Ubaldo Steri Ruth Maria de Carvalho.

- **SUB-COMISSÕES:** em numero de 13, incluindo todas as pastorais sociais, reflexão teológica e estudos sociais, religiosos, colégios, movimentos e associações, comunicação, coordenação e secretaria.

## GRUPOS(5) e ROTEIROS de LEVANTAMENTO de DADOS (1ª Etapa: Fevereiro)

1. PARÓQUIAS e COMUNIDADES da DIOCESE
2. ENTIDADES SOCIAIS (ligadas à Igreja)
3. ATIVIDADES DOS RELIGIOSOS e Colégios Católicos
4. PASTORAIS SOCIAIS
5. MOVIMENTOS/ASSOCIAÇÕES de LEIGOS

### 5. ETAPAS e PRAZOS

1ª Etapa: até 28 de fevereiro de 2001: Levantamento de dados a ser feito pelos paróquias, entidades sociais, religiosos, pastorais sociais, movimentos e associações (subcomissões).

2ª Etapa: mês de março/2001: Totalização dos dados e reflexão dentro de cada subcomissão e Diocese.

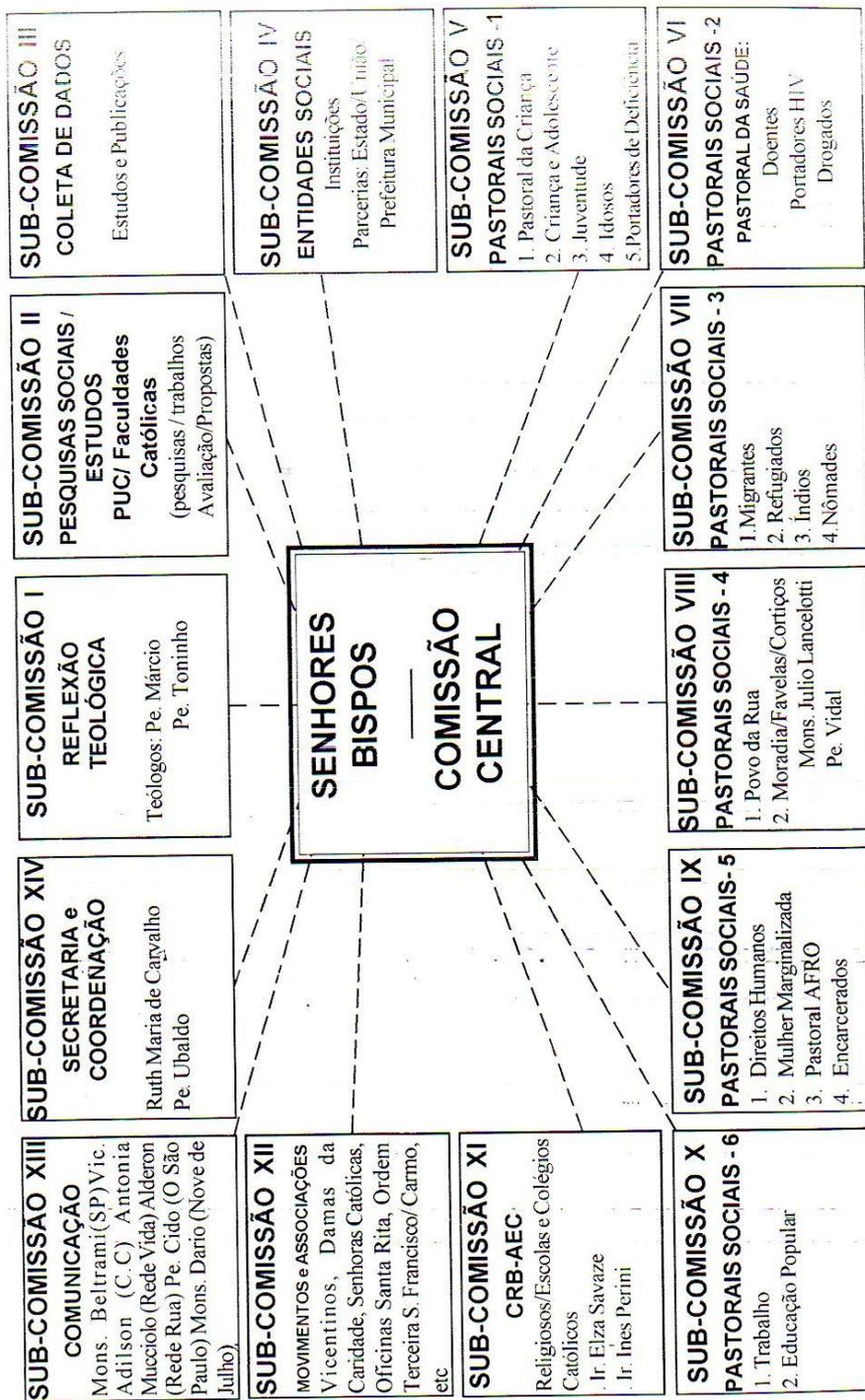
3ª Etapa: mês de abril/2001: Totalização geral pela Comissão Central (com os coordenadores das subcomissões) e reflexão e avaliação nos vários níveis.

4ª Etapa: mês de maio: Eventos nas Dioceses e nas Regiões Episcopais e por área: debates e elaboração de propostas.

5ª Etapa: O Seminário da Caridade: data prevista: 01 de junho de 2001, em local a ser definido.

**SEMINÁRIO DA CARIDADE**  
Sub-Comissão

- Propostas de nomes: nas várias áreas e, das diferentes Dioceses e Regiões Episcopais.  
- Ligadas à Comissão Central



Doc. 1  
Fls. 1

SEMINÁRIO DA CARIDADE  
Levantamento de Dados das Paróquias e Comunidades

Paróquia: ..... Comunidade: .....  
 Região/ Diocese: ..... Responsável: .....  
 Endereço: ..... Tel: ..... Fax: ..... E-mail: .....

Atividades	A		B	C	D	E	F	G	II
	nº de pessoas	nº de famílias							
1. Atendimento a Alcoólatras Anônimos									Observações.
3. Atendimento a Neuróticos Anônimos									
4. Atendimento Médico									
5. Atendimento Psicológico									
6. Atendimento Odontológico									
7. Fomento de óculos: Próteses									
8. Fomento de medicamentos									
9. Atendimento a Gestante									
10. Pastoral da Criança									
11. Creche									
12. E.J. (C.C.J)									
13. Alfabetização de Adultos									
14. Reforço Escolar									

Atividades	A		B	C	D	E	F	G	H
	Atendidas nº de pessoas	nº de Famílias							
15. Past. Menor Carente									
16. Sofredores de Rua									
17. Grupos de geração de trabalho e renda									
18. Encaminhamento de Documentação									
19. Formação Profissional									
20. Esporte (Oratório)									
21. Apoio a Movimentos Populares.									
22. Formação Política									
23. Brigada de aten- dimento a emergências									
24. Pastoral da Saúde Atendimento Doentes									
25. Pastoral da Saúde - Promoção da Saúde (Prevenção)									
26. Movimento de Saúde									
27. Grupos de Idosos									
28. Clube de Mães									
29. Bazar de Roupas e Utensílios									
30. Auxílio em alimentos									
31. Sopa									

Atividades	A		B	C	D	E	F	G	H
	nº de pessoas	nº de Famílias							
32. Projeto Alimentação Alternativa									Observações:
33. Centro de Defesa Direitos Humanos									
34. Movimento Moradia									
35. Apoio a Egressos e Encarcerados									
36. Apoio a pessoas prostituídas									
37. Atendimento a portadores de deficiência									
38. Combate ao desemprego									
39. Casa - Abrigo (para menores, idosos, portadores do HIV)									
40. Atendimento Jurídico									
Outros trabalhos									
41.									
42.									
43.									
44.									
45.									
46.									
47.									
48.									
49.									
50.									
51.									

- Quais são as necessidades ainda não atendidas em sua Comunidade ou Paróquia?

Doc. 1  
Fls. 4

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

Data: ...../...../ 2001

Assinatura do Responsável .....

## **ANEXO\_6**

### **Região Ipiranga – OBRAS E ENTIDADES SOCIAIS CATÓLICAS**

**Atualizado em 14/10/2009**

#### **1. ABRIGO RAINHA ISABEL**

Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux  
Rua Eduardo Ferreira França, 841 - Vl. Moraes  
04157-000 - São Paulo - SP  
Fone/Fax: 5058-1660  
E-mail: abrigorainhaisabel@terra.com.br  
\*Atendimento: Mulheres idosas

#### **2. AMPARO MATERNAL (VM)**

Rua Botucatu, 1000 - Vl. Clementino  
04023-062 - São Paulo - SP  
Fone: 5082-8277 - Fax: 5573-7253  
Site: [www.amparomaternal.org](http://www.amparomaternal.org).  
E-mail: [amaternaldiretoria@uol.com.br](mailto:amaternaldiretoria@uol.com.br)  
Atendimento: Mães carentes

#### **3. CAICÓ - CENTRO DE APOIO A INICIATIVAS COMUNITÁRIAS**

Escritório Central  
Rua do Parque, 134 - Ipiranga.  
04279-080 São Paulo-SP  
Fone: 5062-1817  
Site: [www.caico.org.br](http://www.caico.org.br)  
E-mail: [caico@caico.org.br](mailto:caico@caico.org.br)

##### **3.1. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JARDIM CELESTE**

Rua Canção do Exílio, 175 - Jd. São Savério  
04194-290 - São Paulo-SP  
Fone: 2771-1594  
E-mail: [caico@caico.org.br](mailto:caico@caico.org.br)  
Atendimento: Crianças de 2 a 4 anos e 11 meses

##### **3.2. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JOÃO DE BARRO**

Rua Almirante Oliveira Pinto, 65 - Ipiranga  
04218-050 - São Paulo-SP  
Fone: 5062-1817  
E-mail: [caico@caico.org.br](mailto:caico@caico.org.br)  
Atendimento: Crianças de 0 a 4 anos e 11 meses

##### **3.3. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PRIMEIROS PASSOS**

Rua Estilac, 271 - Sacomã  
04250-090 - São Paulo-SP  
Fone/Fax: 2083-2260  
E-mail: [cddca-casadez@hotmail.com](mailto:cddca-casadez@hotmail.com)  
Atendimento: Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses

##### **3.4. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO SAVÉRIO**

Rua Canção do Exílio, 175 - Jd. São Savério  
04194-290 - São Paulo-SP  
Fone: 3442-8686  
E-mail: [caico@caico.org.br](mailto:caico@caico.org.br)  
Atendimento: Crianças de 4 meses a 4 anos e 11 meses

#### **4. CÁRITAS DA REGIÃO EPISCOPAL IPIRANGA**

Sede: Região Episcopal Ipiranga  
Rua Xavier de Almeida, 818 - Ipiranga

04211-001 - São Paulo - SP  
Fone: 2274-8500 Fax: 2914-6964  
site: [www.episcopalipiranga-sp.org](http://www.episcopalipiranga-sp.org)  
E-mail: [regjpiranga@uol.com.br](mailto:regjpiranga@uol.com.br)

#### 5. CASA DA SOLIDARIEDADE

Rua Gravi, 60  
04143-050 - São Paulo - SP  
Fone: 5581-8727 / Fax: 5583-1361  
Site: [www.casadasolidariedade.org.br](http://www.casadasolidariedade.org.br)  
E-mail:  
[casadasolidariedade@casadasolidariedade.org.br](mailto:casadasolidariedade@casadasolidariedade.org.br)  
(Expediente: de 2a. a 6a. feira, das 8hs às 17hs  
Atendimento: Serviço social / atendimento psicológico e jurídico / administração de vários cursos de capacitação para geração de renda

#### 6. CASA ÊXODO

Rua Gama Lobo, 1460 - Ipiranga  
04269-000 - São Paulo-SP  
Fone: 2068-7906 Fax: 2063-3507  
E-mail: [casaexodo@gmail.com](mailto:casaexodo@gmail.com)  
Atendimento: dependentes químicos

#### 7. CEAT - CENTRO DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR

Av. Piassanguaba, 3061 - Planalto Paulista  
04060-004 São Paulo - SP  
Fone/Fax: 5584-0501  
E-mail: [luciene\\_ceat@hotmail.com](mailto:luciene_ceat@hotmail.com)  
Atendimento: ao trabalhador

#### 8. CENTRO ASSISTENCIAL SANTA ÂNGELA (Casa)

Travessa Prof. José Frederico de Borba, 137 - Vl. Brasilina  
04161-060- São Paulo-SP  
Fone: 2351-0132 Fax: 2946-5141  
Site: [www.anisiohilario.com](http://www.anisiohilario.com).  
E-mail: [creche.casa@gmail.com](mailto:creche.casa@gmail.com)  
Atendimento: Creche - crianças de 3 a 4 anos e 11 meses

#### 9. CENTRO COMUNITÁRIO MADRE CLARA RICCI

Irmãs Franciscanas Angelinas  
Rua da Glória, 54 - Heliópolis  
04236-210 - São Paulo-SP  
Fone: 2914-7513 / 9159-7485  
\*Atendimento: pré-escola de 5 a 6 anos  
Orientação para mães desempregadas /Cursos para gestantes (semanal)

#### 10. CENTRO COMUNITÁRIO SÃO FRANCISCO

Irmãs Franciscanas Angelinas  
Rua Almirante Nunes, 157 - Sacomã  
04232-000 - São Paulo-SP  
Fone: 2061-0060 / Fax: 2914-7513  
Atendimento: Pré-escola, crianças de 3 a 5 anos  
Encontro com adolescentes ( ex alunos) aos sábados, cursos para gestantes, cursos de formação para mães.

#### 11. CENTRO DE RECUPERAÇÃO E EDUCAÇÃO NUTRICIONAL (CREN)

SALUS - Associação para Saúde  
Rua das Azaléias, 244 - Mirandópolis  
04049-010 - São Paulo - SP  
Fone/Fax: 5584-6674  
Site: [www.unifesp.br/suplem/cren/](http://www.unifesp.br/suplem/cren/)

E-mail: cren@cren.org.br

\* Atendimento: Recuperação nutricional de crianças de 2 meses até 6 anos

12. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BARONESA DE LIMEIRA

Irmãzinhas da Imaculada Conceição

Rua Antonio Gebara, 75 - Pl. Paulista

04071-020 - São Paulo - SP

Fone/Fax: 2275-3068

E-mail: baronezadelimeira@yahoo.com.br

\*Atendimento: Crianças de 2 a 5 anos e 11 meses

13. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CASA DA INFÂNCIA DO MENINO JESUS

Liga Solidária

Av. Nazaré, 1180 - Ipiranga

04262-200 São Paulo - SP

Fone: 2273-2015 Fax: 2069-9081

Site: www.ligasolidaria.org.br

E-mail: casainfancia@ligasolidaria.org.br

\*Atendimento: crianças de 3 a 6 anos

14. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL CATARINA LABOURÉ

Companhia das Filhas da Caridade

Rua Cipriano Barata, 2028 - Ipiranga

04205-001 - São Paulo - SP

Fone: 2063-2289 - Fone/Fax: 2063-3999

E-mail: crechecat.labore@ig.com.br

\*Atendimento: Crianças de 0 a 5 anos e adolescentes 6 a 12 anos)

15. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO BERNARDO

Rua Giovanni Bracelli, 35 - Jd. Santa Emília

04184-060 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 2334-2496

E-mail: cassacreche@ig.com.br

Atendimento: Crianças de 2 a 4 anos e 11 meses

16. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO JUDAS

Rua Mauro, 226 Travessa Particular, 72 - Saúde

04055-040 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 5584-9256

E-mail: rluca\_monteiro@hotmail.com

Atendimento: Crianças de 2 a 5 anos e 11 meses

17. CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SÃO VICENTE PALLOTTI

Irmãs Palotinas

Rua Marechal Pimentel, 264 - Sacomã

04248-100 - São Paulo - SP

Fone: 2591-0728

E-mail: crechepalotina@ig.com.br

\*Atendimento: Crianças de 0 a 3 anos e 11 meses

18. CENTRO OSCAR ROMERO

Rua Gravi, 62

04143-050 - São Paulo - SP

Fone/Fax: 2577-2060

E-mail: direitohumanos\_cor@gmail.com

(Expediente : de segunda à sexta-feira, das 14hs às 20hs.

Coordenador: Pe.Celso Paulo Torres - 2275-6801

E-mail : cor.direitoshumanos@gmail.com

19. CENTRO PASTORAL SÃO JOSÉ

(Sionenses)

Rua Lino Coutinho, 510 - Ipiranga

04207-000 - São Paulo-SP  
Fone/Fax: 2063-3507  
E-mail: assistencia@globo.com  
Atendimento: pessoas carentes

20. CENTRO SOCIAL NOSSA SRA DAS MERCÊS  
Rua Júlio Felipe Guedes, 200 - Vila Mercês  
04174-020- São Paulo - SP  
Fone/Fax: 2948-0399  
E-mail: crechensamerces@uol.com.br  
Atendimento: Crianças de 2 a 6 anos

21. EDUCANDÁRIO SAGRADA FAMÍLIA  
Irmãzinhas da Imaculada Conceição  
Rua Barão de Loreto, 182 - Ipiranga  
04265-030 - São Paulo - SP  
Fone: 2063-1878 Fax: 2271-0070  
Site: www.ciic.org.br  
E-mail: educandariosagradafamilia@uol.com.br  
márcia.amaraliic@bol.com.br (Ir. Márcia)  
ir.estelina@yahoo.com.br (Ir. Estelina)  
\*Atendimento: Crianças e adolescentes de 7 a 15 anos

22. FUNSAI- FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DO IPIRANGA  
Rua Arcipreste Andrade, 503 1º andar - Ipiranga  
04268-020 São Paulo-SP  
Fone: 3388-5600  
Site: www.fun Sai.org.br  
E-mail: funsaisa@terra.com.br

22.1. INSTITUTO NOSSA SRA AUXILIADORA - Unid. I  
Irmãos de Nossa Sra da Consolação  
Rua Dom Luiz Lasagna, 300 - Ipiranga  
04266-030 - São Paulo - SP  
Fones: 2063-1714 / 2273-0099  
Site: www.fun Sai.org.br  
E-mail: insaicaj@ig.com.br  
\*Atendimento: Crianças de 6 a 12 anos - Período em que não estão na escola- CAJ

22.2. INSTITUTO NOSSA SRA AUXILIADORA - Unid. II  
Irmãos do Sagrado Coração do Verbo Encarnado  
Rua Dom Luís Lasagna, 220  
04266-030 - São Paulo - SP  
Fone: 2063-2279- 2068-6130  
Site: www.fun Sai.org.br  
E-mail: fnsai-II@ig.com.br  
Atendimento: Crianças de 2 anos e meio a seis anos

22.3. CASA MARIA THEREZA – Unidade III  
Rua Dom Luiz Lasagna, 281- Ipiranga  
04266-030 - São Paulo-SP  
Fone: 2063-4861  
E-mail: fnsai.3@terra.com.br  
Atendimento: Abrigo 24 horas para pessoas de 0 a 18 anos

22.4. VILA DA PAZ - Unidade IV  
Rua Dom Luiz Lasagna, 301/303/311 - Ipiranga  
04266-030 – São Paulo – SP  
Fone: 2068-4554  
E-mail: fnsai.4 @terra.com.br  
Atendimento: Abrigo 24 horas para pessoas de 0 a 18 anos

22.5. BERÇÁRIO ANJO DA GUARDA – Unidade V

Rua Corrêa Salgado, 34 - Ipiranga

04211-020 São Paulo - SP

Fone: 2062-1919

E-mail: bercarioanjo@hotmail.com

Atendimento: Crianças de 4 meses a 2 anos e meio, das 7 às 17 horas.

22.6. GRUPO DE TERCEIRA IDADE VIVAVIDA - Unidade VI

Rua Clovis Bueno de Azevedo, 159 – Ipiranga

04266-040 - São Paulo - SP

Fone: 2068-6604

Atendimento: Oficinas de 2º a 6º feiras para adultos a partir de 55 anos.

23. INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO

Rua Dr. Mário Vicente, 1108 - Ipiranga

04270-001 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 2274-8133

E-mail: instcolombo@ig.com.br

Atendimento: Abrigo para crianças a partir de 5 anos e meio

Atendimento diário de crianças de 7 a 11 anos (não internas)

24. INSTITUTO DE CEGOS PADRE CHICO

Companhia das Filhas da Caridade

Rua Moreira de Godoy, 456 - Ipiranga

04266-060 - São Paulo - SP

Fone: 2274-4611 Fax: 2274-4132

Site: www.padrechico.com.br

E-mail: ipc@padrechico.org.br

Atendimento: Crianças, adolescentes e jovens portadores de deficiência visual

25. INSTITUTO MENINOS DE SÃO JUDAS TADEU

Av. Itacira, 2801 - Pto Paulista

04061-003 - São Paulo-SP

Fone: 5586-8666 Fax: 5071-6214

Site: www.padregregorio.org.br

E-mail: secretaria@padregregorio.org.br

Atendimento: ISocioeducativo para crianças e adolescentes

26. INSTITUTO SANTA TEREZINHA

Irmãs Calvarianas

Rua Jaguari, 474 - Bosque da Saúde

04137-080 - São Paulo - SP

Fone/Fax: 5581-1928

Site: www.institutosantateresinha.org.br

E-mail: ist\_sp@terra.com.br

Atendimento: Crianças, adolescentes, jovens e adultos portadores de deficiência auditiva

27. NUCLEO SOCIAL EDUCATIVO SANTA CRISTINA

Rua Benedito Tolosa, 252 -Pq. Bristol

04193-020 - São Paulo-SP

Fone/ Fax: 2336-7342

E-mail: obrasbonifacio@terra.com.br

Atendimento: (Crianças e adolescentes (centro de juventude de 6 a 15 anos

28. NÚCLEO SÓCIO-EDUCATIVO SANTO AGNELO

Rua Giovanni Bracelli, 35 - Jd. Santa Emília

04184-060 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 2334-2496

E-mail: cassanucleo@ig.com.br

Atendimento: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

29. OBRAS SOCIAIS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

Av. Eng. Armando Arruda Pereira, 2313 - Jabaquara

04309-011 - São Paulo - SP

Fone: 5588-1227/ Fax: 5021-3001

E-mail: obras.snsagracas@uol.com.br

Atendimento: Curso e atividades de Promoção humana / alfabetização de adultos

Idosos - visitas nas casas e encontros mensais - fisioterapia

30. OBRAS SOCIAIS SÃO JUDAS TADEU

Av. Piassanguaba, 3061 - Pto. Paulista

04060-004 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 5078-6544

Site: www.obrasociaisaojudas.org.br

E-mail: obrasocial@saojudas.org.br

Atendimento: Social em Geral

31. OSEC - ORIENTAÇÃO SOCIO-EDUCATIVA COMUNITÁRIA

Rua Menino do Engenho, 12 - Jd. São Savério

04194-350 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 2331-7566

E-mail: obrasbonifacio@terra.com.br

Atendimento: Crianças de 3 a 6 anos

32. OSEC - ORIENTAÇÃO SOCIO-EDUCATIVA COMUNITÁRIA

Rua José Pereira Cruz, 38 - Vila Cristina

04191-050 - São Paulo-SP

Fone/Fax: 2331-7566

E-mail: obrasbonifacio@terra.com.br

Atendimento: Crianças de 3 a 6 anos

33. OSSE - OBRA SOCIAL SANTA EDWIGES

Rua Marquês de Maricá, 288 - Sacomã

04252-000 - São Paulo - SP

Fone/Fax: 2591-2281

E-mail: osseobra@uol.com.br

Atendimento: farmácia comunitária, plantão social, atendimento jurídico, Psicológico e odontológico, cursos profissionalizantes e de promoção humana. Projeto Esperança (HIV), atendimento a crianças e adolescentes de 6 a 15 anos.

33.1. CASA DA CRIANÇA SANTA ÂNGELA

Rua Michelle Príncipe, 300 - COHAB /Cingapura Heliópolis

04230-020 - São Paulo - SP

Fone: 2063-8126 - Fax: 2273-0498

E-mail: osseobra@uol.com.br

Atendimento: Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

33.2. LAR SAGRADA FAMÍLIA

Rua Almirante Mariath, 38 - Heliópolis

04218-000 - São Paulo - SP

Fone: 2272-7965 Fax: 2274-7774

E-mail: osseobra@uol.com.br

Atendimento: mulheres idosas carentes a partir de 65 anos

34. RECANTO VIDA NOVA

Rua Dom Lucas Obes.1259 - Ipiranga

04212-020 - São Paulo - SP

Fone: 2215-3924 Fax: 2063-3507

E-mail: assistencia@globo.com

Atendimento: População da rua, dependentes químicos e de alcoolismo.